

FIERGS  
CIEFES  
SESI  
SENAI  
IEL

**FIERGS**

# BALANÇO 2007 & PERSPECTIVAS 2008

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

DEZEMBRO / 2007

---

<b>CENÁRIO MACROECONÔMICO MUNDIAL 2004-2008.....</b>	<b>3</b>
<b>CENÁRIO MACROECONÔMICO BRASIL 2006-2008.....</b>	<b>4</b>
<b>CENÁRIO MACROECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL 2006-2008.....</b>	<b>5</b>
<b>SUMÁRIO EXECUTIVO .....</b>	<b>6</b>
<b>CENÁRIOS MACROECONÔMICOS PARA 2008 .....</b>	<b>8</b>
<b>1. ECONOMIA INTERNACIONAL .....</b>	<b>9</b>
<b>2. PIB BRASIL .....</b>	<b>16</b>
<b>3. POLÍTICA MONETÁRIA E PREÇOS.....</b>	<b>24</b>
<b>4. INDÚSTRIA BRASILEIRA .....</b>	<b>29</b>
<b>5. MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL.....</b>	<b>35</b>
<b>6. SETOR EXTERNO BRASILEIRO .....</b>	<b>45</b>
<b>7. SETOR PÚBLICO DO BRASIL.....</b>	<b>57</b>
<b>8. PIB DO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>64</b>
<b>9. INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>71</b>
<b>10. MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>79</b>
<b>11. SETOR EXTERNO DO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>93</b>
<b>12. SETOR PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>103</b>

## Cenário Macroeconômico MUNDIAL 2004-2008

INDICADORES	2004	2005	2006	2007*	2008*
<b>Produto Interno Bruto Real (% a.a.)</b>					
EUA	3,6	3,1	2,9	1,9	1,9
Japão	2,7	1,9	2,2	2,0	1,7
Zona do Euro	2,0	1,5	2,8	2,5	2,1
Europa Leste e Central	6,7	5,6	6,3	5,8	5,2
Reino Unido	3,3	1,8	2,8	3,1	2,3
Ásia (exceto Japão)	5,9	4,7	5,3	4,9	4,4
Argentina	9,0	9,2	8,5	7,5	5,5
Brasil	5,7	2,9	3,7	4,4	4,0
Chile	6,0	5,7	4,0	5,9	5,0
México	4,2	2,8	4,8	2,9	3
<b>Mundo</b>	<b>5,3</b>	<b>4,8</b>	<b>5,4</b>	<b>5,2</b>	<b>4,8</b>
<b>Inflação (% a.a.)</b>					
EUA	2,7	3,4	3,2	2,7	2,3
Japão	0,0	-0,3	0,3	0,0	0,5
Zona do Euro	2,1	2,2	2,2	2,0	2,0
Europa Leste e Central	6,1	4,9	5,0	5,1	4,1
Reino Unido	1,3	2,0	2,3	2,4	2,0
Ásia (exceto Japão)	2,4	2,3	1,6	2,0	2,3
Argentina	4,4	9,6	10,9	9,5	12,6
Brasil	6,6	6,9	4,2	3,6	3,9
Chile	1,1	3,1	3,4	3,9	4,1
México	4,7	4	3,6	3,9	4,2
<b>Mundo</b>	<b>3,9</b>	<b>3,6</b>	<b>3,5</b>	<b>4,2</b>	<b>3,4</b>

Fonte: FMI. \*Projeções World Economic Outlook - FMI

## Cenário Macroeconômico Brasil 2006-2008

INDICADORES	2006	2007*	2008*		
			Pessimista	Moderado	Otimista
<b>Inflação (% a.a.)</b>					
IGP-DI	3,80	6,05	4,25	4,10	4,00
INPC	2,81	4,40	4,10	4,00	3,80
IPCA	3,14	3,95	4,10	4,00	3,80
<b>Produto Interno Bruto Real (% a.a.)</b>					
Agropecuária	5,1%	4,0%	4,1%	4,7%	5,1%
Industrial	2,8%	5,0%	3,9%	4,4%	5,0%
Serviços	3,7%	4,1%	3,8%	4,1%	4,6%
<b>Total</b>	<b>3,7%</b>	<b>4,6%</b>	<b>3,9%</b>	<b>4,3%</b>	<b>4,8%</b>
<b>Produção Física Industrial (% a.a.)</b>					
Extrativa Mineral	7,2%	5,3%	4,9%	5,2%	5,9%
Transformação	2,6%	5,1%	4,0%	4,7%	5,0%
<b>Indústria Total<sup>2</sup></b>	<b>2,9%</b>	<b>5,2%</b>	<b>4,2%</b>	<b>4,8%</b>	<b>5,2%</b>
<b>Empregos Gerados – Mercado Formal</b>					
Agropecuária	14.673	13.261	13.229	20.361	27.494
Indústria	332.628	460.719	367.802	411.930	456.057
Serviços	881.385	958.891	738.808	873.578	1.008.348
<b>Total</b>	<b>1.228.686</b>	<b>1.432.872</b>	<b>1.119.839</b>	<b>1.305.869</b>	<b>1.491.899</b>
<b>Setor Externo (US\$ Milhões)</b>					
Exportações	137.470	157.600	175.050	168.050	161.050
Importações	91.396	117.000	127.000	133.000	139.000
Balança Comercial	46.074	40.600	48.050	35.050	22.050
Transações Correntes	13.621	8.600	3.630	2.420	1.220
Investimento Estrangeiro Direto	18.782	33.000	19.900	25.000	30.200
<b>Moeda e Juros (% a.a.)</b>					
Juros Nominais – Selic - Média do ano	15,08	11,95	11,10	10,75	10,50
Juros Nominais – Selic - Final do ano	13,25	11,25	10,75	10,25	10,00
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%)	(10,48)	(11,01)	1,03	(7,22)	(14,95)
Taxa de Câmbio – Média do Ano	2,18	1,94	1,96	1,80	1,65
<b>Setor Público</b>					
Resultado Primário (% PIB)	3,88	3,80	3,10	3,50	3,80
Resultado Nominal (% PIB)	(3,01)	(2,20)	(2,60)	(2,00)	(1,60)
Pagamento de Juros Nominais (% PIB)	6,89	6,00	5,70	5,50	5,40
Dívida Líq. do Setor Público – BR (% do PIB)	44,90	43,90	43,10	42,20	41,80

<sup>1</sup> Preços Constantes; Usando deflator do PIB.

<sup>2</sup> Estimativa UEE/FIERGS. Previsão UEE/FIERGS.

\*Previsão Unidade de Estudos Econômicos - FIERGS

## Cenário Macroeconômico do Rio Grande do Sul 2006-2008

INDICADORES	2006	2007*	2008*		
			Pessimista	Moderado	Otimista
<b>Produto Interno Bruto Real (%) a.a.</b>					
Agropecuária	13,4%	9,6%	2,6%	3,5%	4,9%
Industrial	-1,3%	5,5%	3,9%	4,9%	6,0%
Serviços	1,7%	5,2%	3,3%	4,2%	5,2%
<b>Total</b>	<b>1,6%</b>	<b>5,6%</b>	<b>3,5%</b>	<b>4,4%</b>	<b>5,4%</b>
<b>Empregos Gerados – Mercado Formal</b>					
Agropecuária	-568	680	851	1.243	1.635
Indústria	7.312	28.732	18.515	22.256	25.997
Serviços	45.355	47.045	36.770	44.798	52.827
<b>Total</b>	<b>52.099</b>	<b>76.457</b>	<b>56.136</b>	<b>68.297</b>	<b>80.459</b>
<b>Setor Externo (US\$ Milhões)</b>					
Exportações	11.774	14.856	16.936	16.639	16.044
Importações	7.948	9.752	11.117	11.215	11.507
Balança Comercial	3.826	5.104	5.819	5.424	4.537
<b>Setor Público</b>					
ICMS (R\$ bilhões)	11,81	12,08	12,71	13,10	13,36
<b>Índice de Desempenho Industrial</b>					
Alimentos e bebidas	-6,8%	3,8%	3,8%	4,2%	5,1%
Produtos têxteis	8,1%	5,0%	4,6%	5,2%	6,7%
Vestuário e acessórios	-14,1%	9,4%	5,3%	6,5%	7,1%
Couros e fab. artef. couro e calçados	-10,4%	0,8%	2,0%	3,8%	4,1%
Produtos de madeira	-0,6%	5,7%	4,9%	6,6%	7,5%
Edição, impressão e reprod. de grav.	2,7%	-6,0%	1,2%	2,0%	3,1%
Produtos químicos	0,0%	-0,8%	2,6%	3,2%	4,0%
Borracha e plástico	-0,4%	5,7%	5,0%	6,3%	7,0%
Metalurgia básica	-3,7%	8,3%	4,1%	5,3%	6,2%
Produtos de metal	-1,8%	7,3%	6,8%	8,1%	9,3%
Máquinas e equipamentos	-9,8%	16,1%	15,7%	18,0%	21,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-2,2%	5,3%	5,1%	6,3%	7,4%
Material eletrônico e de comunicação	9,1%	-4,3%	1,7%	2,9%	3,8%
Veículos automotores	-6,0%	10,7%	7,8%	9,2%	11,3%
Móveis e indústrias diversas	0,0%	3,2%	3,4%	4,5%	6,2%
<b>Indústria Transformação - IDI/RS</b>	<b>-8,9%</b>	<b>4,5%</b>	<b>5,1%</b>	<b>6,0%</b>	<b>7,2%</b>

O ano de 2007 termina com dois acontecimentos que podem ditar os rumos da economia no médio prazo. De um lado, assistimos a mais um ano de expansão do PIB mundial em um patamar elevado, abrindo diversas janelas de oportunidades para explorar o comércio além das fronteiras nacionais. Boa parte dos países emergentes soube aproveitar a bonança de capitais nos últimos cinco anos, e reduziram a dependência externa com o pagamento de dívidas indexadas a outras moedas. Além disso, muitas economias promoveram ajustes estruturais que garantiram níveis historicamente baixos para as classificações de risco soberano.

Os bons ventos devem perdurar durante o ano de 2008, com a perspectiva de expansão das transações comerciais e dos investimentos. Porém, o apetite pelo risco não deve ser o mesmo. Os acontecimentos recentes do mercado de crédito *subprime* contribuíram para que a balança pendesse mais para os riscos de recessão na economia americana do que de pressões inflacionárias, mesmo com a tensão associada à dinâmica do preço do petróleo. Entretanto, a resposta rápida dada pelos Bancos Centrais das economias desenvolvidas, com a redução dos juros e a sinalização de que a política monetária será mais benevolente nos próximos meses, aliviam as incertezas no curto prazo.

Até o momento, o que assistimos foi um aumento da volatilidade em diversos mercados de ações com os bancos e seguradoras sendo mais penalizados. Entretanto, as incertezas sobre as dimensões dessa crise perduram. E, se a mudança no mercado financeiro não terá o poder de evitar que se concretize o sexto ano de crescimento econômico mundial em patamares elevados, pelo menos contribuiu para aumentar a aversão ao risco. E é sob essas bases que as projeções para 2008 estão estruturadas. Apesar desse documento considerar a existência de três cenários, os dois pontos fundamentais para diferenciá-los é a crise do mercado *subprime* e o comportamento do preço do petróleo. Esses fatores é que determinarão os movimentos da inflação, dos juros e do crescimento econômico no próximo ano.

No Brasil, uma variável importante para classificar os cenários será o carimbo do *investment grade*. Porém, independente do cenário traçado, o vetor de crescimento deve continuar a ser a demanda interna, exatamente pelas melhores condições de consumo. Nesse caso, acredita-se que o governo continue a manter a sua política de gastos elevados.

Em um cenário moderado, onde estão depositadas as maiores chances de sucesso, podemos obter o *investment grade* já a partir do segundo trimestre, na esteira de impactos mais suaves da crise do mercado de *subprime*. Com isso, o PIB deve crescer em torno de 4,3%, com destaque para a manutenção de um bom desempenho do setor de serviços, na esteira das menores taxas de juros nominais e reais, relativamente ao passado, e de uma continuada expansão do emprego, da renda e do crédito. A agropecuária pode crescer 4,6% e a indústria 4,3%.

Em um cenário um pouco mais otimista, o *investment grade* poderia ser atribuído no primeiro trimestre do ano, alçando o País a uma condição importante no mercado financeiro internacional. Com menores riscos inflacionários e perdas na crise do mercado de crédito, o Banco Central americano pode dar seqüência no corte de juros. Dessa maneira, o crescimento econômico internacional permaneceria no patamar histórico, afastando maiores riscos de rompimento desse cenário. A resposta no ambiente interno seriam juros mais baixos com inflação sob controle, e melhores perspectivas para o consumo, com mais crédito, e também de investimento. Assim, a economia poderia atingir

uma taxa de crescimento de 4,8%, com a agropecuária em 5,1%, a indústria em 4,9% e os serviços em 4,5%.

No cenário pessimista, o ponto importante a destacar são os riscos hoje existentes, e que poderiam se manifestar de forma mais contundente, como a inflação nos países desenvolvidos. Além disso, a crise do mercado *subprime* pode se revelar mais profunda do que a estimada preliminarmente, promovendo a correção em outros ativos importantes, como as ações de empresas que não as relacionadas ao sistema financeiro. A economia brasileira não estaria imune a um ajuste de rota. Os primeiros impactos poderiam ocorrer no mercado financeiro, com a correção do valor das empresas negociadas em bolsa, estendendo-se para a taxa de câmbio e o prêmio de risco. Tal fato poderia adiar o carimbo de *investment grade*, senão para o último trimestre do ano, apenas para 2009. A menor queda dos juros em um ambiente de inflação um pouco maior, pode limitar o crescimento interno, mas sem o poder de criar um choque que fomenta uma recessão. Dessa forma, o PIB teria uma taxa de crescimento menor, 3,8%.

As projeções de cenários regionais consideram dois fatores de diferenciação. O primeiro está relacionado à estiagem, com perspectiva de se concretizar no cenário mais pessimista. Porém, vale destacar, não há expectativa que a mesma ocorra nas proporções que a verificada na safra 2004/2005. O segundo ponto refere-se às dificuldades financeiras no setor público estadual. Portanto, o cenário pessimista e moderado foram desenhados sob a ótica de problemas no ajuste do orçamento de 2008. Nesse caso, perdura a menor capacidade de investimento do setor público, o que sinaliza riscos de gestão e dinâmica de crescimento para os próximos anos na economia gaúcha.

O Rio Grande do Sul também deve se beneficiar do cenário nacional mais favorável em 2008, que deve consolidar a trajetória de recuperação da economia gaúcha verificada ao longo de 2007. As boas perspectivas para o agronegócio, seja no país ou na região, a despeito do câmbio valorizado, será de fundamental importância para manter aquecida a demanda por matérias-primas e bens de capitais produzidos no Estado.

No cenário otimista, considera-se o sucesso, por parte da administração estadual, no combate aos déficits estruturais. Mesmo não conseguindo um nível de ajuste tal que permita maiores investimentos, pelo menos o controle de gastos e o crescimento econômico abrirá a possibilidade de ajuste no médio prazo. Nesse caso, os resultados mais positivos devem ser sentidos em 2009. Ressalta-se que as eleições municipais não são consideradas elemento importante a determinar a trajetória da economia do Estado. Mas devem exercer influência na circulação de renda em especial nos municípios menores e mais ligados ao comportamento da administração pública.

Se podemos tirar uma lição econômica do ano de 2007 e do que nos espera em 2008, essa teria como matéria principal a ausência de visão de longo prazo, em qualquer das esferas que se analise. A não votação de temas importantes para o País, como as reformas políticas, previdenciária, tributária e trabalhista, reduzem a capacidade de crescimento sustentável, ainda mais diante dos maiores riscos no horizonte.

## CENÁRIOS MACROECONÔMICOS PARA 2008

	Pessimista	Moderado	Otimista
<b>Internacional</b>			
<b>Crescimento Econômico</b>	Desaceleração um pouco mais acentuada	Pequena redução no ritmo de crescimento	Resultado mais positivo que o esperado
<b>Inflação</b>	Aumento acelerado no nível de preços	Leve alta nos índices de preços	Estabilidade nos preços
<b>Petróleo</b>	Tendência de alta, motivada por tensões políticas nos países produtores	Manutenção de um patamar sem riscos inflacionários	Leve diminuição do preço do petróleo
<b>Mercado de Crédito</b>	A crise do mercado <i>subprime</i> persiste, e ainda há piora de indicadores	Reflexos moderados da crise financeira do <i>subprime</i>	A crise do mercado de <i>subprime</i> tem impactos suaves
<b>Juros</b>	Redução da taxa de juros rápida nas economias desenvolvidas	Manutenção da trajetória de ajuste nos juros	Manutenção da trajetória de ajuste nos juros
<b>Nacional</b>			
<b>Crescimento Econômico</b>	Desaceleração na taxa de crescimento	Manutenção do ritmo de crescimento	Resultado mais positivo que o esperado
<b>Taxa de Câmbio Média</b>	Maior oscilação	Estabilidade	Valorização
<b>Inflação</b>	Leve alta nos preços	Aquém da meta de 4,5%	Estabilidade nos preços
<b>Juros</b>	Queda um pouco mais lenta	Queda moderada	Queda mais acelerada
<b>Investment Grade</b>	Somente em 2009	Meados de 2008	Final do 1º Trimestre
<b>Regional</b>			
<b>Crescimento Econômico</b>	Desaceleração um pouco mais acentuada	Manutenção do ritmo de crescimento	Resultado mais positivo que o esperado
<b>Orçamento</b>	Não há ajuste completo	Não há ajuste completo	Não há ajuste completo
<b>Aspectos Climáticos</b>	Diminuição dos níveis pluviométricos	Pluviosidade esperada	Pluviosidade esperada

### **MESMO COM A CRISE DO SUBPRIME, O CRESCIMENTO SERÁ SÓLIDO EM 2008**

*Com as turbulências no mercado financeiro, impulsionadas pelos problemas no mercado subprime, as projeções para o crescimento mundial em 2008 foram revisadas para baixo no segundo semestre de 2007: espera-se uma redução de 0,5% em relação as previsões do início deste ano. Apesar disso, um sólido crescimento de 4,8% é esperado para 2008, suportado pela atividade nas economias emergentes.*

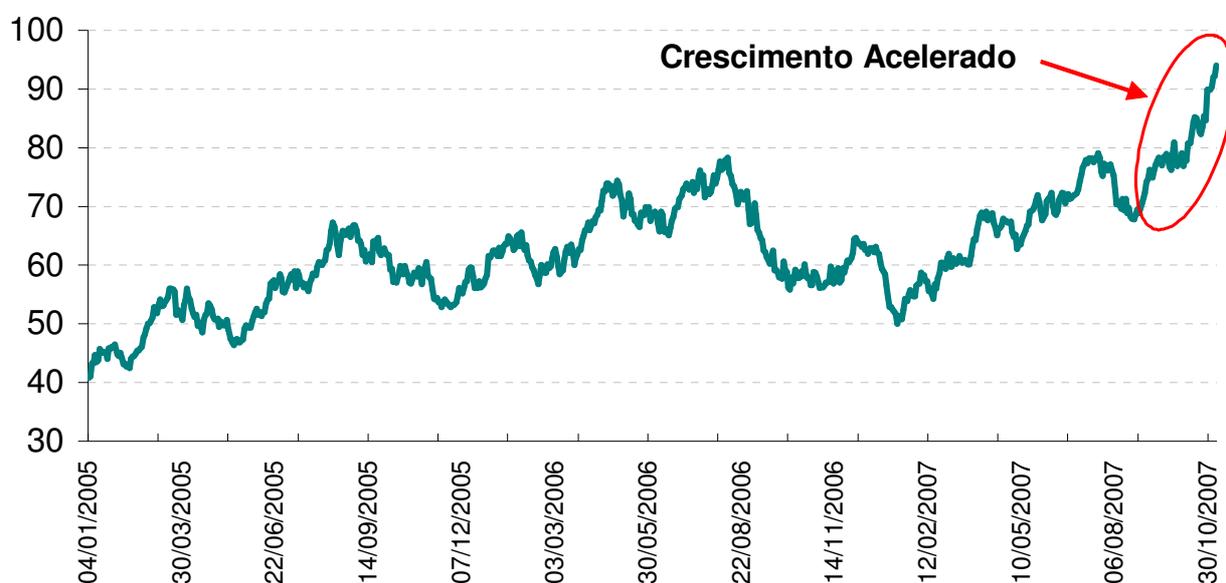
O ano de 2007 iniciou com as atenções voltadas para o comportamento do mercado de crédito imobiliário (*subprime*) nos Estados Unidos, que desde o ano anterior indicava um futuro movimento de correção nos preços dos ativos. Por outro lado, os preços do petróleo estavam abaixo dos níveis alcançados no quarto trimestre de 2006, sendo um fator que não exercia maiores preocupações iniciais, em especial com a inflação. Contudo, com estimativas de um forte crescimento mundial para 2007, os preços poderiam se elevar, fazendo surgir pressões inflacionárias, principalmente nos países com maior demanda por petróleo, como os EUA e a China. Outra variável importante que não pode ser deixada de fora da análise, diz respeito ao déficit em conta corrente dos Estados Unidos e sua sustentabilidade no médio prazo, com o respectivo enfraquecimento do dólar.

O preço do petróleo iniciou o ano de 2007 cotado, em média, em US\$54 o barril. No entanto, a perspectiva da manutenção do forte crescimento mundial para o ano abria a possibilidade de aumento de preços do produto no curto prazo. A repercussão deste aumento nos indicadores de inflação exigiria políticas monetárias mais restritivas nas principais economias do mundo, repercutindo de forma negativa sobre o crescimento global. A preocupação, que inicialmente estava fundamentada na crescente redução da diferença entre a capacidade de refino mundial e a demanda pelo produto (capacidade ociosa), foi reforçada pelos baixos estoques e pelo acirramento de conflitos geopolíticos, tais como entre o Iraque e a Turquia, e também entre os Estados Unidos e o Irã. Destaca-se também o aumento repentino da demanda japonesa em virtude da inoperância de algumas das principais usinas nucleares do país com os dois terremotos em julho de 2007. Soma-se a isso o enfraquecimento do dólar em relação às principais moedas no mundo.

O resultado líquido foi um aumento expressivo no preço do petróleo, que superou a casa dos US\$70 o barril, em especial ao longo do segundo semestre de 2007. As análises de mercado deixam claro que as maiores fontes de pressão sobre o preço do barril de petróleo são provenientes do desequilíbrio entre a capacidade de oferta e a evolução do consumo, sendo que o último não se corrige no curto prazo pelo lado da oferta. Se, de um lado, os países da OCDE apresentam um arrefecimento da demanda (o que ajuda a controlar os preços), por outro lado a rápida expansão das economias emergentes, em especial da China, Índia e Rússia, reverte esse impacto. Apesar dos diversos investimentos de expansão da capacidade de extração que foram anunciados e estão em andamento no mundo, é importante considerar a existência de um período de maturação para que os mesmos tenham efeito. Esse aparente desequilíbrio esperado para os próximos anos materializa-se nos contratos futuros do produto. Em todo caso, quaisquer que sejam as projeções feitas, o preço do barril sinaliza uma cotação acima do patamar de US\$70.

Os preços dos imóveis nos Estados Unidos vinham registrando altas sucessivas nos últimos anos, repercutindo sobre o comportamento da demanda do país. Estima-se que os preços das residências aumentaram 63% nos últimos seis anos. Como os imóveis têm o maior peso no *collateral* (garantias) para obtenção de crédito das famílias americanas, a valorização dos mesmos ampliava a capacidade de endividamentos dos consumidores, estimulando o consumo e gerando pressões inflacionárias. O aumento da taxa básica de juros dos EUA conseguiu, até certo ponto, reverter esse processo de maneira gradual, evitando o chamado “pouso forçado” da economia até os primeiros meses de 2007. Porém, a partir de julho e agosto deste ano, a ebulição dos riscos provenientes do mercado de crédito imobiliário nos EUA contaminou diversos ativos e países, modificando as perspectivas para o cenário de médio prazo<sup>1</sup>. Sem procurar minimizar os impactos dessa crise, o que se verificou na metade do ano foi um movimento de ajuste nos preços de uma parte do mercado de crédito americano (sendo que o mercado imobiliário representa cerca de 25% do total de crédito no país), e que esteve concentrado em um determinado segmento: os clientes de maior risco.

**GRÁFICO 1.1 - EVOLUÇÃO DO PREÇO DO PETRÓLEO**



Fonte: Ipeadata.

A economia norte-americana iniciou o ano com um fraco desempenho, indo contra as expectativas iniciais de um crescimento para 2007 em torno de 2,9%. Ao fim do segundo trimestre apresentou uma recuperação, graças ao bom desempenho das exportações líquidas e ao investimento empresarial. Apesar disso, o consumo privado arrefeceu seu desempenho em face ao aumento dos preços da gasolina e devido ao investimento residencial. Dessa maneira, as estimativas atualizadas passaram a apontar um crescimento menos vigoroso para a economia dos EUA ao fim de 2007, onde os dados levavam em conta os problemas no mercado financeiro, decorrentes do crédito imobiliário excessivo. Enquanto isso, os indicadores de consumo pessoal, nível de emprego e de construções não-residenciais continuaram sólidos. Por outro lado, os indicadores de confiança, tanto do consumidor como empresarial, estão em declínio.

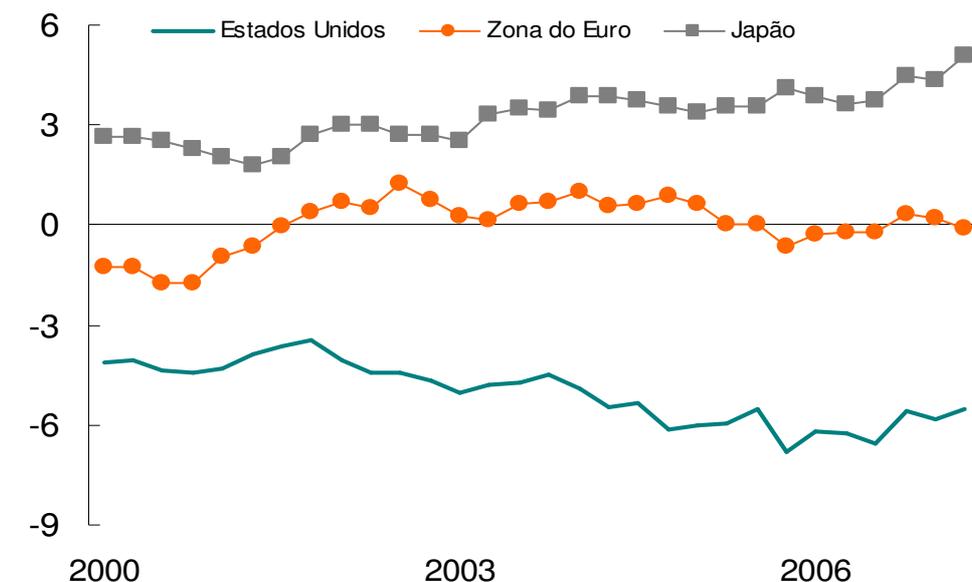
<sup>1</sup> O uso de derivativos, como os contratos de opções, potencializou esses impactos, não apenas no mercado americano, mas também no sistema financeiro europeu e asiático.

Ressalta-se que o mercado esperava para o terceiro trimestre um desempenho um pouco inferior ao obtido, e a modesta melhora observada ao fim do período se deveu em grande parte ao consumo das famílias. Desde a reunião de setembro do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC), quando os juros foram cortados em 0,5 ponto percentual, partindo de 5,25 para 4,75%, os agentes aguardavam uma nova queda de 0,5% na taxa de remuneração dos fed funds (reservas bancárias que bancos depositários emprestam entre si nos EUA), mas o que se registrou na reunião de outubro, foi uma diminuição de 0,25%, deixando a taxa no nível de 4,50% ao ano. O crescimento da economia norte-americana, projetado para 2007, fica em torno de 1,9% segundo projeções do FMI. Já as estimativas do início do ano para 2008 foram revisadas para baixo em 0,9% e indicam um crescimento de 1,9% para o fim do período. Do lado das exportações, espera-se um crescimento robusto devido à contínua desvalorização do dólar e ao forte crescimento econômico dos principais parceiros comerciais dos EUA.

Quanto ao déficit em conta-corrente (soma dos saldos da balança comercial, balança de serviços e transferências unilaterais), existem projeções do FMI de que o mesmo irá diminuir para 5,5% do PIB em 2008, desde que seu valor real efetivo mantenha-se no atual patamar. A projeção para 2007 é de 5,7% do PIB, contra 6,2% registrado em 2006. Junto a isso, espera-se um forte crescimento das exportações e um enfraquecimento da demanda por importações, o que provavelmente compensará o aumento atual do preço do petróleo e o menor ingresso de rendas líquidas de investimento. É importante deixar claro que o ajustamento através das forças de mercado, sem maior interferência do governo, somente poderá ocorrer se o fluxo de capitais para os EUA continuar forte por muitos anos. Por enquanto, o método de financiamento do déficit, baseado na absorção da dívida norte-americana por países exportadores da Ásia (em especial a China), tem permitido a manutenção do déficit.

Entretanto, sabe-se que esta situação é insustentável no longo prazo. Qualquer abalo na colocação dos títulos da dívida federal no mercado pode exigir um ajustamento mais acelerado, o que levará a graves consequências sobre o crescimento do país e do mundo. Ressalta-se, porém, que as expectativas são de uma correção lenta e gradual do déficit em conta corrente até o ano de 2012. Observando o déficit fiscal — que em conjunto com o déficit em transações correntes forma o chamado Déficit Gêmeo —, pode-se dizer que seu comportamento foi favorável em 2007. As expectativas em relação ao último são de 1,2% do PIB para este ano, menos da metade do que havia sido orçado. Este comportamento refletiu o aumento das receitas do governo e um menor gasto por parte da máquina pública. A administração pública tem como meta equilibrar o balanço fiscal até o ano de 2012. Dessa forma, a atenção estará voltada em 2008 para as eleições presidenciais nos EUA, e o debate sobre os Déficits Gêmeos deverá estar no centro das discussões entre os partidos Democrata e Republicano, não se esquecendo de considerar a manutenção das ações dos EUA na estruturação política do Iraque.

**GRÁFICO 1.2 – POSIÇÕES EM TRANSAÇÕES CORRENTES (% DO PIB)**



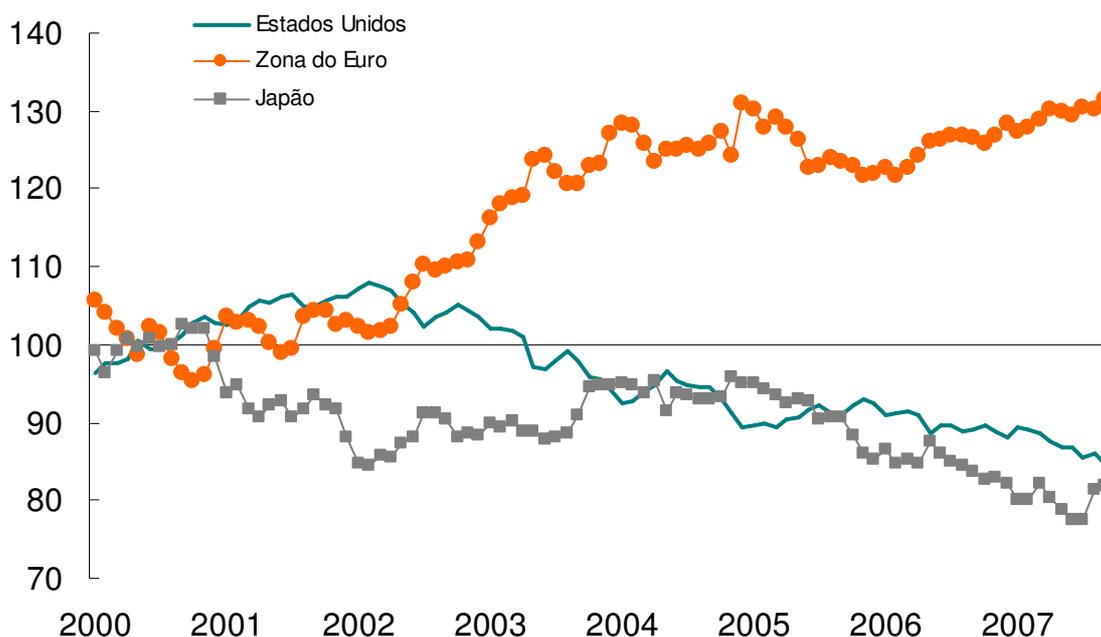
Fonte: FMI.

Em resumo, o cenário econômico mundial sofreu pequenas modificações após as turbulências do mercado de crédito *subprime* nos EUA. Os países emergentes permanecem com a maior contribuição para o crescimento mundial, com China, Índia e Rússia respondendo por cerca da metade desse desempenho. A inflação ainda apresenta uma fonte de risco. Contudo, se por um lado o núcleo da inflação permanece moderado nas economias desenvolvidas, o mesmo não se pode dizer dos resultados para os índices de preços nos mercados emergentes, que sentem, em especial, a elevação dos preços dos alimentos. Nesse caso, há tanto choques de demanda, em especial devido ao maior consumo de milho e soja para a produção de biocombustível, quanto choques de oferta, devido a dificuldades climáticas em determinadas regiões. Acrescenta-se também o fato de que o *gap* do produto (a diferença entre a produção potencial e a realizada) está pequeno, e com tendência a diminuir. O último resultado sinaliza que a economia mundial apresenta uma expansão da demanda que não está sendo correspondida na mesma medida pela oferta.

Apesar dos riscos de crescimento ainda existentes, a revisão das projeções feitas pelo FMI (2007) em outubro<sup>2</sup> indicam que a economia mundial ainda segue uma trajetória que deve nos conduzir para o sexto ano consecutivo de forte desempenho. Destaca-se que este resultado deve ser menos expressivo que o projetado antes da ocorrência da crise no mercado de crédito nos EUA. Os principais motivos apontados pelo órgão internacional para a revisão dos números para baixo estão nos EUA e nos países que mais sentiram os efeitos da piora financeira no mercado de crédito, como Canadá, México e parte da Ásia emergente. As projeções também assinalam que tanto a Europa quanto o Japão devem sentir os efeitos da apreciação do Euro e do Yen, da mesma forma que a redução do comércio mundial, e a expectativa é a de que a região do Euro cresça cerca de 2,5% em 2007 e o Japão 2%. No entanto, os maiores impactos parecem estar mesmo reservados para o ano de 2008. Se por um lado a crise do *subprime* não foi o suficiente para descarrilar o crescimento mundial, por outro, representou um duro golpe para a economia americana.

<sup>2</sup> Ver publicação do FMI, WEO (2007).

**GRÁFICO 1.3 – TAXA DE CÂMBIO NOMINAL EFETIVA  
(ÍNDICE, 2000=100)**



Fonte: FMI.

A previsão do PIB para 2008 referente à região do Euro (+2,1%) e à do Japão (+1,7%) também foram revistas para baixo. Com isso, espera-se que as economias desenvolvidas cresçam em torno de 2,2% no próximo ano. Por outro lado, esse menor crescimento deve ser compensado pela boa performance dos países emergentes, cuja expectativa é de expansão da ordem de 7,4% do PIB. China (+10%), Índia (+8,4%) e Rússia (+6,5%) devem ser os personagens mais importantes nesse cenário. Ressalta-se que a intensificação do comércio internacional tem sido a grande responsável pelo atual ciclo. Para 2008, os países emergentes devem aumentar em cerca de 9% o volume de suas exportações, ao passo que as importações devem crescer 11,3%.

Para a América Latina, o FMI (2007) estima um crescimento de 5% para 2007, e para o próximo ano calcula algo em torno de 4,3%. Este crescimento menos expressivo para 2008, em parte, reflete os impactos da desaceleração da economia norte-americana, principalmente em países como México e os da América Central. No Brasil, o crescimento em 2007 se mostrará mais robusto (4,4%), tendendo o mesmo a refletir a contínua queda da taxa básica de juros, após a inflação ter sido posta nos rumos definidos pelo Banco Central. Para 2008, porém, os números também foram revisados para baixo: estima-se um crescimento de 4%. Além disso, os exportadores de *commodities* da América do Sul poderão ser afetados por um declínio nos preços dos alimentos, metais e energia como consequência de um menor crescimento da demanda mundial.

Ressalta-se que, um dos principais desafios para a América Latina será o de administrar o forte ingresso de capitais estrangeiros. Ao longo de 2006, estes ingressos basicamente refletiam relações de comércio devidas à forte demanda externa e aos altos preços das *commodities*. Ao contrário deste comportamento, os ingressos líquidos de capital seguiam uma tendência decrescente em 2006, tendo esta tendência se modificado recentemente. Os superávits em conta corrente estão moderados em 2007, explicitando a forte demanda interna e o conseqüente aumento das importações. Além disso, os ingressos líquidos de capital cresceram rapidamente ao longo do último semestre de 2006, particularmente na Argentina, no Brasil e na Colômbia. Estes ingressos foram

substancialmente alocados em investimentos de portfólio (mercado financeiro), o que deve continuar acontecendo em 2008. Assim, cabe aos países mais atrativos manter atenção ao possível aumento na volatilidade de seus mercados financeiros.

**TABELA 1.1 – TAXA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO MUNDIAL (%)**

	2007	2008
<b>Economias Avançadas</b>	<b>2,5</b>	<b>2,2</b>
EUA	1,9	1,9
Região do Euro	2,5	2,1
Alemanha	2,4	2,0
França	1,9	2,0
Itália	1,7	1,9
Espanha	3,7	2,7
Japão	2,0	1,7
Reino Unido	3,1	2,3
Canadá	2,5	2,3
<b>Emergentes e em Desenv.</b>	<b>8,1</b>	<b>7,4</b>
África	5,7	6,5
Europa Central e Oriental	5,8	5,2
Rússia	7,0	6,5
China	11,5	10
Índia	8,9	8,4
Oriente Médio	5,9	5,9
Brasil	4,4	4,0
México	2,9	3,0
<b>Mundo</b>	<b>5,2</b>	<b>4,8</b>

Fonte: FMI

### **TUDO QUE SOBE, DESCE.....SERÁ?**

*O atual ciclo de crescimento econômico mundial apresenta importantes diferenças com os anteriores. Porém, a própria existência de ciclos coloca em xeque a manutenção desse cenário, e há diversos desafios para evitar um ajuste mais acentuado.*

A conjugação de crescimento econômico internacional acentuado e estável, nos últimos cinco anos, coloca em perspectiva um cenário comparável apenas ao verificado no pós-segunda guerra mundial. Mesmo diante das recentes turbulências nos mercados de crédito imobiliário nos EUA, de um nível do preço do petróleo em patamares historicamente elevados e das constantes tensões políticas no Oriente Médio, a economia mundial não apresenta sinais de arrefecimento, e as perspectivas são de manutenção dos atuais níveis de crescimento. Afinal de contas, que elementos e fatores estão permitindo esse cenário? Ao final da década de 1950, em momentos de paz, a reconstrução de diversos países na Europa, a maior confiança dos consumidores americanos e a explosão da produção de bens de consumo duráveis, em especial nos EUA, dentre outros fatores, foram essenciais para a consolidação de um cenário de crescimento que durou quase dez anos. Apesar dessa aparente similaridade de performance, o ciclo atual apresenta particularidades interessantes que o diferenciam de todos os demais.

Na década de 1960, o crescimento americano era acompanhado apenas por uma dezena de países, como os tigres asiáticos e, em certa medida, alguns coadjuvantes na América Latina. Atualmente, o ciclo de expansão tem a contribuição de diversos países em todos os continentes, e os mais importantes personagens nesse processo são a China

e a Índia. Hoje, a contribuição da América Latina é maior, há ainda diversos países Africanos e também o Leste Europeu. Podemos afirmar que praticamente todos os países estão se beneficiando, em certa medida, do atual ciclo. Vale destacar que em 2006, os países emergentes representaram cerca de 40% do PIB mundial e 2/3 do crescimento verificado. Além disso, foram responsáveis por cerca de 1/3 de todo o comércio mundial. Portanto, não apenas a maior participação de países no atual ciclo de crescimento mundial representa um fator de diferenciação com o passado, mas também, o fato de que o conjunto dos emergentes revela maiores contribuições.

O ponto importante a destacar é que o processo de integração comercial e financeira se intensificou nas últimas décadas, aumentando a interdependência entre os países e contribuindo para tornar mais estável a produção. Da mesma forma que o aumento das relações comerciais permite ganhos de escala e eficiência para as empresas, a integração financeira possibilita a diversificação de riscos e a convergência de taxas de juros entre as economias. Em nenhum momento da história mundial ocorreu tanto fluxo de capitais entre países desenvolvidos, entre os últimos e os emergentes e entre os próprios emergentes.

Diversos estudos, ver IMF(2007), também apontam que os governos dos países desenvolvidos estão implementando uma política monetária e fiscal mais neutra, o que tem sido útil para estabilizar a balança entre crescimento e inflação. Ou seja, as reações de política monetária a momentos de choques, como o ocorrido recentemente no mercado de crédito americano, se diferenciam das respostas de trinta anos atrás. Além disso, os canais de transmissão dessas políticas estão mais limpos e eficientes, resultado do avanço nas comunicações e na integração financeira. Porque não dizer que as instituições tornaram-se mais transparentes e confiáveis, contribuindo para a redução das incertezas dos investidores e consumidores. Hoje é possível acessar dados de receita e despesas de governos com uma defasagem de tempo mínima, avaliar mais de uma centena de indicadores econômicos e antecipar possíveis problemas e, acima de tudo, ter certeza de que as regras serão cumpridas. Porém, esse ainda é um desafio a ser superado pelos governos de diversos países emergentes, que ainda se encontram às voltas com problemas institucionais, menor transparência nos dados públicos e regras pouco críveis.

A história econômica nos mostra que os períodos de forte crescimento por vezes foram seguidos de momentos de ajuste nos países. Uma característica que parece intrínseca ao sistema capitalista. Porém, como pode ser visto, a teoria econômica evoluiu na sugestão de soluções para essas questões e, ao longo dos últimos anos, os países foram moldando as suas políticas fiscais e monetárias, além de permitirem o surgimento de instituições mais confiáveis e sólidas, de tal forma a reduzir os custos desses ajustes. Similarmente, a inserção mundial em uma maior integração econômica, seja pela via comercial ou financeira, contribuiu para reduzir as excessivas oscilações na produção. Apesar da aparente calma, os desafios que se colocam para as autoridades internacionais nesse processo, vão desde a manutenção da neutralidade das políticas monetária e fiscal sobre a produção, até a melhora no controle dos mercados de crédito, passando pela continuação da integração comercial e financeira. E os países emergentes possuem grande responsabilidade nesse ajuste, na exata medida em que passaram a desempenhar papel de destaque no cenário mundial. Apesar do bom relacionamento entre crescimento econômico e estabilidade, devemos nos lembrar que os movimentos cíclicos da economia ainda existem.

***Publicado no Informe Econômico Nº 44 de 29/10/2007***

### ***EU SEI O QUE VOCÊS NÃO FIZERAM NO ANO PASSADO***

*O cenário macroeconômico internacional positivo dos últimos anos permitiu que o Brasil assumisse uma posição de destaque dentre as economias emergentes, apesar de não termos implementado as mudanças estruturais necessárias para isso.*

A análise das contas nacionais no ano de 2007 será marcada pela revisão de sua metodologia por parte do IBGE. Dentre as principais modificações, destaque para o uso de informações importantes que estão presentes apenas nas pesquisas anuais, como a PIA – Pesquisa Industrial Anual, PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PAC – Pesquisa Anual de Comércio dentre outras. Se por um lado essa modificação acrescenta em detalhes e precisão nas estimativas do PIB, por outro, acaba por resultar em um tempo maior de divulgação dos resultados definitivos.

Ressalta-se que, além da inserção dessas pesquisas, foi feita uma relação direta entre dados do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica, constantes na Secretaria da Receita Federal, e o desempenho dos setores. Tal estratégia deve refinar as estimativas, em especial, para a indústria e o comércio. Também foram incorporadas as estimativas da informalidade e melhorada as estatísticas do setor governo, que eram carentes de informações mais precisas. Por fim, outra importante modificação foi inserção de novos produtos e setores, aumentando o grau de abertura das análises.

Todas essas mudanças acabaram por resultar em ponderações diferentes entre os setores. Os serviços ganharam em importância, em detrimento da agropecuária e da indústria. Um comportamento que também se refletiu na recente divulgação das contas regionais, que culminou, inclusive, na re-ponderação da riqueza entre os Estados<sup>3</sup>. Dessa maneira, o desempenho do setor de serviços passou a ter um peso maior no resultado final do PIB, e isso deve ser levado em consideração quando da análise das contas nacionais.

De fato, a revisão do PIB aumentou a taxa média de crescimento dos últimos quatro anos e, a despeito da coincidência com o ciclo político atual e a inevitável comparação com o anterior, é importante destacar que ocorreu uma melhora na mensuração das contas nacionais do Brasil. Os resultados mais contundentes do PIB refletem a mudança no cenário macroeconômico internacional e nacional que ocorreu nesse período. A intensificação do comércio entre as nações, que deve terminar 2007 com exportações totais de cerca de US\$ 17 trilhões, permitiu que o PIB mundial completasse um ciclo de cinco anos de altas taxas de crescimento. E a melhora nos fundamentos dos países emergentes foi o suficiente para que as mesmas atraíssem um valor recorde de investimentos.

A economia brasileira conseguiu aproveitar-se desse cenário positivo, e os fundamentos atestam esse movimento de mudança nos indicadores macroeconômicos, apesar de a única coisa que fizemos foi não implementar o que se defendia em campanha. Porém, a liquidez de capitais e o apetite pelo risco foram tão elevados nos últimos anos que até o governo da Argentina, recém saída de um default de grandes proporções no mercado financeiro internacionais, conseguiu captar recursos. Assim, de alguma forma, os investidores fecharam os olhos para o fato de o Brasil não ter

---

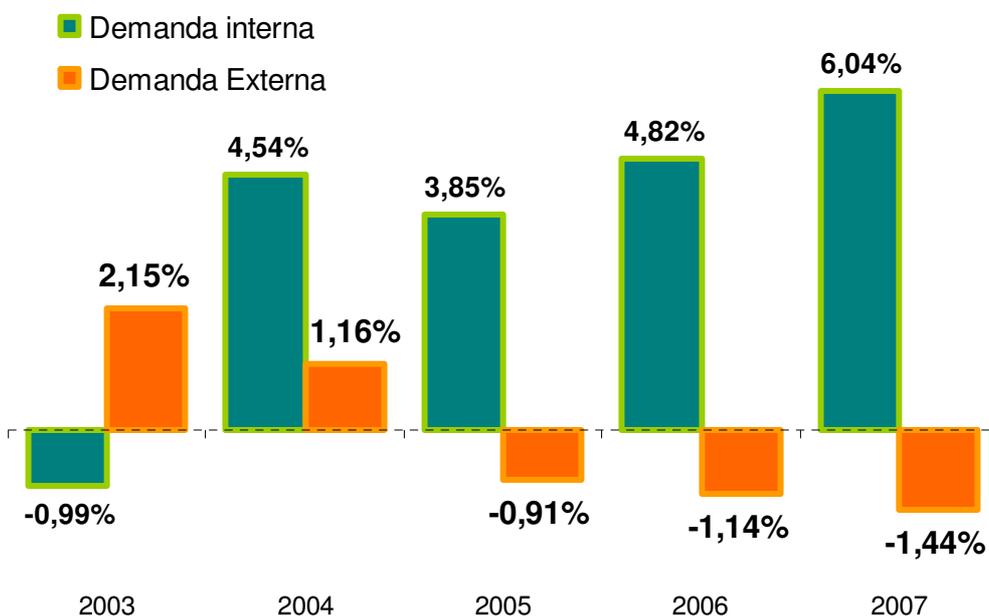
<sup>3</sup> Para uma discussão sobre a revisão da metodologia de cálculo do PIB nacional, ver o Box que trata desse assunto.

completado algumas reformas estruturais importantes e, nem sequer, ter iniciado outras, e apostaram na economia do País.

No início desse ciclo de prosperidade, a demanda externa era a maior responsável pelo crescimento do País. Em 2003, a expansão do PIB foi de 1,16%, com uma contribuição negativa por parte da demanda interna em -0,99 p.p. A compensação por essa retração veio com a melhor demanda externa, que teve contribuição de 2,15 p.p. Reflexo dos bons resultados das exportações, e um movimento ainda pequeno nas importações. Porém, na medida que as condições internas foram ficando mais favoráveis, essa composição foi se modificando e, em 2004, a demanda interna já era responsável pela maior contribuição para o PIB, a despeito da ainda positiva contribuição da demanda externa.

Ressalta-se que a queda continuada da taxa de juros, juntamente com a melhora nas condições de crédito, foram elementos determinantes para alavancar a demanda interna. Adiciona-se a esse cenário, o bom momento vivido pelo mercado de trabalho, com a expansão dos empregos e do salário real e a valorização do câmbio, que pressionou para baixo o preço dos produtos importados, consolida-se, então, as condições para um maior consumo das famílias. Para completar esse quadro, vale destacar os maiores gastos públicos, que cresceram nos últimos anos a taxas mais acentuadas que a arrecadação de impostos.

**GRÁFICO 2.1 – COMPOSIÇÃO DO CRESCIMENTO DO PIB  
(EM PONTO PERCENTUAL)**



Fonte: IBGE

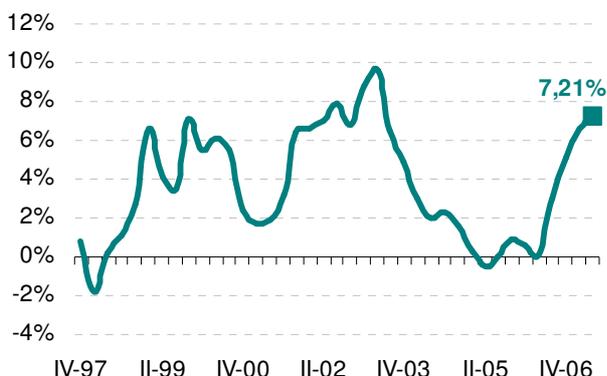
Esse cenário deverá ser complementado com uma expectativa de taxa de crescimento do PIB da ordem de 4,6% para 2007. E, dando seqüência à melhora no cenário nacional, a demanda interna deverá crescer 6%, contrapondo uma retração na demanda externa da ordem de 1,43%. Esses resultados são o reflexo de uma dinâmica de crescimento das exportações menor do que as importações, em um ambiente de câmbio sobrevalorizado e aumento do poder de compra em dólares das famílias.

Aliás, é justamente o consumo das famílias o principal vetor do atual desempenho da economia brasileira. Os gastos dos consumidores devem crescer robustos 5,8% no ano, representando a maior taxa desde a implementação do Plano Real. O aspecto negativo desse cenário tem sido a constante expansão do consumo do governo<sup>4</sup>, que deve encerrar o ano com taxa de 3,9%, a maior desde 2004. Esses dois componentes estão pressionando a demanda interna, contribuindo para a redução do *gap* do produto, ou seja, a distância entre o produto potencial e efetivo. A boa notícia é que a Formação Bruta de Capital Fixo, os investimentos, também estão se expandindo. Na esteira de taxas de juros menores, os investimentos devem crescer cerca de 10% em 2007, o maior avanço em um único ano desde o controle inflacionário.

Apesar disso, a taxa de investimento sobre o PIB ainda estará aquém da necessária para garantir que o avanço do PIB no patamar de 5% seja sustentável no médio prazo. Da mesma maneira que o País encontra-se em uma relação investimento/PIB bem menor do que a verificada em outros países. Dessa forma, aumentar essa relação constitui em um dos maiores desafios para a economia brasileira nos próximos anos, e a ausência de reformas importantes, como a tributária, trabalhista e previdenciária, reduzem as chances de se alcançar esse objetivo.

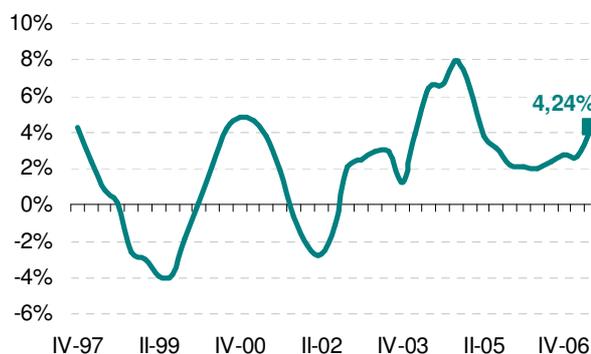
Vale destacar que o grau de disseminação desses efeitos positivos estendeu-se por toda a matriz produtiva nacional e, tanto a agropecuária, a indústria, quanto os serviços, apresentam tendência de crescimento da produção. Esse cenário perdura, e se estende até o segundo trimestre de 2007, como pode ser visto nos gráficos 2.2 a 2.5.

**GRÁFICO 2.2 – EVOLUÇÃO DO PIB - AGROPECUÁRIA (VAR.% AC. EM 12 MESES)**



Fonte:IBGE. Até setembro/2007

**GRÁFICO 2.3 – EVOLUÇÃO DO PIB - INDÚSTRIA (VAR.% AC. EM 12 MESES)**



Fonte:IBGE. Até setembro/2007

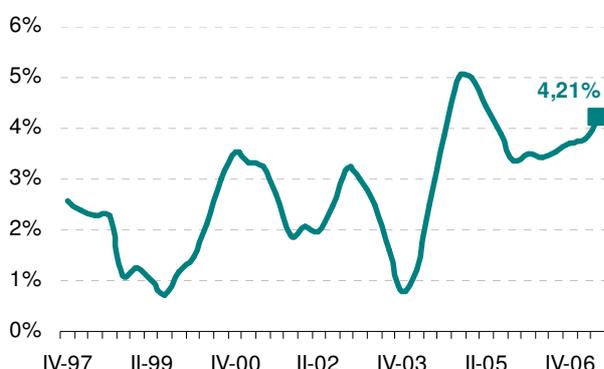
No caso da agropecuária, a maior safra de grãos e o preço mais favorável de alguns produtos que o setor exporta, são fatores responsáveis por essa dinâmica. Em 2007, a safra de grãos deve crescer cerca de 15% sobre os resultados de 2006, e o PIB do setor deve aumentar cerca de 4%. A maior receita do setor no cenário nacional é elemento importante a determinar a dinâmica de crescimento de muitos municípios que possuem a sua renda atrelada, em grande parte, ao desempenho da produção primária. Além disso, ressaltam-se os efeitos multiplicadores sobre toda a cadeia, desde os fornecedores de insumos básicos, como sementes, defensivos agrícolas, fertilizantes e de calcário, até os produtores de máquinas e implementos agrícolas, passando pelos serviços de transporte.

<sup>4</sup> Os gastos do governo a que nos referimos aqui estão relacionados à medida de PIB, e não à evolução pura e simples dos gastos com pessoal e os gastos correntes.

De fato, a boa performance da indústria no ano de 2007 deve-se, em grande medida, a essa maior demanda pelo segmento agropecuário, e a indústria de máquinas e equipamentos reflete essa expansão. O setor deve consolidar o ciclo de crescimento que se iniciou em meados de 2004, e atingir a taxa de 5% em 2007. Dado o peso da indústria sobre o PIB (26,5%), e seu significativo avanço, a contribuição para o resultado total será de 1,3 p.p., consolidando o setor como um vetor importante no crescimento recente do País<sup>5</sup>.

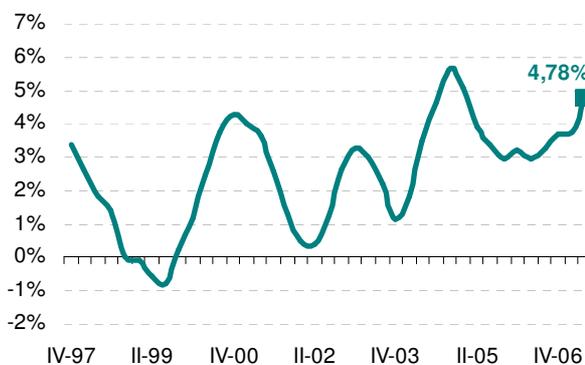
Da mesma forma que na indústria, os reflexos da melhora da demanda interna podem ser sentidos no desempenho do setor de serviços, que acumula taxa de crescimento de 4,2% nos últimos quatro trimestres terminados em setembro de 2007. O aumento da renda interna impulsionou, em especial, os indicadores de comércio. Para o mesmo período de análise, o PIB total avançou 4,78%, e já representa a maior taxa de crescimento da economia desde 2004, quando o País cresceu 5,7%.

**GRÁFICO 2.4 – EVOLUÇÃO DO PIB - SERVIÇOS (VAR.% AC. EM 12 MESES)**



Fonte:IBGE. Até setembro/2007

**GRÁFICO 2.5 – EVOLUÇÃO DO PIB - TOTAL (VAR.% AC. EM 12 MESES)**



Fonte:IBGE. Até setembro/2007

A análise pela ótica da renda também revela um cenário de ajuste importante na economia brasileira. O aumento do emprego formal contribuiu para a elevação do total das ocupações, que já supera os 90 milhões. Soma-se a essa, os maiores salários reais, e tem-se um aumento da renda nacional bruta. Apesar da expansão do consumo, vale destacar que entre 2005 e 2006, a relação poupança/PIB foi maior, passando de 17,12% para 17,59%. E, os números preliminares dos dois primeiros trimestres de 2007 indicam que essa tenha atingido os 18,27%. Mesmo cenário pode ser verificado na relação formação bruta de capital fixo/PIB, que passou de 16% em 2005 para 16,77% no ano passado e encontra-se em 18,14% em 2007. Um valor um pouco menor do que a poupança nacional, indicando que o País encontra-se com uma boa capacidade de financiamento.

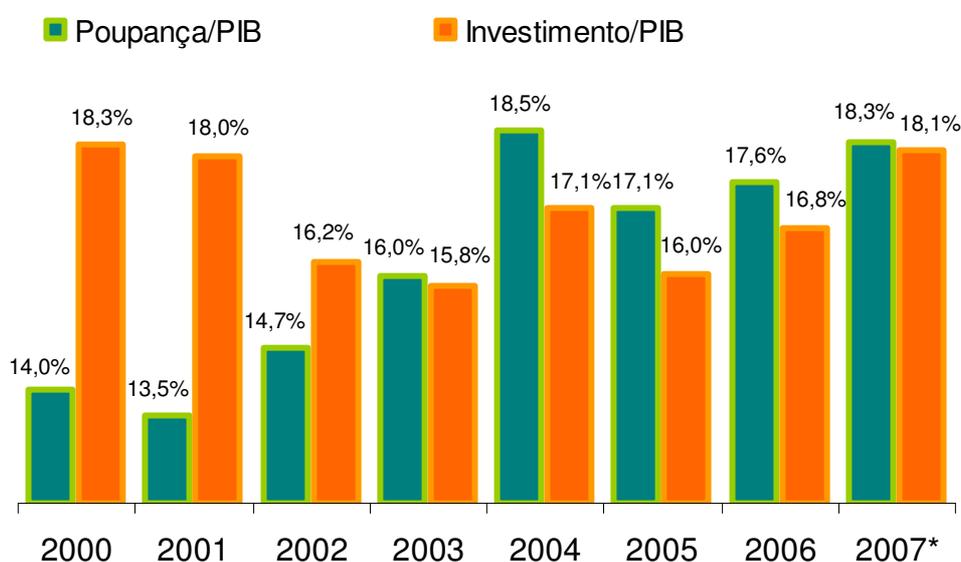
Aqui vale uma crítica importante. Para uma economia em desenvolvimento em um cenário de juros internacionais baixos, forte crescimento externo e com liquidez de capitais, esses números devem ser vistos, no mínimo, como tímidos. O Brasil, por mais que tenha bons fundamentos macroeconômicos conjunturais, ainda não é uma economia madura o suficiente para se dar ao luxo de abrir mão de poupança externa. É saudável que os investimentos encontrem respaldo na poupança interna, mas em uma situação no qual a taxa de juros seja menor do que a verificada no mercado internacional. E não é isso que se verifica atualmente. Ou então, na existência de um mercado de capitais

<sup>5</sup> Ver a seção indústria nacional para maiores detalhes sobre a performance do setor.

desenvolvido e que aloque os recursos de forma eficiente entre poupadores e tomadores. Além disso, é importante destacar que a existência de déficits nominais constantes, revela um outro lado perverso desse cenário, com o governo abocanhando parte da poupança privada.

No ano 2000, a taxa de poupança interna era de 14% do PIB, ao passo que os investimentos estavam em 18,2%. Essa diferença era financiada pela poupança externa (R\$ 50 bilhões em valores da época). Atualmente, a poupança nacional é maior que os investimentos, e nos damos ao luxo de gerar uma espécie de “sobra de caixa” no País que, provavelmente, encontra respaldo no investimento no exterior. Essa é uma situação peculiar, em um País que ainda não avançou na formação de uma poupança de longo prazo de qualidade, como a que está relacionada aos fundos de previdência privados.

**GRÁFICO 2.6 – TAXA DE POUPANÇA E INVESTIMENTO SOBRE O PIB**



Fonte: IBGE

Diversos fatores podem explicar esse cenário. Entretanto, o mais importante e por vezes combatido, é o patamar ainda elevado das taxas de juros internas. Não apenas em termos absolutos, tanto nominal quanto real, mas também relativamente a nossos pares no exterior. Se por hora comemoramos os bons resultados do investimento, com expansão prevista de 10% em 2007, devemos chamar a atenção para essa característica importante do processo de crescimento da economia brasileira. Para dar sustentabilidade ao cenário de expansão do PIB a taxas de 5%, o País deve buscar maiores investimentos. E, nesse caso, torna-se importante criar um ambiente mais propício para atrair o capital privado, com maior disponibilidade de fatores de produção como energia, infra-estrutura e mão-de-obra qualificada. E, nesse caso, torna-se imperioso que o governo ceda espaço para o setor privado, avançando menos sobre a poupança da economia.

O cenário de pano de fundo que se coloca para a economia brasileira no ano de 2008 deve permanecer positivo. Apesar das pressões inflacionárias advindas de um preço do petróleo mais elevado e de não se configurar no horizonte uma interrupção na tendência de aumento no valor das diversas *commodities* metálicas e de alimentos, o

peso da balança pendeu mais para os riscos de recessão do que de inflação nas economias desenvolvidas. Em especial, depois dos impactos financeiros do mercado *subprime*.

Dessa maneira, a perspectiva de política monetária no conjunto dos países desenvolvidos adquiriu uma configuração de afrouxamento. O objetivo é permitir que a liquidez de capitais continue em uma patamar que elimine os riscos de recessão e, ao mesmo tempo, que não comprometa o avanço dos índices de preços. Apesar dos riscos de não se conseguir administrar a economia tal como está-se planejando, a probabilidade de sucesso nessa estratégia é grande, a ponto de as perspectivas indicarem que a economia mundial caminha para o sexto ano consecutivo de crescimento acentuado. Dessa maneira, as projeções para o Brasil nesse ambiente, permanecem positivas, e são potencializadas pelo fato de o País adentrar no ano de 2008 com indicadores macroeconômicos saudáveis.

Projetamos três cenários. No moderado, onde estão depositadas as maiores chances de sucesso, acredita-se que o PIB cresça em torno de 4,3%. Pelo lado da produção, destaque para a manutenção de uma taxa elevada de crescimento do setor de serviços, na esteira das menores taxas de juros nominais e reais, relativamente ao passado, e de uma continuada expansão do emprego, da renda e do crédito. Ressalta-se que a massa de salários reais já está mostrando sinais de arrefecimento. Porém, a maior facilidade de crédito pode ajudar a manter a trajetória de consumo das famílias. Sendo assim, estima-se que a agropecuária tenha crescimento de 4,6%, a indústria de 4,3% e os serviços de 4,1%.

Ressalta-se que o vetor de crescimento deve continuar a ser a demanda interna, exatamente pelas melhores condições de consumo. Nesse caso, acredita-se que o governo continue a manter a sua política de gastos elevados, também contribuindo para aumentar o nível de consumo. Complementando a demanda interna, projeta-se que a taxa de investimento chegue a 19% do PIB, devendo encontrar, na poupança interna, a sua maior fonte de financiamento. O ambiente econômico nacional pode ser coroado com a classificação de *investment grade*, já a partir do segundo trimestre do ano. Destaca-se que a crise do mercado *subprime*, iniciada em agosto de 2007, encontraria uma solução mais suave no mercado financeiro, limitando seus impactos aos bancos e seguradoras e ocorrendo menores correções no preço dos imóveis nos EUA a partir de então.

Em um cenário um pouco mais otimista, o *investment grade* poderia ser atribuído no primeiro trimestre do ano, alçando o País a uma condição importante no mercado financeiro internacional. Aqui, cogita-se que os riscos inflacionários são menores, implicando que o corte de juros pode ocorrer com maior intensidade nos EUA. Da mesma maneira, a crise do subprime teria conseqüências econômicas bem menores, e o risco de perda de renda e queda do consumo nos EUA seriam dirimidos no médio prazo. Dessa maneira, o crescimento econômico internacional permaneceria no patamar histórico, afastando maiores riscos de rompimento desse cenário. A resposta no ambiente interno seriam juros mais baixos com inflação sob controle, e melhores perspectivas para o consumo, com mais crédito, e também de investimento. Assim, a economia poderia atingir uma taxa de crescimento de 4,8%, com a agropecuária em 5,1%, a indústria em 4,9% e os serviços em 4,5%.

No cenário pessimista, o ponto importante a destacar são os riscos hoje existentes, e que poderiam se manifestar de forma mais contundente. Nesse caso, destaque para a inflação nos países desenvolvidos e seu conseqüente impacto sobre a decisão de política monetária nos EUA e Europa. O preço do petróleo ficaria de forma insistente em um nível mais elevado durante boa parte do ano, ou seja, próximo a US\$ 95 o barril. E as tensões políticas nas regiões produtoras de petróleo não seriam dissipadas. Vale destacar que,

nesse cenário, a crise do mercado *subprime* mostra-se mais profunda do que a estimada preliminarmente, promovendo a correção em outros ativos importantes, como as ações de empresas que não as relacionadas ao sistema financeiro. Apesar de hoje o Brasil apresentar uma menor dependência e exposição de risco a essa crise, ressalta-se que a economia não estaria imune a um ajuste de rota. Os primeiros impactos poderiam ocorrer no mercado financeiro, com a correção do valor das empresas negociadas em bolsa, estendendo-se para a taxa de câmbio e o prêmio de risco. Tal fato poderia adiar o carimbo de *investment grade*, senão para o último trimestre do ano, apenas para 2009. A menor queda dos juros em um ambiente de inflação um pouco maior, pode limitar o crescimento interno, mas sem o poder de criar um choque que fomente uma recessão. Dessa forma, o PIB teria uma taxa de crescimento menor, 3,8%.

Apesar da economia brasileira apresentar bons indicadores, os investidores ainda avaliam o Brasil como um País que oferece riscos no médio e longo prazo. Seria como se eles nos dissessem: “eu sei o que vocês não fizeram no ano passado”.

**TABELA 1.1 – PERSPECTIVAS PARA O PIB DO BRASIL (VAR. %)**

	2006	2007*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	5,1	4,0	4,1	4,7	5,1
Indústria Total	2,8	5,0	3,9	4,4	5,0
Serviços	3,7	4,1	3,8	4,1	4,6
PIB Total	3,7	4,6	3,9	4,3	4,8

Fonte: IBGE. \* Previsão. Estimativas: UEE/FIERGS

### **PIB: Estou mais rico! Ou é o governo?**

*A revisão da metodologia de cálculo do PIB do Brasil revelou o lado perverso do crescimento do País nos últimos anos.*

A revisão da metodologia de cálculo do PIB – Produto Interno Bruto representou muito mais do que uma melhora da coleta e processamento dos dados que retratam a realidade da economia brasileira. A partir do momento em que passaram a ser utilizadas as pesquisas anuais do IBGE, feitas para a indústria, comércio, construção civil, gastos das famílias e situação do domicílio das mesmas, e também o uso de informações constantes no IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica), a estimativa do PIB do Brasil ganha em qualidade, mas às expensas de maior prazo para divulgação dos dados definitivos.

O resultado final, largamente anunciado, foi um aumento da taxa de crescimento média dos últimos anos, em especial no período de 2002-2006. Seria como se os números nos informassem que ficamos mais ricos do que imaginávamos. A despeito dos resultados estatísticos, vale destacar os impactos positivos que essas re-estimativas produziram sobre outros indicadores da economia. O mais importante resultado está na queda da relação dívida líquida/PIB. Com isso, investidores e o próprio governo descobriram que, mesmo sendo ainda a dívida elevada em termos absolutos, pouco mais de R\$ 1 trilhão, ela é menor diante da riqueza produzida no país em um ano. Dessa forma, conclui-se que o superávit primário, como percentual do PIB, que seria necessário para reduzir a relação dívida/PIB, é menor. Uma conclusão importante para decisões sobre a política monetária e fiscal, e também para as decisões de investimento, em especial de investidores externos. Sendo assim, a se manter a meta de superávit primário sobre o PIB de 4,25% para os próximos quatro anos, especula-se que o Brasil possa atingir a avaliação de “*investment grade*”, mais cedo do que se imaginava. Motivos suficientes para causar euforia.

Porém, essa argumentação está embasada apenas na análise das estatísticas. Nos últimos anos, as agências internacionais que fazem essa classificação de risco passaram a incluir outras variáveis para avaliar os países. Dentre essas, as questões estruturais, que contemplam o setor previdenciário, sistema tributário e o mercado de trabalho. E, como se sabe, isso não é feito por uma mudança metodológica. Mesmo assim, muito se comemorou os novos números de crescimento mais acentuado.

Sem querer acabar com a festa, essa é uma visão econômica míope do País e uma avaliação mais detalhada dos resultados revelam na verdade, uma piora na nossa estrutura produtiva. Comparando com as estatísticas anteriores, a nova metodologia revela que a taxa de investimento no Brasil é menor do que acreditávamos, o que nos coloca em um patamar bem abaixo do verificado pelos nossos concorrentes diretos no cenário internacional. Vale destacar que essa é uma consequência de uma menor taxa de poupança interna. O cenário nacional só não se deteriorou diante da menor poupança interna porque a conjuntura internacional, com a elevada liquidez de capitais, contribuiu de forma positiva. Ou seja, há poupança externa para complementar os investimentos. E o maior vilão, como mostram os dados do IBGE, é o próprio setor público, que continua a avançar sobre a disponibilidade de poupança do setor privado. Esse poupa, e aquele absorve uma parte dessa poupança para financiar seus gastos, seja correntes, seja com juros.

Seguindo a teoria econômica e também o desempenho histórico de outros países, sabemos que quanto maior for a taxa de poupança, maior será o investimento. Sendo assim, com a revisão que colocou para baixo a taxa de poupança no Brasil, podemos concluir que o País está mais distante do tão sonhado cenário de crescimento de 5% ou mais, ao ano, do que imaginávamos. Não há como sustentar no médio prazo esse nível de crescimento somente com a expansão da demanda. É necessário que os investimentos produtivos acompanhem essa evolução, sob pena do Banco Central promover novos aumentos de juros para controlar o excesso de consumo, interrompendo pressões inflacionárias.

Tudo bem, mas estamos crescendo mais do que se imaginava. Novamente uma afirmação que não interpreta a nova metodologia de maneira mais minuciosa. Como se sabe, o cálculo do PIB contempla os impostos que são pagos sobre a produção. Assim, se aumenta a arrecadação de IPI e outros impostos que incidem sobre a produção, por exemplo, então pode-se esperar haja uma contribuição positiva destes para o valor final do PIB. Na revisão feita, o IBGE encontrou que, em todos os anos analisados (2000 a 2006) o total de impostos que incidem sobre a produção aumentou em relação ao valor que se tinha calculado anteriormente. Conclusão óbvia: estamos pagando mais impostos. Conclusão menos óbvia e não divulgada: boa parte do crescimento do PIB, tanto em valor quanto em taxa percentual, deve-se ao maior nível de impostos. Na metodologia anterior, os impostos sobre os produtos representavam 11% do PIB total. Agora, representam 14%. Isso representa cerca de R\$ 104 bilhões a mais.

Não há dúvida que a nova metodologia representa uma melhora em termos de qualidade e transparência dos dados e na relação entre os agentes econômicos no Brasil. Mas também revela uma piora na estrutura de produção, com o setor público tirando espaço do setor privado. Os novos dados não revelam que o brasileiro ficou mais rico, mas sim que o governo continua a avançar sobre a riqueza produzida no País.

***Publicado no Informe Econômico n°15 de 09/04/2007***

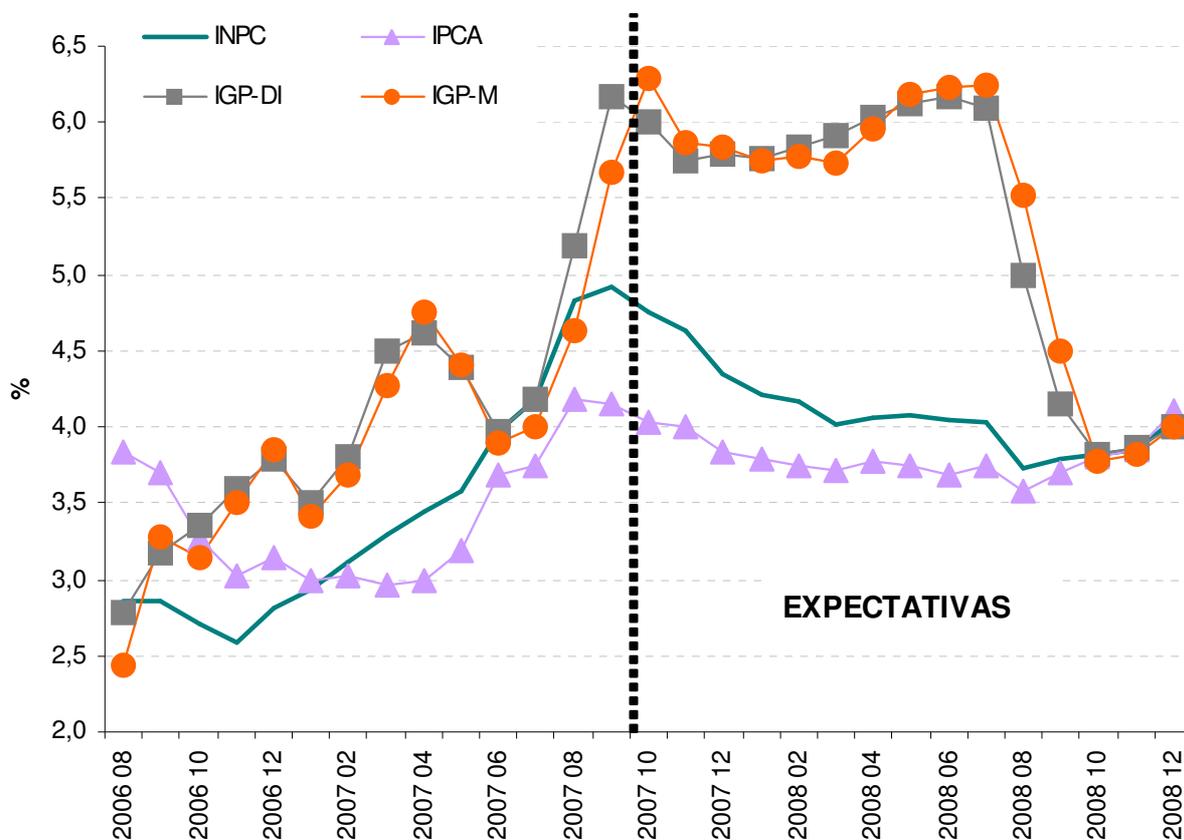
### 3. POLÍTICA MONETÁRIA E PREÇOS

#### QUEDAS DE JUROS E ACELERAÇÃO DA INFLAÇÃO EM 2007, E INCERTEZAS PARA 2008

O ano de 2007 foi marcado pela continuidade da queda da taxa de juros no país, mesmo num cenário de turbulência internacional e ensaio de aceleração inflacionária.

Ao longo de 2007, observou-se um aumento da inflação. Tanto os índices de preços ao consumidor, quanto os índices gerais de preço passaram por um processo de aceleração. No primeiro caso, a pressão foi ocasionada pela evolução dos preços dos alimentos que entre janeiro a setembro subiram 7,19%. Dada a grande influência no índice total, o resultado foi o aquecimento da inflação. Esse aumento, todavia, foi ocasionado principalmente a fatores relativos à oferta. O preço crescente das *commodities* agrícolas no mercado internacional foi acentuado por questões climáticas nacionais que forçaram os reajustes. No entanto, esse choque agrícola não se disseminou nos demais itens, registrando-se, inclusive, itens, como "artigos de residência", que apresentaram deflação no período.

GRÁFICO 3.1 - EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES (%)



Fonte: BACEN

Mesmo com o impulso à inflação registrada estar sendo ainda explicado por fatores relacionados à oferta, o cenário vem se modificando, o que levou COPOM a pausar o processo de flexibilização monetária. Ressalta-se que, nos últimos 2 anos, os juros foram reduzidos em 8,5 pontos percentuais a taxa de juros no país (passou-se de 19,75% em setembro de 2005 para 11,25% atualmente). É interessante salientar que a pausa na queda da taxa de juros se deu depois de parte dos efeitos da crise mobiliária americana ter se dissipado. Isto é, mesmo com um ambiente externo turbulento e repleto de incertezas, a economia brasileira parece ter mais uma vez ter se mantido alheia, no que remete à solidez dos fundamentos macroeconômicos.

No entanto, o ambiente conjuntural combina uma série de fatores que podem vir a desencadear um processo de aceleração inflacionária, que o BACEN deseja frear. Os indicadores apontam um crescimento intenso da demanda, uma elevação nos preços no atacado (que aceleraram os índices gerais de preços), mesmo na presença de câmbio em processo de valorização, e uma grande incerteza no mercado internacional. Ao se somar a isso, as expectativas inflacionárias passaram por um período de persistente elevação que apenas se acalmaram nas últimas semanas.

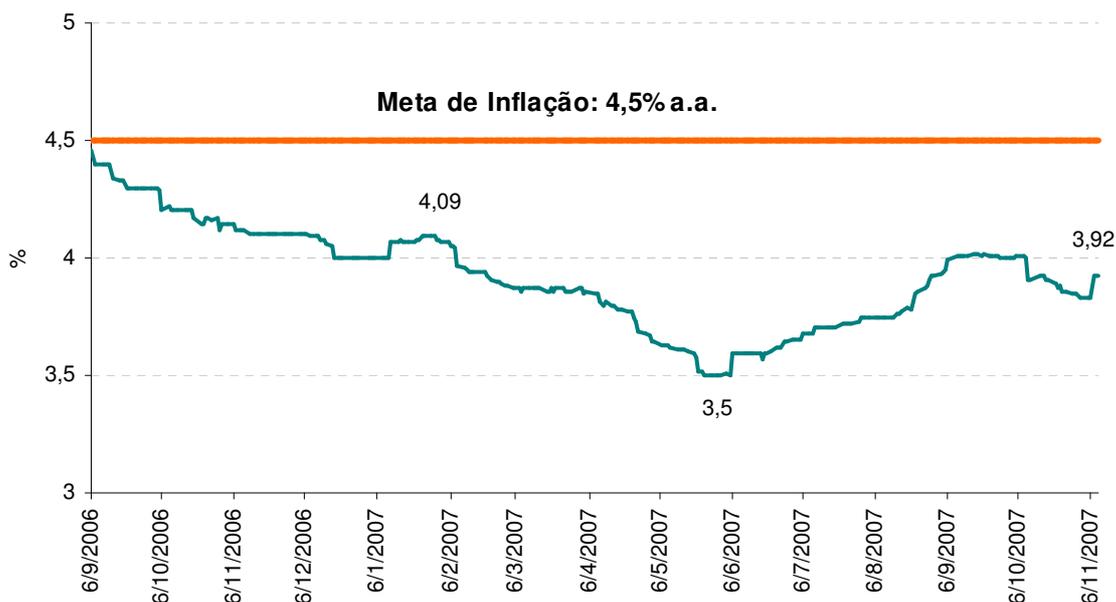
Segundo as atas divulgadas nas últimas reuniões, o COPOM teme que esse aumento dos preços ao longo de 2007 venha a prejudicar o desempenho da inflação em 2008. Acredita-se que 2008 possa vir a surpreender mais de maneira negativa do que positiva no que se refere aos fatores que são determinantes para a inflação. O intenso aumento do preço do petróleo<sup>6</sup> é um dos elementos que corrobora esse cenário. Assim, dentro desse contexto, o Banco Central optou por uma política de pausa na redução na taxa de juros até que todas as incertezas quanto ao cumprimento da meta de inflação de 2008 se dissipem. Sem dúvida, um elemento que poderia contribuir para esse cenário seria a contínua apreciação do câmbio. Entretanto, os resquícios da turbulência no mercado financeiro mundial sobre a economia norte-americana, que pode assumir uma trajetória de desaceleração paulatina ao longo de 2008, e pode vir a repercutir sobre o saldo da balança comercial brasileira, parece não reforçar as expectativas quanto a esse movimento do câmbio. Inclusive, é bastante provável que a taxa de câmbio se estabilize ou até mesmo sofra uma leve deterioração ao longo de 2008. As expectativas do Relatório de Mercado do Banco Central indicam uma trajetória de desvalorização cambial ao longo de 2008.

As expectativas de inflação para o ano de 2007 passaram por um processo de diminuição desde setembro do ano passado até junho de 2007, quando o mesmo foi revertido. O topo das expectativas foi em fins de setembro. A partir desse momento as expectativas entraram em novo processo de redução, com um sobressalto recente. Entretanto, distanciam-se com folga da meta de 4,5% a.a. acertada para 2007. Assim, dadas as informações da inflação acumulada no ano e a dinâmica das expectativas não há dúvidas de que a inflação ficará abaixo da meta em 2007. Quanto ao ano de 2008, as expectativas elevaram-se, há muitas semanas, para um patamar de 4,1%. Esse movimento recente tem preocupado o Banco Central e pode ser apontado como um elemento importante na manutenção do comportamento conservador do COPOM. Acredita-se que o processo de redução da taxa de juros deverá permanecer estacionado até final do primeiro trimestre do ano que vem, para depois retomar um processo de redução gradual.

---

<sup>6</sup> O preço do petróleo passou por um processo de grande elevação recentemente, aproximando-se de US\$ 100/barril. As motivações foram as de sempre: os baixos estoques e o acirramento de conflitos geopolíticos. No caso em questão, verificou-se um aumento repentino da demanda japonesa em virtude da inoperância de algumas das principais usinas nucleares e queda dos estoques devidos a problemas de refino no nordeste da Europa. Somou-se a isso, os estopins dos conflitos Turquia/Iraque e EUA/Irã.

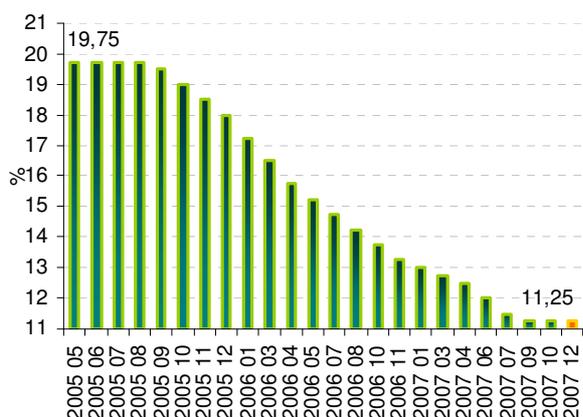
**GRÁFICO 3.2 – EXPECTATIVAS DE INFLAÇÃO PARA 2007 (%)**



Fonte: BACEN

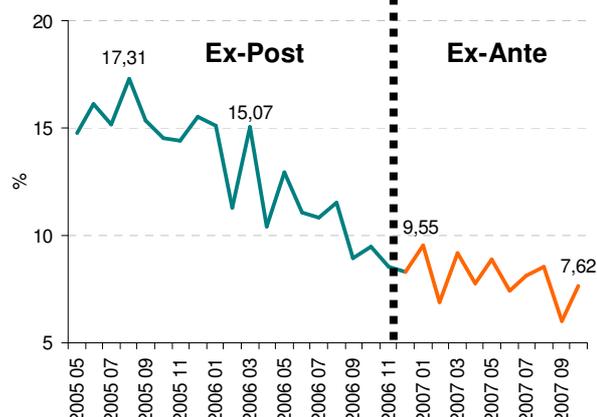
Por outro lado, as recentes mensagens do FED (Banco Central Americano), em especial a presente na ata da reunião de outubro, ajuda a descartar a hipótese de aumentos na taxa de juros brasileira em virtude de respostas aos movimentos alta das taxas de juros internacionais, depois de passadas as turbulências no mercado financeiro mundial. No último comunicado, o FED alertou que, por ora, os riscos inflacionários equivalem aos riscos da queda da atividade naquele país, o que sugere que o patamar dos atuais 4,5% a.a. são patamares adequados para a remuneração dos *Fed Funds*.

**GRÁFICO 3.3 - EVOLUÇÃO DA TAXA SELIC-META (% a.a.)**



Fonte: BACEN

**GRÁFICO 3.4 – SELIC REAL EX-ANTE E EX-POST (% a.a.)**



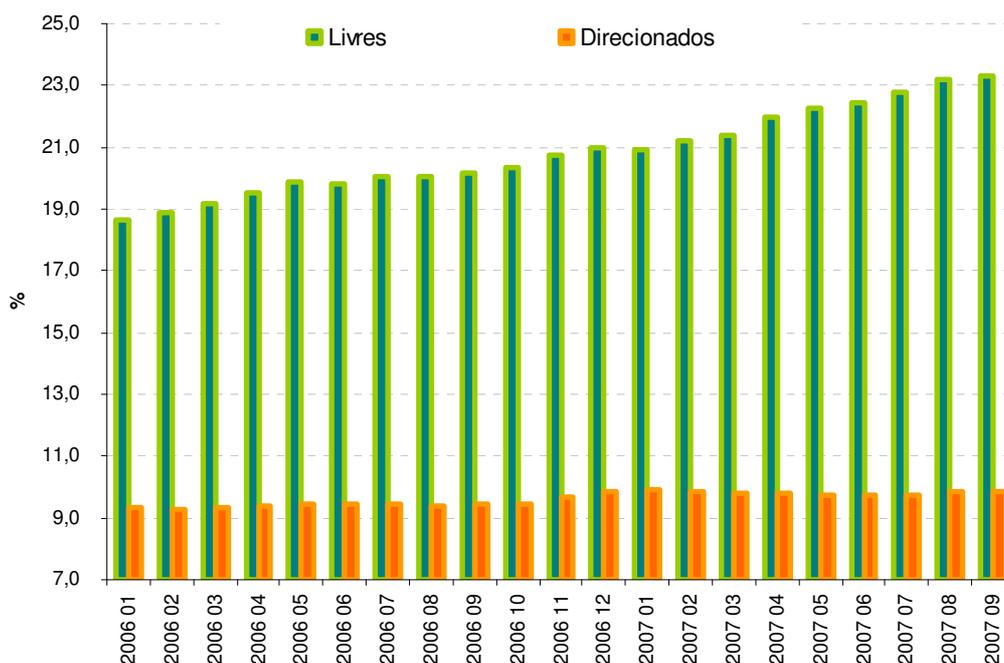
Fonte: BACEN e IBGE

A cautela do Banco Central do Brasil na condução da política monetária em parte se explica pela maior parcela dos cortes de juros efetuados pelo Banco Central desde 2005 já terem efeitos sobre a atividade econômica recente. A taxa *Selic* é uma taxa

nominal para operações de 1 dia no mercado aberto, porém, as taxas que são importantes para as decisões de consumo e investimento são as taxas de juros reais, isto é, as taxas de mercado com prazo mais longo de 180 ou 360 dias. Desde o início do processo de flexibilização em 2005, a queda na taxa *Selic* foi de 8,5 pontos percentuais. No entanto, o *Swap* pré-DI caiu apenas 5,4 pontos percentuais (de julho/2005 a outubro/2008). Vale lembrar que transmissão dos efeitos da queda da taxa de juros para a atividade econômica se dá num intervalo de 5 a 7 meses, conforme remota a literatura econômica. Assim, desses 5,4 pontos percentuais, cerca de 4,7 pontos percentuais já devem ter surtido efeito sobre a atividade econômica brasileira, restando ainda outros 0,7%. Esse resíduo ajuda a reforçar o conservadorismo do Banco Central sobre os prováveis efeitos defasados do afrouxamento monetário sobre a economia brasileira. Mesmo assim, o Brasil continua figurando entre as economias com as maiores taxas de juros reais do mundo, ficando atrás apenas da Turquia.

Outra questão importante quando se estuda política monetária são as movimentações no mercado de crédito. Nesse caso, o Brasil presenciou uma forte expansão dos recursos disponíveis. O crédito livre no país passou de 30,8% do PIB em dezembro de 2006 para 33,1% em setembro de 2007. Esse aumento representa nada menos que a inserção de mais de R\$ 121,5 milhões no saldo de créditos num espaço de apenas 9 meses. Os recursos livres foram os que mais cresceram (cerca de R\$ 101 milhões), com destaque a pessoas físicas que captaram 56,4% desse incremento. Colaborou para o processo de expansão do crédito a política de redução de taxa de juros presenciada ao longo de 2007, o aumento da renda real e também do emprego. Apesar das taxas de juros de cheque especial praticamente não terem se reduzido, as taxas de crédito pessoal sofreram uma forte redução (diminuição de 13,6% no acumulado do ano até setembro), bem como as taxas praticadas na aquisição de bens (queda de 11,4% no acumulado do ano até setembro).

**GRÁFICO 3.5 – ESTOQUE DE CRÉDITO NA ECONOMIA BRASILEIRA POR TIPO DE CRÉDITO (% do PIB)**



Fonte: BACEN

Projetamos três cenários para a política monetária em 2008. No cenário otimista, o câmbio permanece em trajetória de valorização, o que alivia as pressões derivadas da inércia inflacionária de 2007, bem como não se verifica nenhum tipo de choque de preços, seja nas *commodities* agrícolas, seja no petróleo. Nesse caso, o COPOM retoma o processo redução da taxa de juros ao fim do primeiro trimestre, fazendo com que 2008 encerre com a *Selic* em 10% a.a.. Nesse cenário, a inflação finalizaria o ano em 3,8%. No cenário moderado, o câmbio se manteria estável, o petróleo continuaria sua trajetória de alta, com reflexos moderados sobre a inflação brasileira, em especial sobre os índices ao consumidor. O COPOM todavia permaneceria reduzindo a taxa *Selic*. Nesse cenário, a inflação encerraria o ano em 4% e a *Selic* em 10,25%. No cenário pessimista, o câmbio passaria por um processo de desvalorização, o que não se cogita ser em grande magnitude, o que influenciaria a inflação. Dessa forma, o Banco Central cessaria a queda da taxa de juros ainda no primeiro semestre de 2008, fazendo com que a *Selic* encerrasse o ano em 10,75%.

**TABELA 3.1 – PERSPECTIVAS PARA OS ÍNDICES DE INFLAÇÃO E TAXA SELIC (% a.a.)**

	2006	2007*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
IPCA	2,81	3,95	4,10	4,00	3,80
INPC	3,14	4,40	4,10	4,00	3,80
IGP-DI	3,80	6,05	4,25	4,10	4,00
IGP-M	3,85	6,10	4,25	4,10	4,00
Selic-Over (Média do Período)	15,08	11,95	11,10	10,75	10,50
Selic-Meta (Fim de Período)	13,25	11,25	10,75	10,25	10,00

Fonte: IBGE, FGV e BACEN. \* Previsão. Estimativas: UEE / FIERGS

### GANHANDO EM CASA

*O mercado interno tornou-se o principal vetor de crescimento da indústria nacional nos dois últimos anos. A manutenção das facilidades no crédito, o aumento da massa de salários reais, e a queda dos juros, devem criar um ambiente ainda mais favorável para o segmento voltado para a demanda nacional em 2008.*

Na esteira da continuidade do cenário internacional positivo e dos bons fundamentos da economia brasileira, como o maior nível de massa de salário real e crédito, a indústria apresenta taxas de crescimento robustas, com destaque para a extrativa mineral. O crescimento de 5,8% nesse segmento no acumulado do ano é o resultado dos bons números apresentados no segmento produtor de minerais ferrosos, produtos metálicos e não-metálicos (principalmente de minério de ferro). Nesse ambiente, as perspectivas para 2007 são de uma taxa um pouco acima dos 6,1% verificados nos últimos 12 meses.

Além disso, como pode ser visto na tabela 4.1, a indústria de transformação segue de perto esse ritmo de crescimento e, da mesma forma, os resultados esperados para o final do ano no setor são positivos, devendo se situar entre 5,3% e 5,8%. No caso da indústria geral, o aumento da produção deve ser da ordem de 5,5%.

**TABELA 4.1 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL – SUBSETORES  
(VAR. %)**

GÊNEROS	MENSAL VARIÇÃO (%)	EM 12 MESES VARIÇÃO (%)	NO ANO ACUMULADO (%)	ANO ANTERIOR MESMO MÊS (%)
<b>1. Indústria geral</b>	<b>-6,10</b>	<b>4,82</b>	<b>5,37</b>	<b>5,57</b>
<b>2. Indústria extrativa</b>	<b>-4,99</b>	<b>6,12</b>	<b>5,80</b>	<b>3,96</b>
Extração de carvão mineral	26,00	7,96	0,23	3,80
Extração de petróleo e gás natural	-5,11	2,55	1,80	-0,64
Extração de minérios ferrosos	-5,43	9,58	9,68	9,12
Extração de minerais metálicos não-ferrosos	-3,96	4,90	5,69	-0,49
Extração de minerais não-metálicos	-5,35	8,12	7,47	-0,86
<b>3. Indústria de transformação</b>	<b>-6,17</b>	<b>4,74</b>	<b>5,34</b>	<b>5,66</b>

Fonte: IBGE. Até setembro/07. Sem ajuste sazonal.

Diversos fatores podem justificar esses bons resultados setoriais. A continuidade da queda dos juros, colocando a taxa real próxima a 7% ao ano; os bons resultados no setor agrícola, com aumento de produção e preços, a despeito da valorização do câmbio que reduziu a rentabilidade do segmento exportador; o aumento do nível de emprego formal; os reajustes de salários acima da inflação; os maiores gastos públicos, em especial da União, e as melhoras nas condições de crédito interno, impulsionaram a demanda por parte das famílias brasileiras<sup>7</sup>. Além disso, vale destacar a boa demanda no mercado internacional, que mantém a atividade exportadora em determinados segmentos.

Na indústria de transformação, as que melhor refletem essa conjuntura são as empresas produtoras de veículos automotores e de máquinas e equipamentos. No primeiro caso, destaque para a produção de automóveis de diversos tipos e cilindradas e

<sup>7</sup> Ver seção sobre o PIB nacional.

também de autopeças. O Brasil deve bater recorde de produção e de vendas de autoveículos em 2007. No segundo caso, os melhores resultados do ano estão na produção de forno de microondas e de centros de usinagem para trabalhar metais. Ressaltam-se também os bons números apresentados pela indústria de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. A tabela 4.2 ilustra as principais contribuições setoriais para a composição da taxa de crescimento da indústria total.

Como pode ser visto, de um agregado de 5,37% no ano, veículos automotores e máquinas e equipamentos foram responsáveis por cerca de 2,24 p.p., o que representa quase metade de todo o crescimento observado. É importante deixar evidente que o resultado só não é mais favorável para a indústria nacional dada a existência de alguns segmentos que contribuem de forma negativa. Esse é o caso da produção de materiais eletrônicos e de comunicação (receptores de televisão, tubos de imagem e monitores de vídeo), da produção de fumo e de calçados e artigos de couro.

**TABELA 4.2 – COMPOSIÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO INDUSTRIAL  
(CONTRIBUIÇÕES EM P.P.)**

Maiores Contribuições		Menores Contribuições	
Veículos automotores	1,14	Material eletrônico, aparelhos e eqüips.de comunicações	(0,18)
Máquinas e equipamentos	1,10	Fumo	(0,09)
Outros produtos químicos	0,40	Calçados e artigos de couro	(0,04)
Metalurgia básica	0,38	Madeira	(0,03)
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,35	Edição, impressão e reprodução de gravações	(0,02)
Indústrias extrativas	0,32	Celulose, papel e produtos de papel	0,00
Alimentos	0,29	Eqüips. de instrument. médico-hospitalar, ópicos e outros	0,00
Outros equipamentos de transporte	0,29	Diversos	0,00
Máquinas para escritório e eqüips.de informática	0,27	Vestuário e acessórios	0,05
Minerais não metálicos	0,18	Têxtil	0,08
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	0,17	Farmacêutica	0,08
Bebidas	0,16	Mobiliário	0,10
Borracha e plástico	0,14	Perfumaria, sabões,detergentes e produtos de limpeza	0,11
		Refino de petróleo e álcool	0,11

Fonte: IBGE. Até setembro/2006

Não é por coincidência que os segmentos que não conseguiram acompanhar os bons resultados apresentados pela média da indústria possuem uma estreita relação com a taxa de câmbio. No caso da produção de fumo, o Estado do Rio Grande do Sul, grande responsável pela comercialização no mercado internacional da folha de fumo brasileira industrializada, apresenta indicadores aquém do verificado em outros anos.

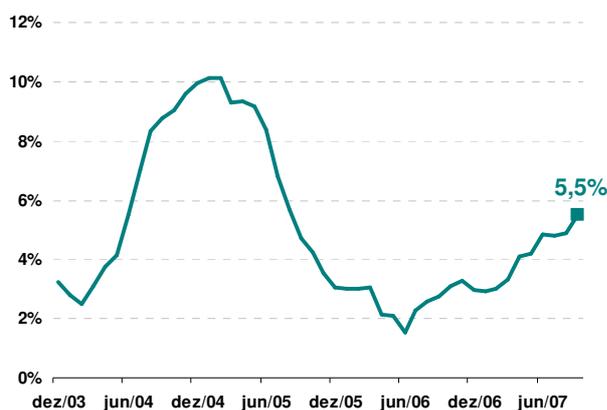
Da mesma maneira, podemos nos referir aos resultados apresentados pelas indústrias de calçados, como os de couros, em especial nas que possuem maior direcionamento para as exportações. Essas sofreram de forma mais intensa os impactos de um real mais valorizado frente ao dólar.

Porém, a despeito do patamar da taxa de câmbio, os resultados verificados para o segmento industrial que é classificado como de alta intensidade exportadora são mais positivos do que aqueles relacionados à baixa intensidade. Após ter atingido a menor taxa de crescimento em junho de 2006, desde o início da série, as indústrias mais voltadas para a atividade exportadora retomaram a produção, e apresentam performance em linha com o total da indústria.

É claro que o crescimento recente representa apenas a metade do verificado no pico da série, que foram os 10% do ano de 2004. Porém, vale destacar, uma característica atípica daquele momento era o câmbio em patamar significativamente desvalorizado.

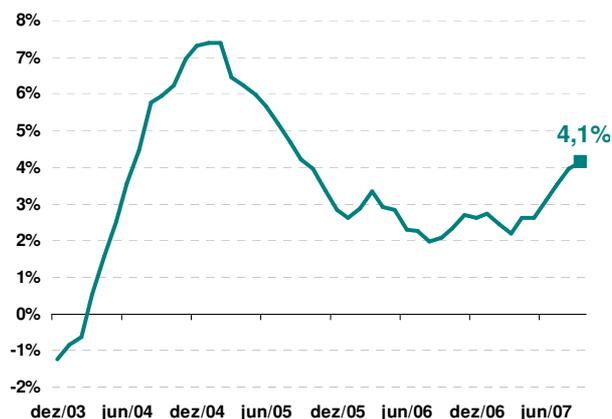
A principal questão que se coloca nesse cenário é a capacidade do setor de continuar a absorver nos próximos meses os impactos negativos de uma trajetória ainda declinante da taxa de câmbio. Após o primeiro choque da valorização, entre 2004 e 2006, que foi ao mesmo tempo de grandes magnitudes e em curto espaço de tempo, as empresas exportadoras esboçaram uma reação.

**GRÁFICO 4.1 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL – ALTA INTENSIDADE EXPORTADORA (VAR.% AC. EM 12 MESES)**



Fonte: IBGE. Até setembro/2007

**GRÁFICO 4.2 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL – BAIXA INTENSIDADE EXPORTADORA (VAR.% AC. EM 12 MESES)**



Fonte: IBGE. Até setembro/2007

O ajuste dos custos de produção, a redução de margens, o investimento na melhora de processos e o aumento dos preços no mercado internacional, foram algumas das estratégias adotadas. Porém, os espaços de ajuste de competitividade a um novo patamar do câmbio, como por exemplo, em R\$/US\$ 1,6, devem resultar em maiores dificuldades de manutenção dessa performance. Isso é particularmente preocupante em um ambiente onde as deficiências de produção se tornaram mais evidentes com a valorização do câmbio, como por exemplo, a infra-estrutura logística precária, a alta carga tributária, o excesso de burocracia e a corrupção.

Se por um lado, o câmbio mais forte representa uma redução da rentabilidade setorial nos segmentos exportadores, ao mesmo tempo em que reduz o dinamismo do setor frente a seus concorrentes no cenário mundial, por outro, tem como importante elemento as oportunidades de investimentos. Em primeiro lugar com a compra de empresas no exterior e a realização de joint ventures no mercado doméstico. Em segundo lugar com a importação de máquinas e equipamentos, principalmente com aquelas que não possuem similares no País.

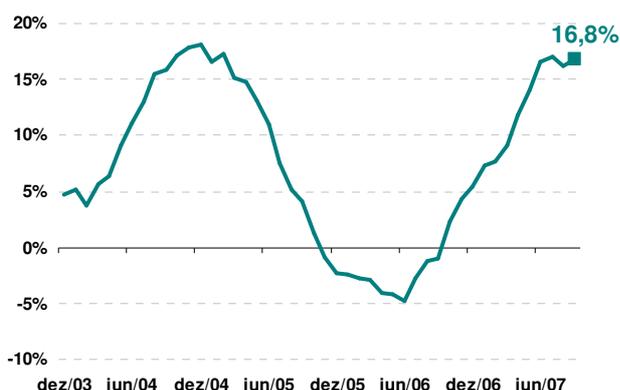
De fato, a absorção de bens de capital<sup>8</sup> no mercado doméstico bateu recorde nesse ano, sinalizando que está ocorrendo um elevado nível de investimento no País. Os indicadores revelam que não apenas tem ocorrido um forte movimento de importação de máquinas e equipamentos, mas que, também, a produção interna de bens de capital avança. Tal cenário sinaliza melhores níveis de investimento no ano da mesma forma que deve resultar em uma melhor composição da estrutura produtiva setorial no futuro. Elemento importante, em um ambiente de câmbio valorizado, para gerar fôlego para uma maior competição, tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

Vale destacar que uma indústria mais bem preparada, com máquinas mais modernas e eficientes, deve permitir a manutenção de alguns setores no mercado

<sup>8</sup> Essa medida é dada pela diferença entre a produção física de bens de capital doméstico e as exportações do segmento. Soma-se a esse resultado, o índice de quantidade importada de bens de capitais.

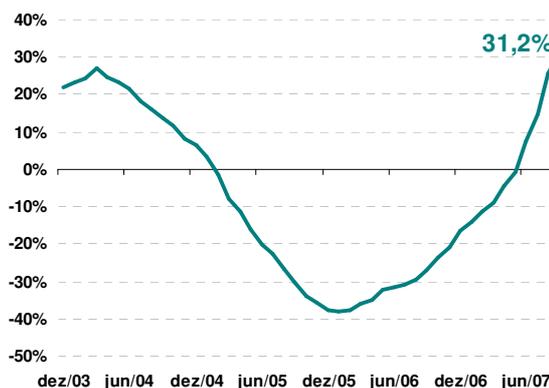
exportador nos próximos anos. Os destaques nesse cenário são tanto a produção de bens de capital para fins industriais, importante fator a expandir o produto potencial, bem como as máquinas destinadas para o setor agrícola. No primeiro caso, a taxa de crescimento chega a 17% no acumulado nos últimos 12 meses. E, no segundo, a significativos 31%.

**GRÁFICO 4.3 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL – BENS DE CAPITAL PARA FINS INDUSTRIAIS (VAR.% AC. EM 12 MESES)**



Fonte: IBGE. Até setembro/2007

**GRÁFICO 4.4 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL – BENS DE CAPITAL AGRÍCOLA (VAR.% AC. EM 12 MESES)**



Fonte: IBGE. Até setembro/2007

Muito mais importante que esse resultado final é o comportamento da produção ao longo do tempo. Após um ciclo de dificuldades entre o final de 2004 e meados de 2006, o setor se recuperou. Na esteira da crise da agropecuária, com as secas presenciadas em diversos estados, em especial no Sul do Brasil, a indústria de bens de capital agrícolas chegou a amargar uma queda na produção de cerca de 40%. Porém, as menores taxas de juros e a melhora das condições de produção e do crédito doméstico, permitiram uma nova capitalização do setor e o direcionamento de recursos para investimentos. Com esse resultado, é de se esperar ganhos de produtividade para os próximos anos na agricultura nacional, e que devem ser revertidos por maior demanda de produtos industriais, em especial nos municípios do interior e nas indústrias produtoras de bens de consumo duráveis e semi-duráveis.

Outro setor industrial que mostra bom dinamismo no ano é a construção civil. Com a volta dos financiamentos de mais longo prazo, em um ambiente de política monetária mais parcimoniosa, além das boas condições do mercado de trabalho, a indústria da construção civil deve concluir um ciclo de dois anos de intensa atividade. O reflexo dessa performance pode ser sentido na produção de bens de capital para o setor, bem como no consumo aparente de cimento.

Como pode ser visto no gráfico 4.5, o primeiro movimento de forte produção desse tipo de produto teve um pico ao final de 2004. Desde então, um ajuste lento e gradual veio ocorrendo nesse segmento. Porém, desde o início do ano é possível notar uma recuperação na atividade, um bom sinal para os resultados futuros na indústria.

Dessa forma, o cenário de desempenho do setor industrial brasileiro no ano de 2007 deixa claro a necessidade de se fazer mais investimentos em um elo importante desse processo que é o fornecimento de energia. Apesar dos recentes problemas apontados no fornecimento de gás e dos riscos de se configurar um racionamento com o nível dos reservatórios mais baixos, a indústria produtora de bens de capital para energia elétrica está a todo vapor.

Esse segmento cresce 16% no acumulado em 12 meses, e mostra recuperação após o pico de produção de meados do ano passado, quando a atividade setorial chegou a bater nos 40%. Ressalta-se que esse resultado é um bom indicador para as expectativas futuras dos empresários sobre a capacidade da economia brasileira de oferecer infra-estrutura de energia para a continuidade do crescimento no médio prazo. E, por hora, mitiga, mas não elimina, os riscos de fornecimento de energia.

**GRÁFICO 4.5 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL – BENS DE CAPITAL PARA CONSTRUÇÃO (VAR.% AC. EM 12 MESES)**



Fonte: IBGE. Até setembro/2007

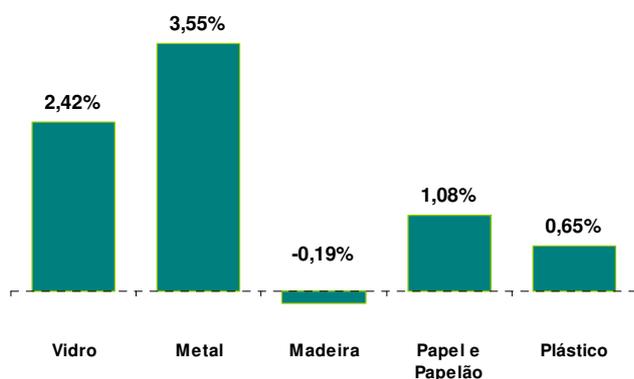
**GRÁFICO 4.6 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL – BENS DE CAPITAL PARA ENERGIA ELÉTRICA (VAR.% AC. EM 12 MESES)**



Fonte: IBGE. Até setembro/2007

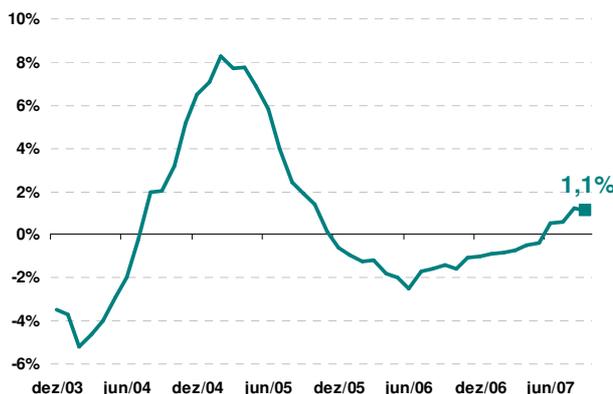
O grau de disseminação da atividade produtiva industrial nacional, ou seja, o quanto a atual expansão está ocorrendo de forma concentrada em poucos segmentos ou então é mais disseminada entre os setores, pode ser notado nos resultados desagregados. Mas, acima de tudo, os indicadores tidos como antecedentes, sinalizam que essa conjuntura tem condições de manter o ritmo para os próximos meses. Em especial, destaque para as indústrias de embalagens.

**GRÁFICO 4.7 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL – EMBALAGENS (VAR.% AC. EM 12 MESES)**



Fonte: IBGE. Em setembro/2007

**GRÁFICO 4.8 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL – EMBALAGENS DE PAPEL E PAPELÃO (VAR.% AC. EM 12 MESES)**



Fonte: IBGE. Até setembro/2007

Dentre todas as aberturas analisadas, apenas as embalagens de madeira estão com performance negativa. No acumulado em 12 meses, a produção de embalagens de metal cresce 3,5% e a tendência de recuperação desse segmento se estende desde o

final de 2005. As indústrias de embalagens de vidro também sinalizam produção crescente, porém, em menor magnitude.

Mas, chama-se a atenção para os resultados apontados para a indústria de embalagens de papel e papelão. Após ter atingido um pico de produção ao final de 2004, quando então a economia brasileira como um todo cresceu 5,7%, o ritmo de produção foi reduzido. Desde meados do ano passado, verifica-se uma retomada da atividade nesse segmento que culminou, no mês de setembro último, em um acumulado em 12 meses de 1,1%. Um valor bem abaixo do verificado em 2004, mas com tendência positiva e que deixa antever uma produção industrial aquecida no ano de 2007.

As perspectivas traçadas para 2008 foram feitas a partir de três cenários. No primeiro caso, no cenário mais moderado, acredita-se na manutenção do ciclo de crescimento no ambiente externo e interno. As menores taxas de juros, juntamente com o aumento do crédito e da massa de salários real, resultarão em demanda ainda aquecida para o setor industrial. Projeta-se um resultado positivo da produção industrial em todos os segmentos porém, com os produtores de bens de capital apresentando maior dinamismo, na esteira de níveis de investimentos mais elevados. Dessa forma, no cenário moderado a produção industrial deve crescer cerca de 4,8%.

No cenário otimista, a melhor performance da economia internacional, com riscos mais baixos de disseminação dos problemas no mercado *subprime*, irá resultar em maiores investimentos no Brasil. Nesse caso, projeta-se a manutenção de níveis elevados de absorção de bens de capital, tanto com boa produção quanto com maiores importações. O maior crescimento da renda interna impulsionará as vendas de bens de consumo duráveis. Dessa forma, em um ambiente mais otimista, a produção industrial pode crescer cerca de 5,2%.

Por fim, no cenário mais pessimista, projeta-se um maior impacto da crise do *subprime* sob o crescimento da economia americana e as condições financeiras em importantes bancos e seguradoras. Tal situação pode dificultar a manutenção dos níveis de crédito no cenário internacional, e o Brasil não estaria imune de sentir a queda da demanda e o fluxo de capitais para o País. É claro que não se cogita a configuração de uma crise, apenas que as condições não serão tão favoráveis como a presenciada no ano de 2007. Mesmo assim, nesse cenário projeta-se que a produção industrial cresça cerca de 4,2%.

**TABELA 4.3 – PREVISÕES PARA A PRODUÇÃO INDUSTRIAL**

	2006	2007*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Indústria Extrativa Mineral	7,2%	5,3%	4,9%	5,2%	5,9%
Indústria de Transformação	2,6%	5,1%	4,0%	4,7%	5,0%
<b>Indústria Total<sup>2</sup></b>	<b>2,9%</b>	<b>5,2%</b>	<b>4,2%</b>	<b>4,8%</b>	<b>5,2%</b>

Fonte: UEE/FIERGS. \* Previsão. Estimativas: UEE/FIERGS

## 5. MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL

---

### O EMPREGO BATE À PORTA

*O mercado de trabalho brasileiro no ano de 2007 respondeu ao que poderia se esperar de um cenário altamente favorável para atividade produtiva: crescimento do nível de emprego e da renda do trabalhador e queda na taxa de desemprego. Para 2008, sem perspectivas de mudanças significativas no ambiente econômico nacional e internacional, projeta-se a continuidade desse processo.*

O desempenho do mercado de trabalho brasileiro será analisado sob enfoque de seus principais componentes: o nível de emprego, a taxa de desemprego e os rendimentos dos trabalhadores. A abrangência da análise será o total da economia brasileira (no caso da taxa de desemprego, as principais regiões metropolitanas) e, em especial, para a indústria de transformação. Para tal, serão utilizadas as informações de emprego com carteira assinada disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego<sup>9</sup>, as variáveis relacionadas ao mercado de trabalho industrial disponibilizado pela CNI<sup>10</sup> e os dados divulgados pelo IBGE<sup>11</sup>, em especial, ao que se refere à taxa de desemprego e os rendimentos nas seis principais regiões metropolitanas do País.

De acordo com as diferentes pesquisas, a evolução do nível de ocupação formal brasileiro confirmou, durante o ano, o que se esperaria de um cenário econômico de características tão favoráveis. A robustez dos números só é superada pelo recorde histórico de 2004.

Nesse sentido, o número médio de empregados com carteira assinada no Brasil, no período de janeiro a setembro de 2007, alcançou a marca de 35,3 milhões. Este contingente corresponde a um crescimento de 4,1% comparativamente ao mesmo período ano passado e representa 1,34 milhões de postos de trabalhos criados no ano.

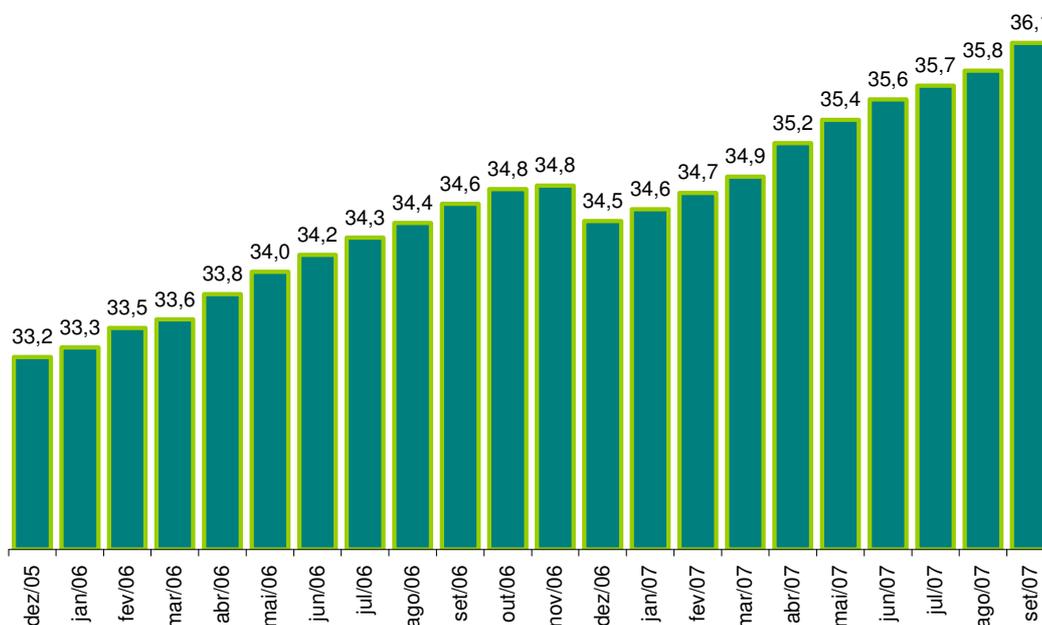
---

<sup>9</sup> Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) são registros administrativos prestados pelas empresas ao M.T.E.. A RAIS é anual e o CAGED mensal. Ambos tem alcance nacional e setorial. A limitação é o fato de abranger apenas os trabalhadores com carteira assinada.

<sup>10</sup> A Pesquisa Indicadores Industriais da Confederação Nacional Industrial é uma pesquisa, com base em questionário próprio, realizada com empresas industriais com mais de 20 empregados em 12 estados e refere-se ao setor formal da economia.

<sup>11</sup> A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) é realizada apenas nas seis principais regiões metropolitanas do País e abrange o setor formal e informal da economia.

**GRÁFICO 5.1 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO  
EVOLUÇÃO MENSAL DO NÍVEL DE EMPREGO FORMAL – BRASIL – EM MILHÕES**



Fonte: MTE Elaboração UEE/FIERGS

Em termos regionais, os dados de 2007 apontam para um crescimento do nível de emprego formal em todas as regiões do País. A região Sudeste, naturalmente, é a que apresenta a maior contribuição para o agregado em termos absolutos. Em termos relativos, as maiores taxas de crescimento foram apontadas pelas regiões Sudeste (+4,6%) e Sul (+4,1%).

**TABELA 5.1 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO  
NÍVEL DE EMPREGO FORMAL - REGIÕES – BR**

	Estoque médio de empregados		Diferença absoluta	Diferença (%)
	Jan/Set-2006	Jan/Set-2007		
Região Norte	1.673.877	1.723.774	49.896	3,0%
Região Nordeste	5.816.547	5.989.710	173.163	3,0%
Região Sudeste	17.733.466	18.540.841	807.375	4,6%
Região Sul	5.948.883	6.193.074	244.190	4,1%
Região Centro Oeste	2.801.426	2.870.444	69.019	2,5%
<b>Total</b>	<b>33.974.200</b>	<b>35.317.842</b>	<b>1.343.642</b>	<b>4,0%</b>

Fonte: MTE Elaboração UEE/FIERGS

Em termos setoriais, a ausência de choques negativos é uma característica marcante da evolução da ocupação formal em 2007, favorecida pelo elevado nível de atividade econômica no País. As contribuições de cada setor para o resultado global, em termos absolutos, correspondem a sua respectiva importância relativa na estrutura produtiva do Brasil, pela ordem: serviços, indústria, em especial indústria de transformação e, por fim, agropecuária.

Em termos relativos, a indústria extrativa mineral registrou a maior taxa de crescimento, 10,7%, na comparação dos nove primeiros meses do ano com o período análogo do ano passado. A construção civil também é um grande destaque com uma expansão de 7,0% (91,7 mil novos empregos). É importante ressaltar ainda o consistente

aumento do emprego na indústria de transformação (+5,0%). O setor de Serviços, em que pese o maior número de postos, registrou um desempenho abaixo da média geral: 3,7%.

**TABELA 5.2 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO  
NÍVEL DE EMPREGO FORMAL – SETORES – BRASIL**

	Estoque médio de empregados		Diferença Absoluta	Diferença (%)
	Jan/Set-2006	Jan/Set-2007		
Agropecuária	1.514.954	1.533.315	18.361	1,2%
Indústria Total	7.857.488	8.283.649	426.160	5,4%
Indústria Extrativa Mineral	155.218	171.871	16.653	10,7%
Indústria de Transformação	6.165.653	6.476.354	310.701	5,0%
Prod. Dist. Elet, gás, água	221.334	228.422	7.088	3,2%
Construção Civil	1.315.283	1.407.002	91.718	7,0%
Serviços	24.601.758	25.500.879	899.121	3,7%
<b>Total</b>	<b>33.974.200</b>	<b>35.317.842</b>	<b>1.343.642</b>	<b>4,0%</b>

Fonte: MTE Elaboração UEE/FIERGS

No que se refere especificamente à indústria de transformação, a expansão de 5,0%, corresponde a um nível de emprego, em termos absolutos, com 310,7 mil vagas a mais do que o registrado no período de 2006. O expressivo incremento nesse setor reflete a forte expansão das vendas e da produção industrial no ano.

Entre os ramos industriais, a grande maioria registra um nível de emprego em 2007 acima do verificado no ano passado. As maiores contribuições para o resultado global no ano vêm sendo dadas pelos segmentos de alimentos e bebidas com um quadro funcional 6,6% (82,3 mil novos postos de trabalho) superior ao registrado no período janeiro a setembro de 2006, vestuário e acessórios com um crescimento de 5,6% (29,8 mil) e produtos de metal que mostra uma expansão de 7,3% (28,7 mil). Ressalta-se que aumento do emprego nesses setores reflete, principalmente, o grande dinamismo do mercado interno.

Em termos relativos, as maiores taxas de expansão (dois dígitos) no período foram apontadas pela ordem: outros equipamentos de transporte (+20,7%), coque e refino de petróleo (+15,5%) e reciclagem (+13,1%).

Por outro lado, o setor fumageiro registrou o pior desempenho entre os segmentos industriais com uma redução de 14,8% no nível de emprego o que significou uma perda de cerca de 3,7 mil postos de trabalho no período em análise. As empresas fabricantes de produtos de madeira (-0,9%) e de material eletrônico e de comunicação (-4,4%) completam o grupo de setores que reduziram o quadro de funcionários. Esses, em conjunto, totalizaram 5,5 mil vagas fechadas.

De uma forma geral, os números fornecem a dimensão do vigor do atual dinamismo do mercado de trabalho industrial brasileiro, como pode ser visto na tabela 4.3.

**TABELA 5.3 – NÍVEL DE OCUPAÇÃO  
NÍVEL DE EMPREGO FORMAL – JANEIRO A SETEMBRO  
ATIVIDADE DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - BRASIL**

	Estoque médio de empregados		Diferença absoluta	Diferença (%)
	Jan/Set-2006	Jan/Set-2007		
Alimentos e bebidas	1.242.349	1.324.572	82.223	6,6%
Produtos do fumo	24.869	21.185	(3.684)	-14,8%
Produtos têxteis	314.822	323.631	8.809	2,8%
Vestuário e acessórios	533.023	562.853	29.830	5,6%
Couros, artef. e calçados	386.419	391.568	5.149	1,3%
Produtos de madeira	229.797	227.635	(2.162)	-0,9%
Celulose, papel e produtos de papel	139.145	143.400	4.256	3,1%
Edição, impressão e rep. de gravações	208.710	214.485	5.776	2,8%
Coque e refino de petróleo	104.470	120.663	16.192	15,5%
Produtos químicos	322.058	331.038	8.980	2,8%
Borracha e plástico	340.833	359.882	19.049	5,6%
Minerais não metálicos	313.280	322.828	9.548	3,0%
Metalurgia básica	223.486	235.061	11.575	5,2%
Produtos de metal	390.098	418.768	28.670	7,3%
Máquinas e equipamentos	336.391	363.230	26.839	8,0%
Máquinas para escritório e equip de informátic...	36.885	41.452	4.567	12,4%
Máquinas, apar. e mat. elétricos	149.999	160.338	10.340	6,9%
Material eletrônico e de com.	82.466	78.853	(3.613)	-4,4%
Equipamentos de instr. p/ uso médico hospital...	47.946	51.444	3.498	7,3%
Veículos automotores	349.188	366.432	17.243	4,9%
Outros equipamentos de transporte	69.167	83.512	14.344	20,7%
Móveis e indústrias diversas	297.889	308.228	10.338	3,5%
Reciclagem	22.362	25.297	2.935	13,1%
<b>Total</b>	<b>6.165.653</b>	<b>6.476.354</b>	<b>310.701</b>	<b>5,0%</b>

Fonte: MTE Elaboração UEE/FIERGS

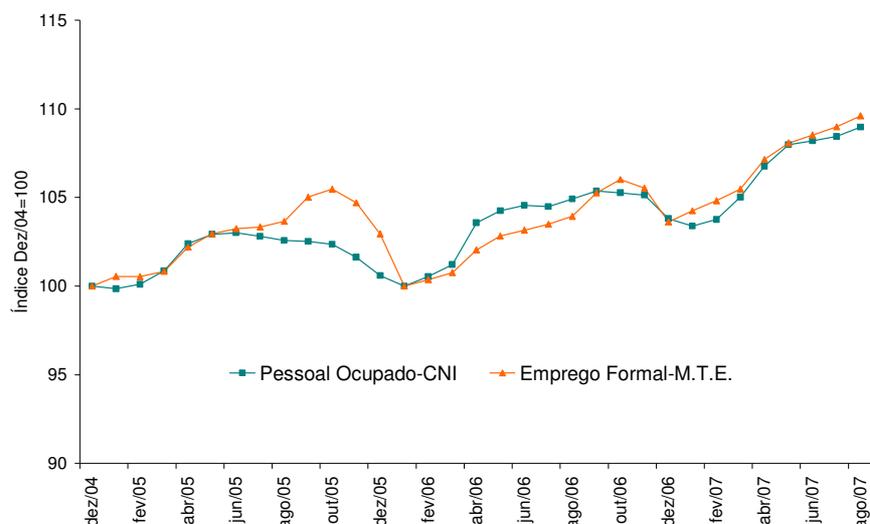
Além dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS e CAGED) demonstrados até aqui, a análise do emprego industrial também pode ser feita observando-se os resultados da variável pessoal ocupado total da Pesquisa Indicadores Industriais do Brasil da CNI.

Em primeiro lugar, cabe referir que as trajetórias dos indicadores de emprego industrial (M.T.E. e C.N.I.), de uma forma geral, registram um comportamento semelhante ao longo do ano, embora as taxas acumuladas em 2007 difiram na magnitude.

Algumas considerações nesse momento devem ser feitas no que se refere à metodologia aplicada por cada órgão de pesquisa. Os registros do CAGED trabalham com todo o universo de empresas formais que informam o relatório no prazo estipulado pelo M.T.E. A amostra dos Indicadores Industriais/CNI abrange somente as empresas com mais de 20 empregados com carteira assinada. Outro aspecto importante nos números do Ministério do Trabalho e Emprego é que os registros administrativos do CAGED, além dos postos de trabalho efetivamente criado, podem incluir um movimento de formalização do emprego. Ou seja, é possível que parte dos números venham a representar vagas já existentes que saíram da informalidade.

De qualquer forma, o vigoroso desempenho do nível de emprego no parque fabril brasileiro em 2007, captado pelo CAGED, é confirmado pela Pesquisa Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI). De fato, o indicador pessoal ocupado total aponta uma expansão de 3,4% no acumulado de janeiro a setembro em relação ao mesmo período de 2006.

## GRÁFICO 5.2 – NÍVEL DE OCUPAÇÃO EVOLUÇÃO MENSAL DO NÍVEL DE EMPREGO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – BRASIL



Fonte: MTE/CNI Elaboração UEE/FIERGS

Entre as atividades industriais pesquisadas, no mesmo período de análise, as maiores taxas de crescimento foram verificadas nas empresas fabricantes de coque e refino (+14,6%), outros equipamentos de transporte (+11,0%) e alimentos e bebidas (+10,1%). Entre os setores que registraram um desempenho abaixo da média da indústria destaque para couros e calçados (+0,9%), produtos químicos (+1,3%) e móveis (0,0%). Apenas seis setores industriais demonstraram retração no nível de emprego nos primeiros nove meses do ano. As maiores quedas foram apontadas pelas empresas de material eletrônico e de comunicação (-4,6%), de produtos de madeira (-5,8%) e de produtos têxteis (-2,0%) e refletem o desempenho negativo na produção industrial ao longo do ano.

### TABELA 5.4 – NÍVEL DE OCUPAÇÃO INDUSTRIAL VARIAÇÃO ACUMULADA DE JANEIRO A SETEMBRO – ATIVIDADES - BRASIL

	Variação (%)
Alimentos e bebidas	10,11
Produtos têxteis	(1,97)
Conf. art. vestuário e acessórios	(1,28)
Prep. couro, fab. art. couro e calçados	0,86
Produtos de madeira	(5,84)
Celulose, papel e prod. papel	(1,08)
Edição, impr. e reprodu. gravações	(2,36)
Coque, refino comb. nuclear, álcool	14,60
Produtos químicos	1,34
Artigos borracha e plástico	2,29
Prod. minerais não-metálicos	3,40
Metalurgia básica	4,24
Prod. metálicos - excl. máquinas	6,74
Máquinas e equipamentos	2,34
Máq., aparelhos e mat. elétricos	7,41
Mat. eletrônico e equip. comunic.	(4,60)
Veículos automotores	1,13
Outros equipamentos de transporte	11,02
Móveis, indústrias diversas	0,02
<b>Indústrias de Transformação</b>	<b>3,40</b>

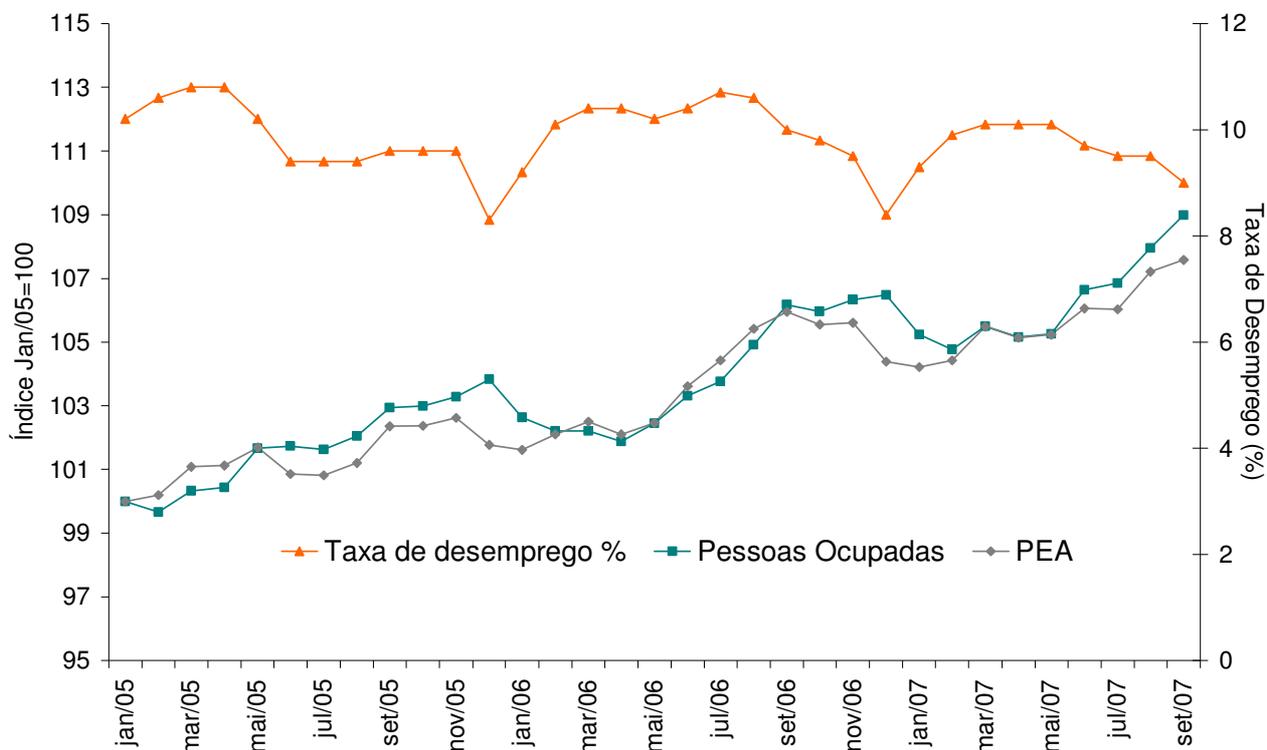
Fonte: CNI Elaboração UEE/FIERGS

Outra variável importante para determinar o comportamento do mercado de trabalho e de amplo impacto social é a taxa de desemprego. Essa, todavia, tem como componentes não só o nível do emprego, mas também a oferta de mão-de-obra. De acordo com essa relação, para que a taxa de desemprego se mantenha constante é preciso que o crescimento da demanda por emprego (nível de emprego) seja suficientemente grande para compensar a entrada de novos membros no mercado de trabalho (População Economicamente Ativa-PEA). Portanto, é possível aumentar o nível de emprego e, simultaneamente, a taxa de desemprego, embora esta não seja a dinâmica atual nas regiões metropolitanas pesquisadas.

A taxa de desemprego, pesquisado pelo IBGE, abrange apenas seis regiões metropolitanas – Recife, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte.

A evolução do mercado de trabalho metropolitano em 2007 se caracteriza por uma redução na taxa de desemprego expressa em um aumento da demanda e da oferta de mão-de-obra. Entretanto, a procura por trabalhadores por parte dos empregadores superou o crescimento da força de trabalho (PEA). De fato, a redução da desocupação refletiu um crescimento de 2,9% no nível de ocupação e de 2,3% na oferta de mão-de-obra nos primeiros nove meses do ano ante o período análogo de 2006. Assim, nessa mesma base de comparação, a taxa de desemprego média em 2007 foi de 9,69% ante uma taxa de desemprego de 10,2% em 2006.

**GRÁFICO 5.3–TAXA DE DESEMPREGO, OCUPAÇÃO E OFERTA DE MÃO-DE-OBRA TOTAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS**



Fonte: IBGE. Elaboração UEE/FIERGS

Em termos absolutos, esse diferencial (0,53 pontos percentuais) representa uma diminuição de 3,1% (70 mil indivíduos) no contingente de desempregados, situação esta que alcança, em 2007, 2,22 milhões de trabalhadores no total das regiões metropolitanas pesquisadas.

**TABELA 5.5 – INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO  
TOTAL DAS REGIÕES**

	Indicadores (em mil)		Diferença (em mil)	Diferença (%)
	Jan/Set-2006	Jan/Set-2007		
População ocupada	20.137	20.718	581	2,9%
População economicamente ativa	22.428	22.938	511	2,3%
População desempregada	2.291	2.221	-70	-3,1%
<b>Taxa de desemprego (%)</b>	<b>10,2%</b>	<b>9,7%</b>	<b>-</b>	<b>-0,5%</b>

Fonte: IBGE Elaboração UEE/FIERGS

As maiores taxas de desemprego, entre as regiões metropolitanas, foram registradas em Salvador, Recife e São Paulo, que apresentaram um desempenho acima da média das regiões. A menor taxa de desemprego foi verificada na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Em termos regionais, com exceção de Salvador, todas as regiões pesquisadas apontaram uma redução na taxa de desemprego. As reduções mais expressivas foram verificadas nas regiões metropolitanas de Recife e do Rio de Janeiro. Nas regiões onde a taxa de desemprego caiu, a dinâmica do indicador foi igual: um acréscimo da demanda superior ao crescimento da oferta de emprego.

**TABELA 5.6 – INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO  
TOTAL DAS REGIÕES**

	Taxa de Desemprego		Diferença (p.p.)
	Jan/Set-2006	Jan/Set-2007	
Recife	15,4%	12,3%	-3,0%
Salvador	13,9%	14,2%	0,3%
Belo Horizonte	8,7%	8,1%	-0,6%
Rio de Janeiro	8,2%	7,4%	-0,8%
São Paulo	10,7%	10,6%	-0,2%
Porto Alegre	8,1%	7,7%	-0,4%
<b>Total das áreas</b>	<b>10,2%</b>	<b>9,7%</b>	<b>-0,5%</b>

Fonte: IBGE Elaboração UEE/FIERGS

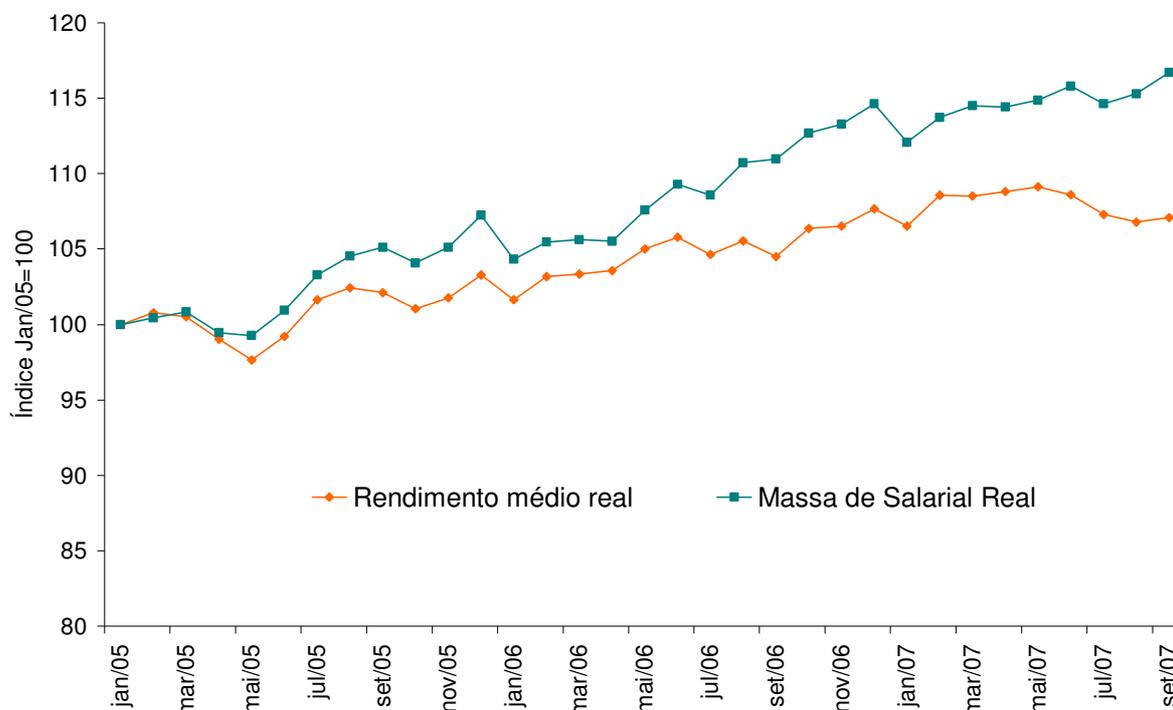
A última variável analisada, referente ao mercado de trabalho brasileiro, é o rendimento do trabalhador. Nesse caso, há duas fontes para análise: a primeira é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), que abrange o setor formal e informal da economia das principais regiões metropolitanas. A segunda, a partir do setor das informações da CNI, se refere aos rendimentos dos trabalhadores da indústria de transformação que tem abrangência nacional.

Assim como os demais indicadores do mercado de trabalho, o rendimento real (descontada a inflação) dos trabalhadores apresentou uma sensível melhora em 2007. A estabilização dos preços, os aumentos reais do salário mínimo e os reajustes no setor público e privado explicam este comportamento. Nesse cenário, o rendimento médio real habitualmente recebido pelo trabalhador aumentou 3,6% nos nove primeiros meses do ano: passou de R\$ 1.084,22 em 2006 para 1.123,66 (valores de setembro) em 2007. Ou seja, cada trabalhador recebeu em média R\$ 39,4 por mês acima do rendimento recebido no ano passado o que totaliza R\$ 355,00 reais a mais que o embolsado nos nove primeiros meses de 2006.

A massa salarial do total das regiões pesquisadas, por sua vez, cresceu 6,6% no período janeiro a setembro de 2007 ante o mesmo período de 2006. Em valores absolutos, o crescimento dos rendimentos totais recebidos habitualmente pelos trabalhadores representou uma injeção média de R\$ 1,443 bilhão a mais por mês na

comparação com o ano passado, nas economias das regiões metropolitanas pesquisadas em valores de setembro, o que em nove meses representa quase R\$ 13 bilhões.

**GRÁFICO 5.4—RENDIMENTO REAL MÉDIO E TOTAL HABITUALMENTE RECEBIDO TOTAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS**



Fonte: IBGE Elaboração UEE/FIERGS

A expansão do rendimento médio do trabalhador nas regiões metropolitanas pesquisadas se deu por conta, especialmente, dos grupos formados pelos trabalhadores por conta própria e do setor público. No setor privado, a expansão dos rendimentos foi bem inferior à média da economia.

**TABELA 5.7 – RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUALMENTE RECEBIDO TOTAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS**

	Rendimento médio R\$		Diferença absoluta	Diferença (%)
	Jan/set-2006	Jan/set-2007		
Setor Privado	989,04	1.012,63	23,59	2,4%
Setor Público	1.625,67	1.732,21	106,54	6,6%
Conta Própria	863,10	931,93	68,83	8,0%
<b>Total</b>	<b>1.084,22</b>	<b>1.123,66</b>	<b>39,44</b>	<b>3,6%</b>

Fonte: IBGE Elaboração UEE/FIERGS

Em termos regionais, o rendimento médio do trabalhador metropolitano aumentou em todas as regiões pesquisadas, com mais intensidade, porém, no Rio de Janeiro e Porto Alegre, que registraram taxas superiores à média total. A massa de salários, no mesmo sentido, expandiu de forma ainda mais intensa como consequência do aumento da ocupação, com destaque para as regiões de Salvador e do Rio de Janeiro.

**TABELA 5.8 – RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUALMENTE RECEBIDO TOTAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS**

	Rendimentos	
	Médio	Massa salarial
Recife	3,1%	4,8%
Salvador	3,8%	9,6%
Belo Horizonte	3,3%	8,1%
Rio de Janeiro	6,8%	8,4%
São Paulo	2,1%	5,3%
Porto Alegre	4,5%	6,4%
<b>Total das áreas</b>	<b>3,6%</b>	<b>6,6%</b>

Fonte: IBGE Elaboração UEE/FIERGS

No que se refere especificamente aos rendimentos na Indústria de Transformação brasileira, a massa salarial, em termos reais, cresceu 5,1% de janeiro a setembro comparativamente ao mesmo período do ano passado conforme a pesquisa Indicadores Industriais da CNI. Em termos setoriais, a ampla maioria dos segmentos industriais registrou expansão na variável. Entre estes, destaques para outros equipamentos de transporte, alimentos e bebidas e máquinas e aparelhos elétricos. Apresentaram queda no rendimento total as empresas produtoras de madeira, celulose, papel e produtos de papel, edição e impressão e material eletrônico e de comunicação.

A remuneração média por trabalhador industrial, por sua vez, cresceu apenas 1,5% e foi mais intensa nos setores coureiro-calçadista, alimentos e bebidas, máquinas e aparelhos elétricos e têxteis. As maiores quedas foram apontadas nos setores de coque e refino, edição e impressão e veículos automotores.

É importante referir, por fim, que o desempenho do rendimento médio acontece muitas vezes em ambiente de um crescimento do emprego consistente, como o atual, visto que os novos contratados tendem a receber um salário inferior aos empregados com mais tempo de serviço, diminuindo a média. Portanto, não deve ser encarado como um aspecto negativo.

**TABELA 5.9 – REMUNERAÇÃO PAGA AOS TRABALHADORES ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - BRASIL**

	Remuneração Total	Remuneração média
Alimentos e bebidas	14,9%	5,6%
Produtos têxteis	3,7%	5,5%
Conf. art. vestuário e acessórios	2,3%	4,3%
Prep. couro, fab. art. couro e calçados	5,4%	6,6%
Produtos de madeira	-5,9%	0,3%
Celulose, papel e prod. papel	-2,2%	-1,0%
Edição, impr. e reprod. gravações	-4,4%	-2,2%
Coque, refino comb. nuclear, álcool	4,8%	-6,0%
Produtos químicos	1,2%	-0,3%
Artigos borracha e plástico	7,6%	4,2%
Prod. minerais não-metálicos	0,9%	-1,6%
Metalurgia básica	6,0%	1,7%
Prod. metálicos - excl. máquinas	6,8%	-0,9%
Máquinas e equipamentos	2,8%	-1,6%
Máq., aparelhos e mat. elétricos	14,5%	5,5%
Mat. eletrônico e equip. comunic.	-3,2%	1,1%
Veículos automotores	1,4%	-2,1%
Outros equipamentos de transporte	19,5%	4,8%
Móveis, indústrias diversas	3,0%	2,3%
<b>Indústrias de Transformação</b>	<b>5,1%</b>	<b>1,5%</b>

Fonte: CNI Elaboração UEE/FIERGS

Segundo as projeções da Unidade de Estudos Econômicos, mantido o atual padrão de crescimento do emprego formal brasileiro em 2007 o País deverá encerrar o ano contabilizando algo em torno de 1,433 milhões de novas vagas. Na indústria total, este número deverá ser de 460,7 mil, bem acima do registrado no ano passado 333 mil. Mais especificamente na indústria de transformação, espera-se a geração de 328 mil postos de trabalho, número bastante superior ao registrado no ano passado.

Já para 2008, com a manutenção da conjuntura favorável para a atividade econômica no Brasil e tendo como base o cenário moderado, na esteira de um cenário de taxa de juros menores, inflação baixa, crescimento da demanda por mão-de-obra e da massa salarial e a manutenção dos elevados níveis de crédito, têm-se as condições para se criar 1,3 milhão de empregos. Vale ressaltar que em qualquer dos cenários o ritmo de geração de empregos deverá ser um pouco menor do que o ano passado, devido à alta base de comparação. Na indústria total projeta-se uma criação de 411,9 mil postos de trabalho, sendo 270,4 mil na indústria de transformação.

No cenário mais pessimista, as projeções para a economia são, naturalmente mais modestas, e como consequência estima-se um ritmo menor de geração de empregos formais. Porém, acredita-se que, pelo menos, 1,1 milhão de empregos no ano de 2008 sejam criados.

No cenário otimista, expresso em uma expectativa de expansão econômica mais intensa, a geração de emprego formal no Brasil deverá alcançar 1,5 milhão.

**TABELA 5.10 - PERSPECTIVAS PARA O ESTOQUE DE EMPREGADOS FORMAIS BRASIL**

	2006	2007*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	1.392.796	1.406.057	1.419.286	1.426.419	1.433.551
Indústria Total	7.952.906	8.413.625	8.781.427	8.825.555	8.869.683
Indústria de transformação	6.237.215	6.565.253	6.801.532	6.835.711	6.869.889
Serviços	25.121.601	26.080.492	26.819.300	26.954.070	27.088.841
<b>Total</b>	<b>34.467.303</b>	<b>35.900.175</b>	<b>37.020.013</b>	<b>37.206.044</b>	<b>37.392.074</b>

Fonte: MTE \*Previsão. Estimativas: UEE/FIERGS

**TABELA 5.11- PERSPECTIVAS PARA A GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAIS - BRASIL**

	2006	2007*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	14.673	13.261	13.229	20.361	27.494
Indústria Total	332.628	460.719	367.802	411.930	456.057
Indústria de transformação	228.874	328.038	236.279	270.458	304.636
Serviços	881.385	958.891	738.808	873.578	1.008.348
<b>Total</b>	<b>1.228.686</b>	<b>1.432.872</b>	<b>1.119.839</b>	<b>1.305.869</b>	<b>1.491.899</b>

Fonte: MTE \*Previsão. Estimativas: UEE/FIERGS

### **SETOR EXTERNO BRASILEIRO SUPERA EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO EM 2007**

*O ano de 2007 fecha com as exportações brasileiras crescendo, mas devido à sobrevalorização cambial e a forte demanda interna, as importações superam a performance das vendas externas.*

As exportações brasileiras superaram as expectativas de mercado do início do ano, que indicavam um valor próximo a US\$ 140 bilhões. Os dados computados até outubro registram vendas no valor de US\$ 132,4 bilhões, ou 16% de crescimento em relação a 2006. Os resultados acumulados em 12 meses, que representam mais precisamente a tendência da variável, apontam valor superior a US\$ 156 bilhões, conforme mostra o gráfico 6.2.

As importações continuaram crescendo em ritmo acelerado, em torno de 29%, e devem fechar o ano próximo dos US\$ 117 bilhões. Destaca-se que o ritmo de crescimento das últimas, em termos relativos, é bastante superior ao das exportações. No acumulado do ano, as importações somam US\$ 98 bilhões. Assim, o saldo comercial brasileiro decresceu 8% na variação em 12 meses, registrando US\$ 42,6 bilhões. Ressalta-se que, o fluxo comercial brasileiro tem representado a principal fonte de divisas internacionais para o país e continua alcançando patamares bastante elevados sendo, inclusive, uma das principais fontes de valorização do real.

O balanço de pagamentos registrou para o mês de outubro saldo positivo de US\$ 4,3 bilhões. As transações correntes, por sua vez, apresentaram déficit de US\$ 42 milhões, acumulando, nos últimos doze meses, superávit de US\$ 7,4 bilhões. O superávit equivale a 0,6% do PIB. A conta capital e financeira continua a registrar entrada líquida de recursos. No mês, destacam-se os ingressos líquidos em investimentos estrangeiros em carteira, US\$ 6 bilhões, o superávit comercial, US\$ 3,4 bilhões, e por fim, os ingressos líquidos em investimentos estrangeiros diretos somaram US\$ 3,2 bilhões. Por seu turno, a conta de serviços foi deficitária em US\$ 1,3 bilhão em outubro, refletindo um resultado 23,6% superior ao do mesmo mês de 2006.

Com os resultados do Balanço de Pagamentos, as reservas internacionais atingiram o nível recorde até outubro, chegando a US\$ 167,9 bilhões, com crescimento de US\$ 4,9 bilhões frente ao estoque do mês anterior. No mesmo período de análise, o Banco Central liquidou compras no mercado doméstico de câmbio da ordem de US\$ 3,6 bilhões. Do lado das operações externas, se destacaram as receitas de remuneração de reservas, de US\$ 639 milhões. Quanto à dívida externa, a posição total estimada para o mês de outubro alcançou US\$ 194,6 bilhões, um aumento de US\$ 890 milhões em relação à estimativa para o mês de setembro. Do total computado, a parte representada pela dívida de médio e longo prazos corresponde a US\$ 153 bilhões, enquanto que US\$ 41,6 bilhões estão ligados à dívida de curto prazo.

O ano de 2007 apresentou um intenso fluxo de capitais internacionais, na forma de Investimento estrangeiro direto (IED) e de divisas obtidas através do bom desempenho da balança comercial ao longo do ano. Com o sólido ingresso de IED em outubro, US\$ 3,2 bilhões, as estimativas apontam para um novo recorde em 2007. Até o mês de outubro, os ingressos deste tipo de capital somaram US\$ 32 bilhões. As projeções indicam a superação do ingresso de IED obtida em 2000 no ato das privatizações, que somaram

US\$ 32,8 bilhões. No ano de 2007, destaque para o aumento da participação no total do ingresso de capital estrangeiro para o agronegócio e para o setor extrativo mineral. A participação do segmento dobrou de 2006 para 2007, passou de 6,9 % para 14,7%. Por outro lado, o setor serviços apresentou uma queda substancial, de 55% em 2006 para 45,6% em 2007. Cabe destacar como fator positivo, que os recursos deste ano se concentraram em novas plantas ou na expansão de unidades existentes. O Investimento Brasileiro Direto (IBD) no exterior apresentou um bom resultado em outubro, somou US\$ 4,2 bilhões. Nos últimos anos, mesmo num ambiente de câmbio flutuante, o BACEN tem interferido no mercado retirando dólares de circulação, com o intuito de evitar um processo intenso de valorização cambial.

**GRÁFICO 6.1 - EVOLUÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS (US\$ BILHÕES)**



Fonte: BACEN

### **CHEGOU A VEZ DA TAXA DE JUROS EXPLICAR O CÂMBIO**

*Revisão dos dados do Balanço de Pagamentos indica um superávit expressivo da conta financeira.*

Desde o início do processo de valorização acentuada da taxa de câmbio brasileira em 2005, inúmeros analistas econômicos passaram a responsabilizar o elevado diferencial da taxa de juros nominal interna em relação a internacional como o principal fator de explicação do fenômeno. Entretanto, os dados nunca confirmaram tal versão, mostrando que, na realidade, a principal influência vinha do resultado de transações correntes. Bem, os dados de 2007, indicam que, finalmente, a taxa de juros doméstica pode ter passado a ocupar a posição de principal responsável pela valorização do real no ano corrente.

Para entendermos melhor esse resultado é necessário elaborarmos alguns conceitos do Balanço de Pagamentos (BP). De maneira simples, podemos dizer que o BP contabiliza as transações entre residentes e não residentes do Brasil em um determinado período de tempo e tais transações ensejam movimentos de entrada e saída de divisas (moedas estrangeiras). O BP divide-se em duas grandes contas: Transações Correntes (TC) e Conta Financeira (CF). Na primeira contabiliza-se o resultado líquido da

movimentação de mercadorias e serviços. Estes são classificados em Balança Comercial (exportações menos importações) e Balança de Serviços (transportes, fretes, viagens, saldo líquido de rendas como remessa de lucros e dividendos, entre outros) e de Transferências Unilaterais, que correspondem a transferências em moeda ou espécie entre um residente e outro não residente sem a existência de uma contrapartida (doações, por exemplo). A conta financeira é composta pelos investimentos feitos por não residentes no Brasil ou por residentes no exterior. Estes podem ser classificados em investimentos diretos, investimentos em carteira (títulos públicos, privados e ações, por exemplo), derivativos, empréstimos e outros investimentos. O saldo destas duas contas (TC e CF) determina o saldo do BP que, por sua vez é igual à acumulação de reservas das autoridades monetárias.

A conta financeira é subdivida em movimentos de capitais autônomos e os movimentos de capitais compensatórios (empréstimos junto ao FMI, por exemplo). O primeiro reflete as decisões descentralizadas dos agentes econômicos e a de capitais compensatórios as decisões de política econômica dos governos. Assim, o saldo do BP excluindo-se os capitais compensatórios é dado, grosso modo, pela acumulação de reservas mais a amortização da dívida do governo brasileiro com o FMI.

Pois bem, entre o final de 2004 a meados de 2006, a acumulação de reservas, exclusive o FMI, foi de US\$ 15 bilhões, valor ligeiramente inferior ao saldo de Transações Correntes, que foi de US\$ 17 bilhões no período, indicando que houve uma pequena saída de recursos pela conta financeira neste intervalo. Já entre maio de 2006 e janeiro de 2007, a acumulação de reservas exclusive o FMI foi de US\$ 15 bilhões, um pouco superior ao saldo de TC que foi de US\$ 12 bilhões. Ou seja, a conta financeira já registrava saldo superavitário, mas muito pequeno para ser responsabilizada pela expressiva valorização do câmbio. Entretanto, recentemente, essa tendência tornou-se explosiva. De fevereiro a junho de 2007, acumulamos US\$ 56 bilhões de reservas (exclusive o FMI, uma vez que os pagamentos a esta entidade já acabaram) contra um saldo de TC de apenas US\$ 4 bilhões. A diferença de US\$ 52 bilhões entrou pela conta financeira. Ou seja, agora sim, elementos influenciados pelo comportamento da taxa de juros podem estar explicando a entrada de divisas e a conseqüente apreciação do câmbio.

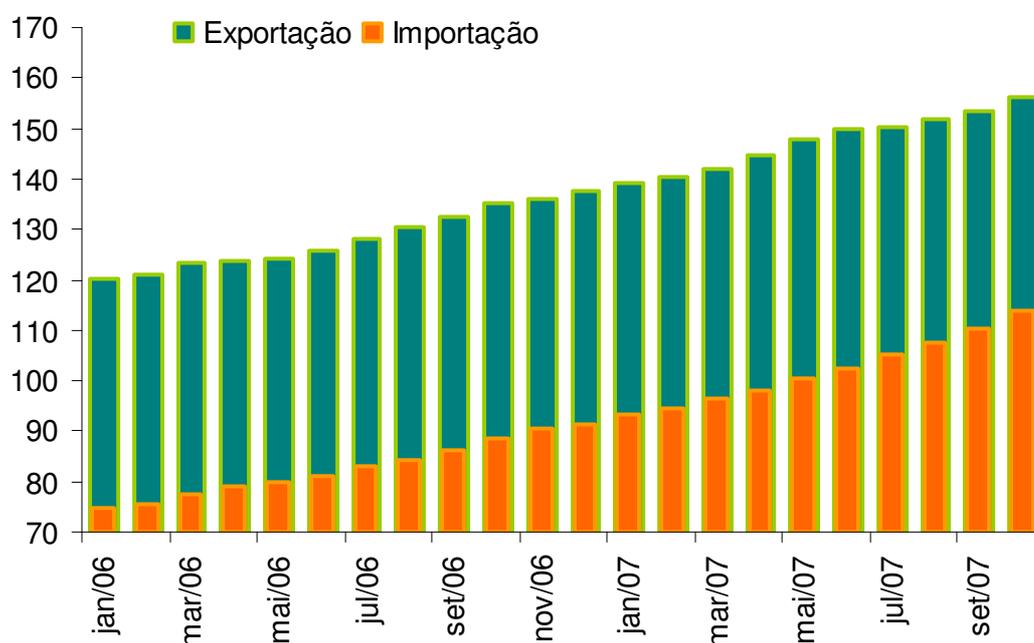
A questão que se levanta é porque, justamente agora que a taxa de juros está caindo de forma mais acentuada, a conta financeira começa a dar resultados superavitários expressivos. Uma das possíveis explicações é que a própria apreciação do câmbio, conjugada com a revisão do PIB brasileiro, acabaram melhorando os indicadores de risco do país, reduzindo o horizonte de tempo para que este venha a alcançar o desejado “grau de investimento”, assim, tornando muito mais atraente às taxas reais de juros internas. Então podemos afirmar que basta o governo reduzir os juros que a valorização do câmbio estará resolvida? A resposta é não, pois esta não é a única variável que determina o resultado da conta financeira. Temos, por exemplo, investimentos diretos, que aqui aportam pela expectativa de crescimento futura do país e pela evolução dos fundamentos da economia. Além disso, acelerar o ritmo de redução dos juros pode comprometer a meta de inflação, que é o principal compromisso assumido pelo Banco Central. Sobra a alternativa da redução unilateral das tarifas alfandegárias. Mas a grande questão é que essa medida só seria eficiente para controlar a valorização do câmbio se aumentasse a importação justamente dos setores que mais estão sofrendo com a valorização do câmbio, aqueles intensivos em mão-de-obra. A alternativa sugerida pela Carta do IBRE na conjuntura econômica de agosto de 2007 é algo já proposto a mais de um ano pela Unidade de Estudos Econômicos da Fiergs. Talvez a única alternativa de manter a capacidade competitiva dos setores intensivos em mão-de-obra, permitindo a

maior abertura comercial que contribuiria para evitar a continua apreciação do câmbio seria um processo de reformas que reduzisse os custos de produção destes setores.

**Publicado no Informe Econômico Nº 36 de 03/09/2007**

O desempenho observado pode ser explicado por motivos de ordem interna e externa. No que se refere à economia doméstica, destaca-se o ambiente de estabilidade macroeconômica que permitiu um planejamento mais adequado das empresas, apesar de termos evoluído muito pouco em questões cruciais para a competitividade das exportações como, por exemplo, redução de burocracia, melhorias de infra-estrutura para escoamento da produção, carga tributária elevada, dentre outros fatores de ordem microeconômica.

### GRÁFICO 6.2 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES EM 12 MESES (US\$ BILHÕES)

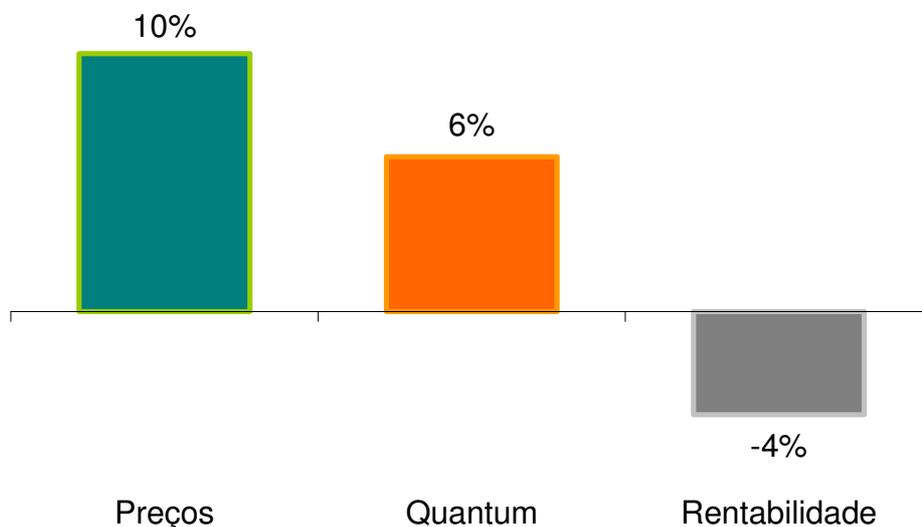


Fonte: Secex/MDIC . Elaboração: UEE / FIERGS

Entretanto, foi o cenário internacional favorável que mais auxiliou o desempenho das vendas externas do país. A manutenção das altas taxas de crescimento das principais economias mundiais e grandes parceiros comerciais do Brasil manteve forte a demanda por produtos e *commodities* brasileiras, como podemos observar pela variação no índice de quantum (volume) exportado apresentado no gráfico 6.3 (+6%). O resultado obtido também reflete aumentos de preços (+10%), principalmente dos metais e petróleo. Apesar do incremento tanto da quantidade quanto do preço, a rentabilidade<sup>12</sup> das exportações caiu 4% no acumulado do ano. É importante destacar que esta variável reflete em parte a valorização do real, que diminuiu a competitividade dos produtos brasileiros, e forçou as empresas a reduzirem suas margens de retorno.

<sup>12</sup> Segundo nota técnica da Funcex, a evolução da rentabilidade é determinada a partir dos índices de preço de exportação (total e setorial), a taxa de câmbio nominal e os índices de custo (total e setorial). A construção dos índices de custo setoriais teve como base a estrutura de custos derivada da matriz de relações interindustriais do IBGE (MRI-1992).

**GRÁFICO 6.3 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (VAR. EM 12 MESES - OUT/07)  
ÍNDICES DE PREÇO, QUANTUM E RENTABILIDADE**



Fonte: Funcex

No que tange ao crescimento econômico dos parceiros comerciais brasileiros, destaca-se o desempenho da China com expansão prevista para este ano de cerca de 11,5%, e com perspectiva de 10% para 2008. Esse foi um dos principais destinos das exportações brasileiras no ano, registrando um crescimento de 29% em relação ao ano anterior, impulsionado pelas exportações de soja e minério de ferro e seus derivados. Vale ressaltar que o crescimento da china tem sido um dos principais motivos para aceleração dos preços internacionais das *commodities* metálicas e de alimentos.

Nosso principal parceiro comercial, os EUA, foram o centro das atenções no fim do primeiro semestre deste ano, em decorrência da crise de seu mercado imobiliário. Este acontecimento afetou o desempenho das vendas nacionais para este destino. O Brasil expandiu suas vendas para o mercado americano em 1%, um resultado nada positivo, e em valores está aproximadamente em US\$ 20,7 bilhões. Apesar deste crescimento, o país vem perdendo participação no total exportado pelo Brasil, passando de 18% em 2006 para 16% em 2007. Ressalta-se que, os principais produtos exportados para os EUA foram, aviões, autopeças e óleos combustíveis. Enquanto isso, a Argentina que apresenta taxas de crescimento expressivas, reflete a recuperação da crise de 2001. Seus resultados contribuíram para que o país mantivesse seu espaço entre os principais destinos dos produtos nacionais (9%). O crescimento das vendas para nossos vizinhos foi de 22%, com destaque para veículos automotores, autopeças e combustíveis. A Holanda incrementou suas compras relativamente em 55% em relação ao acumulado até outubro de 2006, passando da quinta para a quarta posição dos países que mais consomem produtos nacionais em 2007. Entre os principais produtos exportados para a Holanda, destacam-se o suco de laranja congelado e a soja em grão.

**TABELA 6.1 - PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**

	US\$ milhões		Variação		Participação	
	Jan-Out 2006	Jan-Out 2007	%	US\$ milhões	Jan-Out 2006	Jan-Out 2007
Estados Unidos	20.573	20.736	1%	163	18%	16%
Argentina	9.698	11.820	22%	2.122	9%	9%
China	7.171	9.282	29%	2.111	6%	7%
Holanda	4.657	7.195	55%	2.538	4%	5%
Alemanha	4.674	5.812	24%	1.138	4%	4%
Venezuela	2.952	3.821	29%	868	3%	3%
Itália	3.140	3.693	18%	554	3%	3%
Japão	3.185	3.593	13%	408	3%	3%
México	3.755	3.477	-7%	(277)	3%	3%
Chile	3.298	3.472	5%	174	3%	3%
Total do Grupo	63.101	72.902	16%	9.801	56%	55%
<b>Total Geral</b>	<b>113.646</b>	<b>132.367</b>	<b>16%</b>	<b>18.721</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secex/MDIC

Setorialmente, o aumento das exportações mostra-se de forma disseminada, os gêneros da indústria que mais contribuíram para o crescimento observado foram a extrativa mineral, alimentos e bebidas, e material de transporte. Na indústria extrativa destacam-se dois produtos: minério de ferro e petróleo. É importante destacar que o Brasil não possui estrutura apropriada para o refino do petróleo produzido domesticamente, logo esse é exportado para financiar a compra do produto que se adapta às refinarias brasileiras. A metalurgia básica que é um dos principais segmentos exportadores da indústria cresceu 14%, adicionando mais de US\$ 1,7 bilhões em relação ao ano passado. Os principais produtos são ferro fundido bruto e produtos semi-manufaturados de ferro e aço.

Dos 18 segmentos industriais acompanhados, apenas 2 não obtiveram crescimento das vendas externas. São eles os de material elétrico e de comunicação, e de vestuário e acessórios. Como se sabe, o setor de vestuário e acessórios é intensivo em mão-de-obra, e portanto, sofre de forma mais intensa as conseqüências do câmbio valorizado. O segmento, além do câmbio, vem sofrendo com a competição implacável dos produtos chineses, elaborados em condições bem menos rigorosas quanto à tributação, legislação trabalhista, entre outros fatores que elevam os custos de produção no Brasil.

**TABELA 6.2 - EXPORTAÇÕES POR GÊNERO DA INDÚSTRIA**

Gênero da Indústria	Jan-Out 2006	Part. (%)	Jan-Out 2007	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Alimentos e Bebidas	18.520	16%	22.331	17%	20%	3.781
Material de Transporte	15.596	14%	17.699	13%	13%	2.083
Extrativa Mineral	14.264	13%	17.339	13%	21%	3.054
Metalurgia Básica	12.704	11%	14.495	11%	14%	1.791
Química	6.306	6%	7.714	6%	22%	1.408
Máquinas e Equipamentos	6.342	6%	7.453	6%	18%	1.111
Material Elet. e de Comunic.	5.253	5%	4.995	4%	-5%	-258
Refino de Petróleo	4.632	4%	4.824	4%	4%	192
Celulose e Papel	3.240	3%	3.822	3%	18%	581
Couros, Artefatos e Calçados	3.267	3%	3.628	3%	11%	361
Indústrias diversas	3.253	3%	3.348	3%	3%	95
Madeira	2.624	2%	2.782	2%	6%	158
Borracha e Plástico	1.710	2%	2.123	2%	24%	412
Fumo	1.557	1%	1.967	1%	26%	409
Têxteis	1.341	1%	1.486	1%	11%	144
Produtos de Metal	1.077	1%	1.326	1%	23%	249
Móveis	785	1%	821	1%	5%	36
Vestuário e Acessórios	263	0%	259	0%	-1%	-4
<b>Total da Indústria</b>	<b>102.734</b>	<b>90%</b>	<b>118.409</b>	<b>89%</b>	<b>15%</b>	<b>15.675</b>
Básicos	8.708	8%	11.527	9%	32%	2.818
Transações Especiais	2.203	2%	2.431	2%	10%	228
<b>Total Geral</b>	<b>113.646</b>	<b>100%</b>	<b>132.367</b>	<b>100%</b>	<b>16%</b>	<b>18.721</b>

Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: UEE/FIERGS

As exportações analisadas em relação ao fator agregado, de janeiro a outubro deste ano, apresentaram crescimento em todas as categorias, com destaque para os básicos (+25%). Em função disso, essa aumentou a sua participação no total exportado, passando de 30% para 32%, reduzindo a participação dos industrializados (semimanufaturados mais manufaturados) que caem de 68% para 66%, mas mantém-se como a que mais participa no total vendido.

Analisando os principais produtos por categoria, destaca-se o maior crescimento relativo nos básicos que foi alcançado pelas vendas de milho em grão. Segundo a participação dentro da mesma categoria, pode-se apontar o crescimento relativo de 17% nas vendas de minério de ferro, 20% nas exportações de petróleo em bruto e por fim, 17% nas vendas de soja em grão. Nos semimanufaturados, destaque para celulose e couros e peles, com vendas da ordem de US\$ 2,4 bilhões e 1,8 bilhões, respectivamente. O pior resultado dentro do setor fica por conta do produto com a maior participação, açúcar em bruto, que decresceu relativamente 16% de janeiro a outubro ante o mesmo período do ano passado. Nos manufaturados, destaque para as vendas de aviões, com crescimento relativo de 40% e vendas de US\$ 3,4 bilhões. Outro bom desempenho se repete nas exportações de gasolina, crescimento de 32%. Como destaque negativo dentro do último grupo, pode-se citar os motores para automóveis, com decréscimo de 11% ante o mesmo período de 2006.

**TABELA 6.3 - EXPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO**

	US\$ milhões		Variação		Participação	
	Jan-Ago	Jan-Ago	Var. (%)	US\$ milhões	Jan-Ago	Jan-Ago
	2006	2007			2006	2007
Básicos	33.678	42.443	25%	8.765	30%	32%
Industrializados	77.450	87.265	12%	9.815	68%	66%
Semimanufaturados	15.826	18.071	14%	2.245	14%	14%
Manufaturados	61.624	69.194	12%	7.570	54%	52%
Outros	2.517	2.660	5%	143	2%	2%
<b>Total</b>	<b>113.645</b>	<b>132.368</b>	<b>16%</b>	<b>18.723</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: UEE/Fiergs

Quanto a classificação dos principais estados exportadores do Brasil em 2007, pode-se destacar São Paulo, que consolidou sua posição de maior exportador alcançando a soma de US\$ 42,5 bilhões até outubro. A pauta de exportação de São Paulo é bastante diversificada, desta forma é difícil apontar apenas um pequeno grupo de produtos que determinam esse resultado, mas podemos destacar as vendas de aviões, telefones celulares, automóveis, álcool etílico e açúcar.

Minas Gerais assume com certa folga a posição de segundo maior exportador, acumulando até outubro US\$ 15,2 bilhões. Os destaques são as vendas de minério de ferro e seus derivados. O estado de Minas foi favorecido pelo aumento da demanda mundial por *commodities* minerais e pelo aumento significativo dos preços destes produtos no cenário internacional.

O Rio Grande do Sul manteve a terceira colocação, exportando até outubro US\$ 12,6 bilhões. O resultado é determinado por um crescimento distribuído entre os diversos setores exportadores, além das exportações de soja. Pelo lado da indústria, os destaques ficaram por conta dos segmentos de alimentos e bebidas e fumo. Impulsionados pelo crescimento das exportações de carne de frango e de fumo em folhas. Com esses desempenhos, o Estado aumentou sua participação de 9% para 10% no total das vendas nacionais.

O Rio de Janeiro assumiu a quarta posição, superando o estado do Paraná. As exportações de petróleo foram o principal fator de impulso, e o Estado se beneficiou do elevado nível de preços que vigorou durante boa parte de 2007. Com isso, acumulou US\$ 11,5 bilhões em vendas para o exterior e registrou um crescimento de 22% em relação ao mesmo período do ano passado.

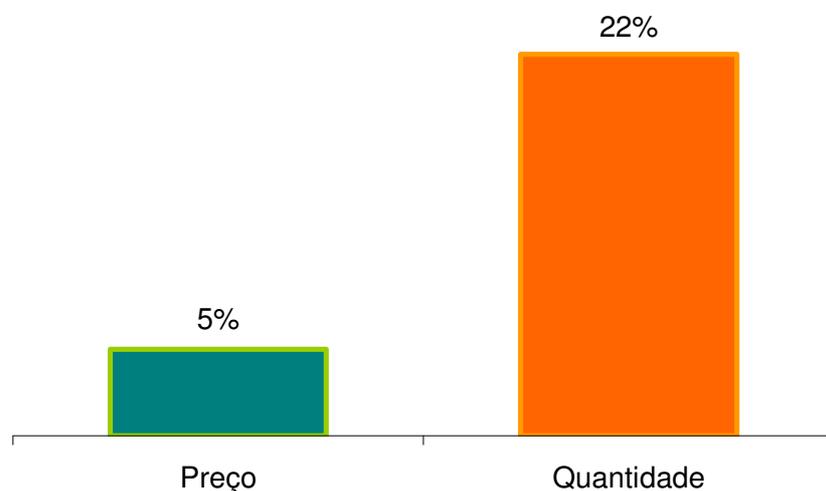
**TABELA 6.4 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR ESTADO**

	US\$ milhões		Variação		Participação	
	Jan-Out	Jan-Out	%	US\$ milhões	Jan-Out	Jan-Out
	2006	2007			2006	2007
São Paulo	37.907	42.545	12%	4.638	33%	32%
Minas Gerais	12.864	15.202	18%	2.338	11%	11%
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>9.754</b>	<b>12.577</b>	<b>29%</b>	<b>2.822</b>	<b>9%</b>	<b>10%</b>
Rio de Janeiro	9.467	11.525	22%	2.058	8%	9%
Paraná	8.264	10.288	24%	2.025	7%	8%
Pará	5.414	6.465	19%	1.051	5%	5%
Santa Catarina	4.911	6.098	24%	1.187	4%	5%
Bahia	5.603	5.919	6%	316	5%	4%
Espirito Santo	5.586	5.736	3%	150	5%	4%
Mato Grosso	3.739	4.287	15%	548	3%	3%
Total do Grupo	103.508	120.641	17%	17.133	91%	91%
<b>Total Geral</b>	<b>113.646</b>	<b>132.367</b>	<b>16%</b>	<b>18.721</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secex/MDIC

A pauta de importação brasileira apresentou forte correlação com o investimento produtivo. As mesmas continuaram se expandindo num ritmo forte (+29%), passando de US\$ 75,5 bilhões para US\$ 98 bilhões. Em termos agregados, o crescimento da conta ocorreu em função do aumento das quantidades importadas que, até outubro, expandiram-se em 22%, enquanto os preços elevaram-se em apenas 5%.

**GRÁFICO 6.4 – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (VAR. EM 12 MESES – OUT/07)**



Fonte: Funcex

Além disso, a expansão ocorre em todas as categorias de uso, onde a compra de matérias-primas e intermediários representou 48% da pauta total. Na última, elevaram-se as aquisições de acessórios para equipamentos de transporte, químicos e farmacêuticos e produtos minerais. A categoria de bens de capital cresceu 33%, sendo que os maiores itens importados foram maquinaria industrial, máquinas e aparelhos para escritório e científico, e partes e peças para bens de capital. A importação de combustíveis e lubrificantes aumentou 23% em relação ao período acumulado do ano e a elevação

ocorreu, principalmente, pelo aumento dos gastos com petróleo, em razão da elevação da quantidade e dos preços em relação ao mesmo período de 2006. A categoria dos bens de consumo duráveis cresceu 34%, onde as razões para isto são a estabilidade econômica doméstica, o aumento do emprego e da massa salarial, além da valorização do câmbio que barateou sensivelmente o preço desses produtos. Nesta categoria, o destaque fica por conta de automóveis, oriundos da Argentina, do México e da Coréia do Sul, e vestuário e móveis.

Os principais países de origem das importações foram os Estados Unidos em primeiro lugar, com US\$ 15,8 bilhões, em segundo lugar a China, com importações da ordem de US\$ 10,2 bilhões e em terceiro lugar a Argentina, com US\$ 8,3 bilhões.

**TABELA 6.5 - IMPORTAÇÃO POR CATEGORIA DE USO**

<b>Categorias de Uso</b>	<b>Jan-Out 2006</b>	<b>Part. (%)</b>	<b>Jan-Out 2007</b>	<b>Part. (%)</b>	<b>Var. (%)</b>	<b>US\$ milhões</b>
Bens de Capital	15.596	21%	20.800	21%	33%	5.204
Mat Primas e Prod Intermediários	36.038	48%	46.657	48%	29%	10.619
Bens de Consumo Não Duráveis	4.756	6%	6.490	7%	36%	1.735
Bens de Consumo Duráveis	4.904	6%	6.596	7%	34%	1.692
Combustíveis e Lubrificantes	14.185	19%	17.452	18%	23%	3.266
Transações Especiais	-	0%	-	0%	0%	-
<b>Total Geral</b>	<b>75.479</b>	<b>100%</b>	<b>97.994</b>	<b>100%</b>	<b>29%</b>	<b>22.515</b>

Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: UEE/Fiergs

Apesar da taxa de crescimento das exportações ter se mantido em patamares acima do previsto pelo mercado, as expectativas para 2008 indicam que o ritmo de crescimento deve ser mais modesto. Além disso, o câmbio valorizado evidencia o maior custo de produção relativo que deve permanecer no Brasil. O País possui uma série de fatores estruturais que reduzem a capacidade competitiva dos produtores nacionais. Entre eles, destacam-se excesso de burocracia, alta carga tributária e carência de infraestrutura. Enquanto o câmbio esteve desvalorizado em relação dólar, todas as ineficiências estruturais (que representam limitação de ganho de eficiência) acabavam encobertas, mantendo a capacidade competitiva dos produtos nacionais. Com o câmbio no atual patamar, essa situação não é sustentável e a consequência é a exclusão de empresas exportadoras do mercado.

A se manter a taxa de câmbio em torno de R\$ 1,75 por dólar, passa a ser crucial a redução dos custos de produção no Brasil para se manter a capacidade competitiva do produto nacional no mercado internacional. Infelizmente, o ritmo de implementação das reformas estruturais, e os investimentos em infra-estrutura que permitiriam que os produtores nacionais obtivessem ganhos de produtividade, ocorrem de forma muito vagarosa.

Levando em consideração a análise sobre 2007, e algumas hipóteses sobre possíveis eventos positivos e negativos para 2008, pode-se fazer algumas conjecturas para o próximo ano, tomando como base três cenários.

Mantidas algumas condições atuais, como uma taxa de câmbio (média do ano para 2008) em torno de R\$ 1,80 tal como esperado pelo mercado, como um nível de liquidez internacional favorável, como a demanda externa aquecida e um crescimento mundial de 4,8%, poderia-se esperar para um cenário de crescimento moderado: exportações da ordem de US\$ 168 bilhões, crescimento de 7%, importações chegando a US\$ 133 bilhões, crescimento de 14%, um conseqüente saldo comercial de US\$ 35 bilhões, um saldo de transações correntes um pouco menor que em 2007, da ordem de US\$ 2,4 bilhões, e para fechar as projeções, um ingresso de US\$ 25 bilhões em investimento estrangeiro direto líquido (IED).

Em um cenário pessimista, para a economia com um todo, poderia ocorrer uma pequena desvalorização no câmbio (média do ano), que o levasse ao patamar de R\$ 1,96; as exportações cresceriam em um ritmo maior, algo em torno de 11%, somando ao fim do ano US\$ 175 bilhões. As importações, por sua vez, cresceriam abaixo das vendas externas, algo em torno de 9%, somando US\$ 127 bilhões. Como resultado dos últimos números, o saldo comercial fecharia 2008 em US\$ 48 bilhões. O resultado para as transações correntes seria modesto, uma cifra próxima a US\$ 3,6 bilhões. Por fim, ingressaria menos capital no Brasil sobre a forma de IED. Movimentos que poderiam levar a este cenário: um aumento na inflação dos EUA, que levaria o FED (banco central norte-americano) a aumentar a taxa básica de juros da economia, conseqüentemente atraindo mais capital para a economia dos EUA e desviando recursos das economias emergentes; poderia ocorrer uma queda substancial no preço dos produtos mais exportados, que somado ao aquecimento da demanda interna, geraria um desequilíbrio entre as taxas de crescimento das importações e exportações. Não pode-se esquecer dos altos preços registrados em 2007 para o petróleo, e em 2008 essa variável pode ser responsável pela elevação das taxas de inflação em diversos países.

Para um cenário otimista, se esperaria uma valorização cambial em torno de 14 ou 15%, sendo que isto representaria um câmbio de R\$ 1,65 (média do ano). Esta situação se mostraria factível no caso da obtenção do *investment grade* (nível de investimento) pelo Brasil em 2008, o que poderia gerar um ingresso substancial de divisas no país, tendo como conseqüência uma maior valorização do Real. Poderia-se somar além da última hipótese, um crescimento mundial acima de 5%, uma normalização dos preços do petróleo em níveis tratáveis, uma forte demanda externa por produtos da pauta de exportação brasileira, porém um aumento das importações em níveis de crescimento superiores ao das vendas externas. Esses fatores levariam a soma de exportações da ordem de US\$ 161 bilhões, ou um crescimento de 2 ou 3% das mesmas em relação a 2007. Com um crescimento de 18 ou 19% das importações totais, atingindo US\$ 139 bilhões, teremos um saldo comercial de US\$ 22 bilhões. Para completar o cenário, um ingresso expressivo de IED da ordem de US\$ 30 bilhões e um saldo em transações correntes bastante tímido, em torno de US\$ 1,2 bilhões.

Em síntese, os dados referentes ao setor externo brasileiro no ano de 2007 são bastante favoráveis, com exportações crescendo e saldo mantido em patamares bastante elevados, aproximadamente US\$ 40 bilhões. O saldo de transações correntes continua superavitário, porém abaixo dos valores observados em 2005 e 2006. No entanto, caso as exportações continuem crescendo menos que as importações, e a balança de serviços e rendas sejam expressivamente deficitárias, poderemos registrar em 2008 um déficit em transações correntes, não apresentado desde o ano de 2002.

**TABELA 6.6 - PERSPECTIVAS PARA O SETOR EXTERNO BRASILEIRO**

	2006	2007*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Exportações	137.470	157.600	175.050	168.050	161.050
Importações	91.396	117.000	127.000	133.000	139.000
<b>Saldo</b>	<b>46.074</b>	<b>40.600</b>	<b>48.050</b>	<b>35.050</b>	<b>22.050</b>
Saldo em Transações Correntes	13.621	8.600	3.630	2.420	1.220
Investimento Estrangeiro Direto	18.782	33.000	19.900	25.000	30.200

Fonte: BACEN

**TABELA 6.7 – TAXA DE CÂMBIO**

	2006	2007*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Taxa de Câmbio - Desvalorização (%)	(10,48)	(11,01)	1,03	(7,22)	(14,95)
Taxa de Câmbio - Média do Ano	2,18	1,94	1,96	1,80	1,65

Fonte: BACEN

### COFRES CHEIOS E BOLSOS ABERTOS

*“Nunca na história desse país” se arrecadou tanto e nem se teve gastos tão elevados.*

A arrecadação federal continuou sua trajetória crescente ao longo de 2007, com incrementos significativos, mesmo partindo de bases muito elevadas. O comportamento da arrecadação reflete tanto a melhor da atividade no país<sup>13</sup>, como os reflexos da maior ação de fiscalização. Nos dez primeiros meses do ano, os tributos federais e as contribuições previdenciárias cresceram 10,2% em termos reais (IPCA), o que representou em termos nominais um incremento de arrecadação de nada menos que R\$ 59,7 bilhões.

**TABELA 7.1 – ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS (DADOS NOMINAIS)**

	2006	2007	variação	
	jan-out	jan-out	%	R\$ (Bilhões)
Imposto de Renda	110,2	127,7	15,9%	17,5
IPI	22,8	27,1	19,0%	4,3
IOF	5,5	6,3	14,3%	0,8
Imp. de Importação	8,2	10,0	22,0%	1,8
Cofins	74,8	83,3	11,4%	8,5
PIS/PASEP	19,8	21,7	9,9%	2,0
CPMF	26,0	29,6	13,9%	3,6
CIDE	6,4	6,5	1,6%	0,1
<b>SUB TOTAL</b>	<b>273,7</b>	<b>312,3</b>	<b>14,1%</b>	<b>38,6</b>
<b>TOTAL</b>	<b>425,1</b>	<b>484,7</b>	<b>14,0%</b>	<b>59,7</b>

Fonte: SRF

**TABELA 7.2 – ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS (DADOS REAIS – IPCA)**

	2006	2007	variação	
	jan-out	jan-out	%	R\$ (Bilhões)
Imposto de Renda	115,6	129,4	11,9%	13,8
IPI	23,9	27,4	14,9%	3,6
IOF	5,8	6,4	10,4%	0,6
Imp. de Importação	8,6	10,1	17,8%	1,5
Cofins	78,4	84,4	7,6%	6,0
PIS/PASEP	20,7	22,0	6,1%	1,3
CPMF	27,3	30,0	10,1%	2,7
CIDE	6,8	6,6	-1,8%	(0,1)
<b>SUB TOTAL</b>	<b>287,1</b>	<b>316,4</b>	<b>10,2%</b>	<b>29,3</b>
<b>TOTAL</b>	<b>445,8</b>	<b>491,1</b>	<b>10,2%</b>	<b>45,3</b>

Fonte: SRF

Entre os tributos, maior destaque para a arrecadação de imposto de renda (IR) que totalizou R\$ 127,7 bilhões entre janeiro e outubro. A maior renda real e a falta de reajustamento da tabela do IR no sentido de acompanhar os reajustes salariais contribuíram para o desempenho desse imposto que apresentou um incremento de R\$17,5 bilhões. Outro tributo que apresentou um resultado bastante significativo foi a Cofins, com um acréscimo de arrecadação de R\$ 8,5 bilhões. Esse tributo, segundo os dados da Receita Federal, apenas reflete o crescimento do nível de atividade observado nos setores de Metalurgia, Construção de Edifícios, Fabricação de Veículos, Comércio por atacado, Fabricação de máquinas e equipamentos, Telecomunicações e Comércio.

<sup>13</sup> O relatório da Receita Federal do mês de outubro revela que a arrecadação está respondendo de maneira positiva ao crescimento da atividade, destacando como elementos importantes: a) crescimento de 13,6% no acumulado do ano no volume geral de vendas com destaque para veículos e motos, partes e peças (19,8%) e móveis e eletrodomésticos (12,7%) (Pesquisa Mensal de Comércio – PMC - IBGE – set/07); b) crescimento de 20,5% (jan-set/2007/jan-set/2006) no consumo aparente de máquinas e equipamentos empregados na indústria no período; c) crescimento real de 37,3%, na rentabilidade sobre o patrimônio de 147 empresas com ações negociadas na Bovespa no período de janeiro a junho/07 em relação a igual período do ano anterior; d) incremento no número de processos de abertura de capital em bolsa de valores, cujo volume financeiro estimado, em 2007, situa-se em R\$ 46,7 bilhões, contra R\$ 15,4 bilhões movimentados em 2006 (Bovespa – set/07).

O imposto de importação, mesmo com um acréscimo em termos monetários pequeno diante dos demais impostos e contribuições, apresentou um desempenho em termos percentuais bastante significativo, 17,8% em termos reais e 22% em termos nominais. Essa maior arrecadação reflete o dinamismo das importações brasileiras que cresceram 28,7% entre janeiro e outubro. Destaca-se que a valorização do câmbio tem estimulado a importação, o que reflete na maior arrecadação desse imposto.

A CPMF, tão discutida ultimamente, novamente apresentou um comportamento muito positivo. Essa contribuição cresceu ao longo de 2007, 10,1% em termos reais (IPCA), em relação ao mesmo período do ano anterior, o que resultou num incremento de R\$ 3,6 bilhões. Se a CPMF continuar a manter seu ritmo de expansão nesses últimos dois meses do ano, é muito provável que encerre o ano na casa dos R\$ 36 bilhões. Em dezembro de 2003, a arrecadação de CPMF tinha completado R\$ 28,6 bilhões (a preços de outubro/2007, IPCA). Atualmente, no acumulado em 12 meses, a contribuição registra a cifra de R\$ 36,3 bilhões, um aumento de nada menos do que 26,74%, ou seja, quase R\$ 8 bilhões (mais do que a arrecadação de IOF de 2006).

**GRÁFICO 7.1 – ARRECADAÇÃO REAL (IPCA) DE CPMF  
(Acumulado em 12 Meses - R\$ BILHÕES)**



Fonte: BACEN

No próximo 31 de dezembro, todavia, cessa a validade da legislação que impõe a CPMF. Atualmente, o Congresso discute uma nova legislação que, segundo a proposta do governo, deverá conter uma redução paulatina de 0,02 pontos percentuais por ano, até 2011, tendo início já em 2008<sup>14</sup>.

Ressalta-se que a CPMF, com o passar do tempo passou a ter grande representatividade nas contas do governo. Em dez/98, após se registrar um ano inteiro com a cobrança da contribuição (já que em 1997 havia iniciado em fevereiro), a participação da CPMF nas receitas federais era de 6,09%. Já em 2006, esse número já havia passado para 8,17%, num cenário de expansão de todas as receitas federais. Somente no ano passado, a CPMF adicionou aos cofres públicos federais cerca de R\$ 32

<sup>14</sup> Até o momento em que este artigo estava sendo elaborado não havia uma decisão definitiva sobre a prorrogação dessa contribuição.

bilhões. A estimativa para 2008 é esse tributo apresente uma arrecadação superior a R\$ 38 bilhões.

Desde que começou a ser arrecadada em 1997, a CPMF atendeu a vários fins diferentes daqueles a que originalmente se propunha, contribuindo para pagamentos de empréstimos do Ministério da Saúde junto ao FAT até fazendo parte do conjunto de recursos desvinculados, a fim de gerar mais liberdade orçamentária ao governo. No campo da saúde, a CPMF, ao contrário do que originalmente se esperava, não funcionou como um receita suplementar, mas sim como um recurso que substituiu outros.

Essa crítica quanto à falta de aplicação de recursos está fazendo com que o governo incorpore na proposta levada ao Congresso a promessa de aprovação da regulamentação da Emenda 29 da Saúde que destina cerca de R\$ 24 bilhões para o setor nos próximos 4 anos. No entanto, não é apenas esta a contra-proposta que o governo está tendo que aceitar para a aprovação da continuidade da CPMF. Entre os termos do acordo, figuram o governo se empenhar na aprovação do projeto de lei que limita os gastos com pessoal e o compromisso do governo de enviar projeto de Reforma Tributária ao Congresso até 30 de novembro<sup>15</sup>. Quanto à contribuição especificamente, ficou acordado que as Pessoas Físicas com renda até R\$2.800,00 terão a CPMF descontada integralmente na contribuição previdenciária.

No que se refere aos gastos públicos, esses evoluíram com a mesma tendência das receitas, porém com maior intensidade. Enquanto no acumulado de janeiro a setembro as receitas líquidas de transferência cresceram 12,07%, as despesas cresceram 12,83% (nominal). O próprio Tesouro Nacional, em seu relatório mensal, vem alertando sobre esse crescimento que se apresenta presente em todos os subgrupos da despesa. O destaque pelas taxas apresentadas vão para despesas com pessoal (12,5%) e para os gastos vinculados aos salários mínimo, que mais uma vez apresentou reajuste acima da inflação, tais como LOAS – Renda Mensal Vitalícia (17,2%) e despesas do FAT com abono salarial e seguro-desemprego (21,3%).

A preocupação com a disparada dos gastos é devida ao fato de que diferentemente do que ocorre com a receita que evolui conforme a conjuntura, refletindo assim o desempenho da atividade econômica, os gastos depois de assumirem novo patamar dificilmente conseguem retornar ao patamar antigo, uma vez que sua maior parte se dá em despesas que tem caráter permanente, como salários, por exemplo. Nesse sentido, uma boa notícia nesse ano de 2007 é uma proposta de lei que foi encaminhada ao Congresso ainda em janeiro desse ano (dentre as medidas do PAC) para regular a dinâmica de crescimento dos gastos públicos.

É importante destacar que a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) até hoje não possui mecanismos que impeça o crescimento acelerado das despesas com pessoal de todos os entes da Federação. Há limites para o montante desses gastos em relação à receita corrente líquida, mas falta uma regra que restrinja sua evolução ao longo do tempo. Pela proposta do governo, as despesas de pessoal da União ficariam limitadas a crescer apenas a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 1,5%. Num cenário de expansão das receitas com percentuais muito mais expressivos, o controle do crescimento dos gastos em pessoal, representaria uma boa ajuda para a composição de superávit primário e/ou expansão dos investimentos em infraestrutura. Nesse cenário de maior poupança pública, abriria-se espaço para uma reforma tributária que contemplasse a redução da carga tributária, no entanto, é bastante provável que a carga novamente venha a se expandir em 2007.

Outra questão positiva derivada da medida provém do fato de que a criação de um limite de crescimento para as despesas com pessoal serve como um instrumento de

---

<sup>15</sup> O presente documento foi elaborado com informações disponíveis até 28/11/2007.

controle importante sobre segmentos do setor público que estão fora do alcance das decisões do governo (Executivo). O Legislativo e o Judiciário são os poderes a quem a “Nova Lei de Responsabilidade Fiscal” quer controlar. Esses poderes por gozarem de autonomia e não serem responsáveis diretos pelo controle e o esforço de equilíbrio orçamentário costumam, historicamente, a serem altamente benevolentes quanto às suas políticas de reajustes salariais, o que distorce os rendimentos entre os poderes e cria pressões sobre o Executivo para que sejam efetuados reajustes salariais maiores. Todavia, a tramitação da matéria no Congresso ao longo do ano foi muito lenta e tudo aponta que, se aprovada, contará com algum tipo de flexibilização dada a resistência do funcionalismo público. Nesse sentido, o compromisso do governo em levar adiante a proposta em troca do apoio da preservação da CPMF pode ser considerado como um elemento positivo.

Por outro lado, se as negociações da CPMF não levarem à aprovação de sua continuidade, o governo pode ficar obrigado a retirar do orçamento um montante significativo (quase R\$ 40 bilhões). No entanto, vale ressaltar, que, como comentado anteriormente, somente nos 10 primeiros meses do ano, as receitas previdenciárias e tributárias arrecadaram um adicional de aproximadamente R\$ 60 bilhões, o que significa que essa perda de receita não teria impactos tão danosos como o seria em outros tempos.

Um ponto adicional importante nas contas do governo são as transferências a Estados e Municípios. Nesse ano, em conjunto, o acréscimo nesse item foi de R\$ 8,8 bilhões (13%), passando a representar R\$ 76,5 bilhões em 2007 (janeiro a setembro). O aumento desse item da despesa refere-se à própria majoração verificada nas receitas, uma vez que a maior parte das transferências são vinculadas ao comportamento dessas.

**TABELA 7.3 – NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO  
(\* R\$ BILHÕES)**

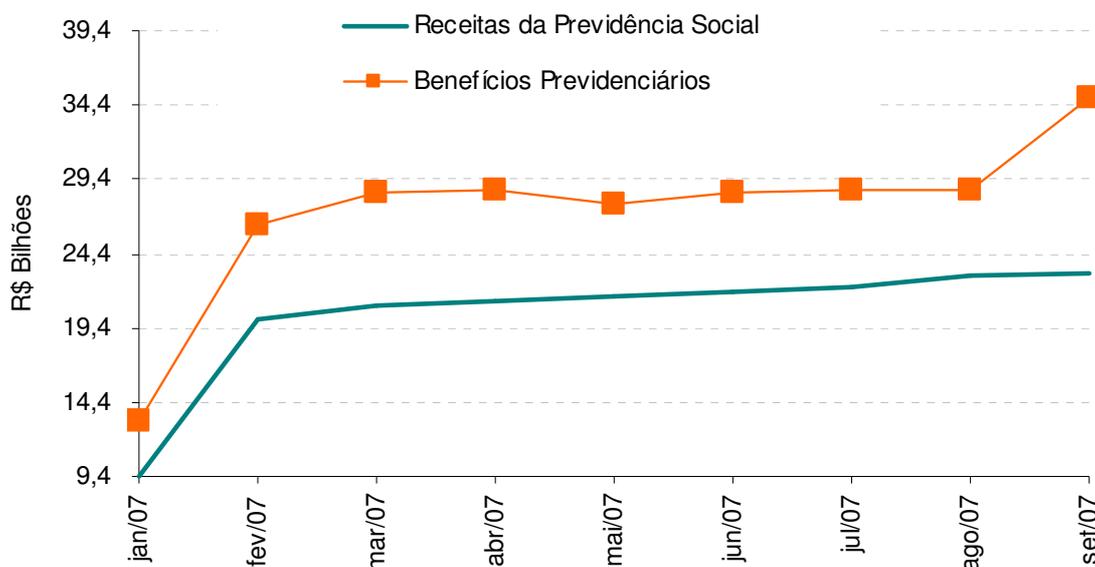
	2006 jan-set*	% PIB	2007 jan-set*	% PIB	Varição (R\$ bilhões)
Governo Central	49,42	2,91%	53,33	2,86%	3,90
Estados	13,84	0,81%	23,10	1,24%	9,26
Municípios	2,22	0,13%	2,49	0,13%	0,26
Estatais	15,04	0,89%	12,31	0,66%	(2,73)
<b>Resultado Primário</b>	<b>80,53</b>	<b>4,74%</b>	<b>91,22</b>	<b>4,90%</b>	<b>10,70</b>
Governo Central	(99,54)	5,86%	(93,74)	5,03%	5,81
Estados	(19,59)	1,15%	(22,91)	1,23%	(3,32)
Municípios	(3,97)	0,23%	(4,24)	0,23%	(0,27)
Estatais	1,45	0,09%	1,52	0,08%	(0,07)
<b>Juros Nominais</b>	<b>(121,65)</b>	<b>7,16%</b>	<b>(119,36)</b>	<b>6,41%</b>	<b>2,29</b>
Governo Central	(50,12)	2,95%	(40,41)	2,17%	9,71
Estados	(5,75)	0,34%	0,19	0,01%	5,94
Municípios	(1,75)	0,10%	(1,75)	0,09%	(0,00)
Estatais	16,49	0,97%	13,83	0,74%	(2,66)
<b>Resultado Nominal</b>	<b>(41,13)</b>	<b>2,42%</b>	<b>(28,14)</b>	<b>1,51%</b>	<b>12,99</b>

Fonte: BACEN

Apesar desse cenário de crescimento das despesas em velocidade superior a da receita, as necessidades de financiamento do setor público revelam uma melhora nos resultados primário e nominal do governo no acumulado entre janeiro e setembro. O resultado primário passou de 4,74% para 4,9% do PIB. Ressalta-se que a maior contribuição desse incremento veio dos Estados que passaram seu resultado primário de R\$ 13,84 bilhões para R\$ 23,1 bilhões, o que em termos de PIB representou 0,43 pontos percentuais a mais sobre o mesmo período do ano passado. Ao longo do ano, já foram executados R\$ 2,6 bilhões no Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), contra R\$ 1,7 bilhões em 2007. Esse valor pode ser expurgado do cálculo do superávit primário para compor o alcance da meta conforme acordado internacionalmente. Diante dos resultados ora apresentados, o governo não teve ainda que usar desse expediente para fazer valer as metas fiscais.

O pagamento de juros nominais no período também diminuiu. Esse resultado em grande parte reflete o processo de queda da *Selic* e da taxa de câmbio<sup>16</sup>. As estatais, inclusive, não efetuaram no ano pagamentos líquidos, uma vez que hoje figuram na posição de credoras líquidas. No entanto, o superávit primário acumulado foi insuficiente diante do montante de juros a serem pagos. Dessa forma, apesar de diminuído, o déficit nominal permanece. Entre janeiro e outubro, esse resultado passou de R\$ 41,13 bilhões (2,42% do PIB) em 2006, para R\$ 28,14 bilhões (1,51% do PIB).

**GRÁFICO 7.2 – RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (R\$ BILHÕES)**



Fonte: BACEN

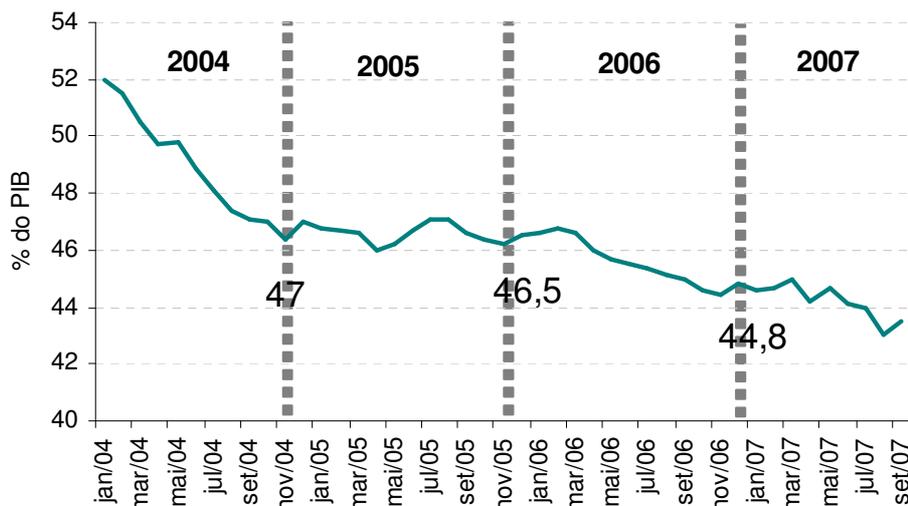
A previdência vem aumentando seu déficit ao longo de 2007. O resultado auferido entre janeiro e setembro de 2007 é R\$ 1,7 bilhão pior do que o verificado no mesmo período do ano passado. Entre as razões para esse resultado, a Secretaria do Tesouro Nacional salienta o aumento do número médio de benefícios pagos, a elevação do salário mínimo e as despesas com pagamentos de precatórios judiciais. Analisando-se a dinâmica mensal, é possível verificar uma mudança na trajetória dos benefícios

<sup>16</sup> A dívida interna possui títulos na qual o Tesouro Nacional se obriga a pagar juros. Alguns desses títulos tem sua remuneração dada pela dinâmica da moeda americana.

previdenciários em virtude do adiantamento do décimo terceiro salário para aposentados e pensionistas.

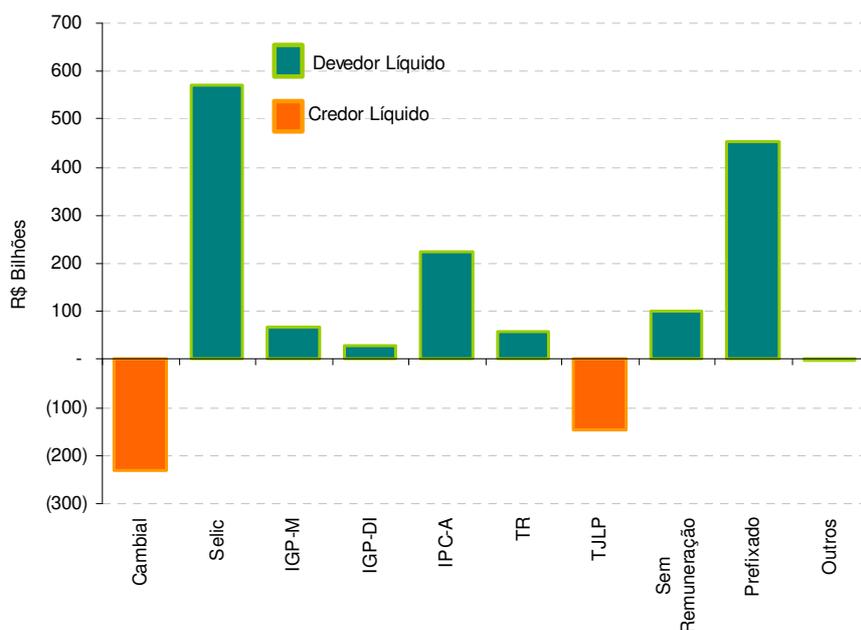
Apesar do déficit verificado, as receitas da previdência também cresceram significativamente. O aumento de 15,6% em termos nominais decorreu do grande aumento da massa salarial e do nível do emprego formal no país. Em percentual do PIB, o déficit da previdência apresentou redução em virtude do crescimento do PIB no período ter superado o avanço do déficit.

**GRÁFICO 7.3 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% do PIB)**



Fonte: BACEN

**GRÁFICO 7.4 – COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA (SET/07) POR TIPO DE INDEXADOR (R\$ BILHÕES)**



Fonte: BACEN

A dívida líquida do setor pública, outro importante indicador fiscal também apresentou um bom resultado ao longo de 2007, dando continuidade ao processo de redução consistente a partir do início de 2004. Em setembro de 2007, a dívida líquida do setor público alcançou R\$1.120,5 bilhões (43,5% do PIB). A valorização cambial ocorrida no ano, porém, foi responsável por aumento no endividamento líquido derivado do fato do Brasil ser credor líquido em dívida vinculada à moeda americana.

Ao longo de 2007 (jan-set), a dívida líquida do setor público verificou queda equivalente a 1,4 p.p. do PIB. De acordo com o Banco Central e com a Secretaria do Tesouro Nacional, tanto o resultado primário como o efeito do crescimento do PIB valorizado contribuíram para essa redução, cada um, com 3,5 p.p. do PIB. No ano, os juros nominais apropriados, por sua vez, contribuíram com 4,6 p.p. do PIB para a expansão da dívida, derivado do ajuste decorrente da apreciação cambial de 14% acumulada em 2007, com 0,8 p.p., e do ajuste de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, com 0,1 p.p.

Estima-se três cenários para 2008. No cenário moderado, a expansão do PIB continua a se refletir numa maior arrecadação, entretanto, não há ajustamento nos gastos públicos. Nesse cenário, o resultado primário alcança 3,5% do PIB. A inflação controlada faz com que o COPOM retome o processo de redução da taxa de juros no final do primeiro trimestre, o que gera uma diminuição do valor pago em juros da dívida. Dessa forma, a razão dívida/PIB convergiria para 42,2%.

No cenário pessimista, a expansão do PIB é menor. Por consequência, a taxa de crescimento da arrecadação é menor, porém os gastos governamentais mantêm sua trajetória crescente. O resultado é uma deterioração do resultado primário. Como nesse cenário a inflação demora mais tempo para entrar na trajetória rumo à meta, o COPOM taxa o processo de redução da taxa *Selic*, o que tem implicação nos juros da dívida pública. Nesse cenário, o Resultado Primário é de 3,1% do PIB e a razão dívida/PIB vai para 43,1%.

Por fim, no cenário otimista, a expansão da atividade econômica mantém a velocidade de expansão da receita. Os gastos têm o mesmo comportamento que nos demais cenários. Nesse caso, o resultado primário encerra o ano em 3,8% do PIB e a dívida/PIB vai para 41,8%.

**TABELA 7.4 – PERSPECTIVAS PARA INDICADORES FISCAIS (% do PIB)**

	2006	2007*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Resultado Primário	3,88	3,80	3,10	3,50	3,80
Resultado Nominal	-3,01	-2,20	-2,60	-2,00	-1,60
Pagamento de Juros Nominais	6,89	6,00	5,70	5,50	5,40
Dívida Líquida do Setor Público	44,90	43,90	43,10	42,20	41,80

Fonte: STN \* Previsão. Estimativas: UEE / FIERGS

### **FIM DE MAIS UM CICLO RECESSIVO?**

*A melhora na situação financeira do agronegócio, seja no ambiente nacional ou regional, bem como o forte crescimento da economia brasileira ao longo dos últimos dois anos, contribuíram para que a economia gaúcha saísse do ciclo recessivo.*

A revisão da metodologia de contas nacionais, implementada no início do ano pelo IBGE, foi complementada, em novembro de 2007, com a mudança de metodologia das contas regionais, e divulgadas para o período 2002-2005. Dentre as modificações feitas, as principais foram a introdução de pesquisas estruturais no levantamento das participações de cada região e subsetor, como a PIA, PAC, PAS e PAIC<sup>17</sup>.

Diversos aspectos interessantes emergiram com essa nova forma de mensuração da riqueza nacional. Em primeiro lugar, a região sul do Brasil perdeu peso na composição do PIB total, passando de 18,2 para 17,4% em 2004. Ressalta-se que essa queda se deve, em grande magnitude, à menor participação do Rio Grande do Sul, que foi muito afetado pela crise iniciada com a seca naquele ano e que se estendeu até meados de 2006.

Outro ponto interessante é que os resultados para 2005 assinalam que apenas dois estados brasileiros tiveram retração no PIB: Rio Grande do Sul, com -2,8% e Paraná, com -0,1%. Como salientado anteriormente, tal cenário foi o reflexo dos problemas conjunturais pelo qual passou a região sul do País entre o final de 2004 e meados de 2006, como a seca e os impactos da valorização do câmbio. Vale destacar também os problemas com a gripe aviária, que atingiram, em especial, a indústria de alimentos e bebidas produtora de carnes. Como se sabe, a região sul é responsável pela maioria das exportações de carne de frango do Brasil.

Os dados referentes ao ano de 2005 já atestam uma nova queda de participação do RS na riqueza nacional, com o estado atingindo a marca de 6,7% (ver gráfico 8.2). Ressalta-se que essa perda de participação não deve se encerrar naquele ano. Quando saírem as contas regionais de 2006, deveremos assistir a mais uma queda de participação da região e, também, do Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que a crise não foi por completo superada no ano passado e, provavelmente, a região tenha crescido menos que a média nacional.

Apesar da revisão para baixo da importância econômica nacional do RS, o Estado ainda continua a sustentar a condição de quarta maior economia do País, mas se distanciou do PIB dos três maiores, localizados na região Sudeste. Outro ponto negativo é que a crise regional também prejudicou a formação de um indicador importante. A renda per capita do Estado é apenas a 7ª maior do País, com R\$ 13.310, perdendo, inclusive, para estados que apresentam uma estrutura produtiva menos complexa, como é o caso de Santa Catarina, Espírito Santo e Mato Grosso.

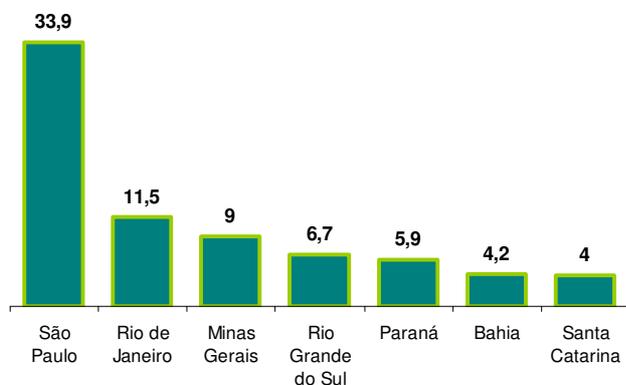
Na ponta superior, o Distrito Federal consolida-se como a região com a maior renda per capita do País, seguido de São Paulo e Rio de Janeiro. É importante ressaltar

---

<sup>17</sup> PIA – Pesquisa Industrial Anual, PAC – Pesquisa Anual de Comércio, PAS – Pesquisa Anual de Serviços e PAIC – Pesquisa Anual da Indústria da Construção.

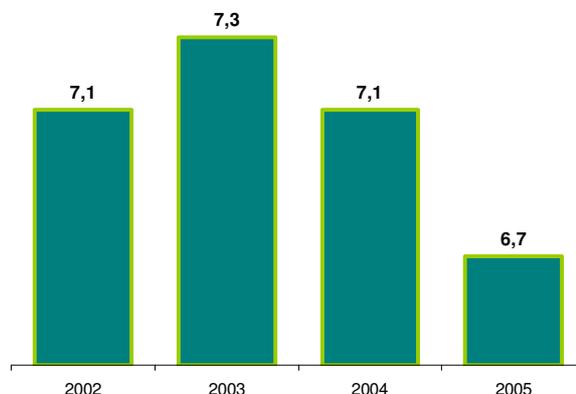
que a soma do PIB dos sete maiores Estados brasileiros chega a 75,2% do total, refletindo a grande concentração de riqueza na economia nacional<sup>18</sup>.

**GRÁFICO 8.1 – PARTICIPAÇÃO DO PIB DOS MAIORES ESTADOS DO BRASIL (2005)**



Fonte: IBGE.

**GRÁFICO 8.2 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO PIB DO RIO GRANDE DO SUL**



Fonte: IBGE.

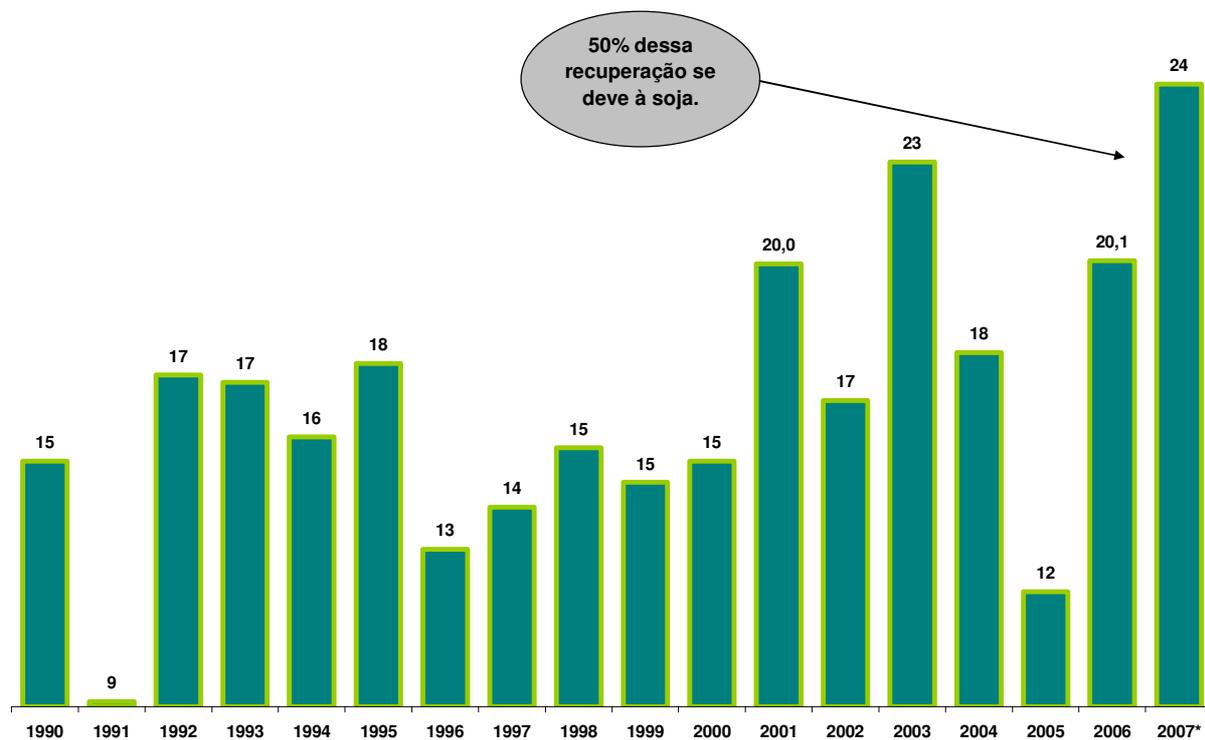
Felizmente o cenário de crise da economia gaúcha começou a ser revertido ao final de 2005 e as maiores contribuições vieram do bom desempenho da agricultura nas duas últimas safras, com forte expansão na produção entre 2005/2006 e também entre 2006/2007, juntamente com preços mais elevados. O último levantamento da produção agrícola, feito pelo IBGE, aponta uma colheita de 24 milhões de toneladas de grãos na safra 2006/2007. A se concretizar esse resultado, configura-se um recorde histórico, inclusive maior do que o volume de produção de 2003, que foi de 23 milhões de toneladas.

Historicamente o Rio Grande do Sul apresenta bons resultados em três lavouras temporárias: arroz, soja e milho, que juntas, chegam a representar mais de 80% da produção de grãos no Estado. Porém, a seca de 2004 e 2005 derrubou a produção de milho e soja, com uma queda acumulada de 70% para cada uma. Desde então, as colheitas nessas duas culturas voltaram a crescer e, pelas projeções, devem ultrapassar os resultados de 2003.

A quantidade produzida de soja pode chegar a 9,9 milhões de toneladas e ultrapassa o pico de 9,5 milhões de toneladas de 2003, enquanto que o milho deve atingir 6 milhões de toneladas, superando os 5,4 milhões de 2003. Ressalta-se que essa expansão da produção de grãos em cerca de 31% sobre a safra anterior (2,3 milhões de toneladas) deve mais do que compensar a queda de produção estimada de arroz (7% e 441 mil toneladas), a única cultura a sofrer retração nesse período.

<sup>18</sup> Como salientado pelo próprio IBGE, um dos elementos importantes a impulsionar a economia da Bahia, que figura no G7 – grupo dos sete estados mais ricos do País, foi o desempenho do setor automotivo.

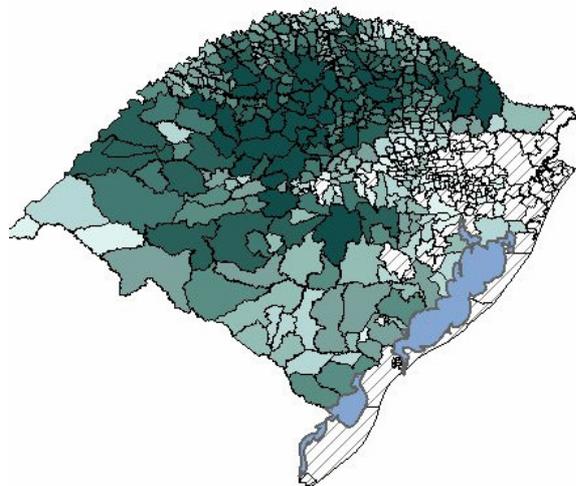
### GRÁFICO 8.3 – PRODUÇÃO DE GRÃOS NO RIO GRANDE DO SUL – EM MILHÕES DE TON.



Fonte: IBGE. \* Estimativa.

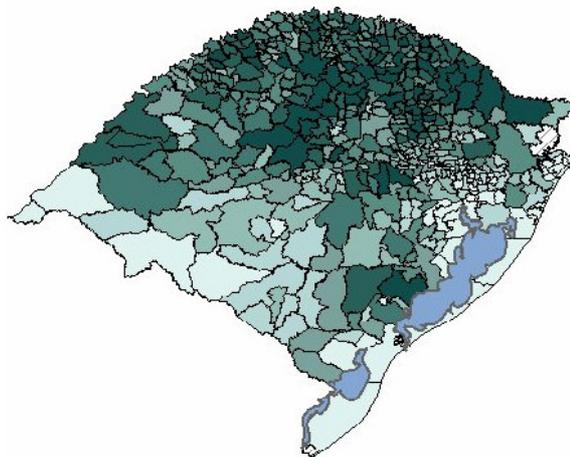
Os resultados esperados sobre a economia do estado serão inequívocos. As figuras 8.1 e 8.2 mostram a distribuição da produção de soja e milho por município, e permite identificar quais devem sentir de forma mais contundente a recuperação da atividade primária nessas culturas. A maior renda no campo também deve resultar em demanda aquecida para produtos importantes na matriz industrial do Rio Grande do Sul, como o segmento de máquinas e implementos agrícolas e também na produção de fertilizantes e defensivos agrícolas.

**FIGURA 8.1 – DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE SOJA NO RIO GRANDE DO SUL (2006)**



Fonte: IBGE.

**FIGURA 8.2 – DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE MILHO NO RIO GRANDE DO SUL (2006)**

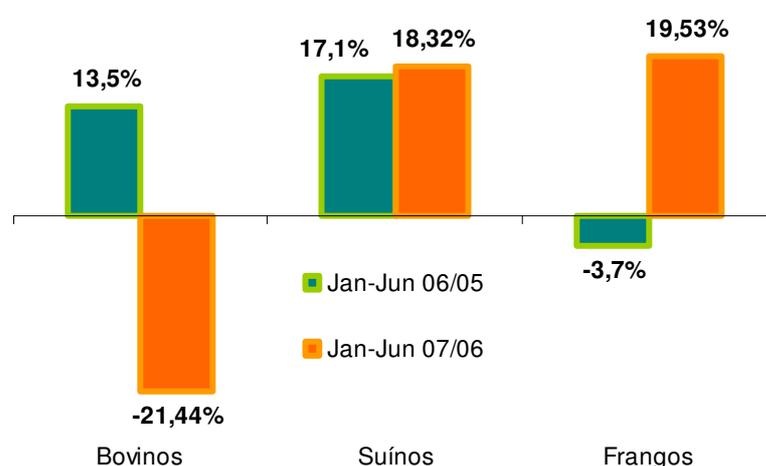


Fonte: IBGE.

Outro segmento produtivo que também deve dar uma contribuição positiva em 2007 é a pecuária. Os dados de produção, abates e exportações de carnes do Estado, em especial as carnes de frango e suínos, revelam um cenário animador para o setor. Como pode ser visto no gráfico 8.4, apesar dos abates de carne bovina apresentarem quedas sistemáticas acumulando, somente nos seis primeiros meses de 2007, retração de -21% sobre o mesmo período do ano passado, os abates de suínos, com expansão de 18% e os abates de frango, com avanço de 19%, devem mais do que compensar essa queda.

Mesmo que ocorra uma diminuição no ritmo de abate em suínos e frangos até o final do ano, a projeção é que, em 2007, a pecuária no Rio Grande do Sul tenha uma expansão de cerca de 5% sobre os resultados de 2006. Nesse cenário, destaque para o segmento exportador que, mesmo diante das dificuldades impostas pelas restrições de créditos de exportação e com o câmbio valorizado, está conseguindo expandir as vendas em dólares no mercado internacional.

**GRÁFICO 8.4 – ABATE DE CARNES NO RIO GRANDE DO SUL (VAR. %)**



Fonte: IBGE.

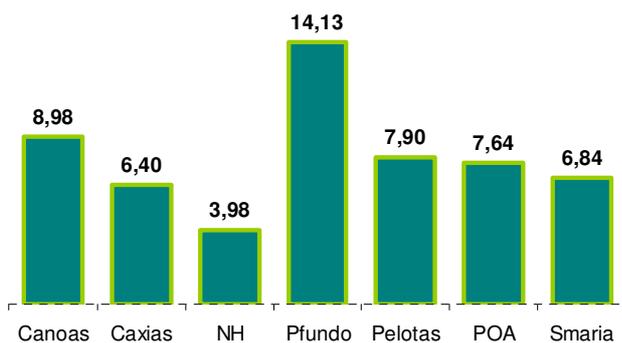
Apesar da nossa matriz produtiva bastante diversificada, as cadeias ligadas ao agronegócio têm peso importante na composição do PIB industrial, com destaque para a produção de máquinas e equipamentos e a indústria de alimentos e bebidas. Dessa forma, se o campo vai bem, tanto no cenário regional quanto no cenário nacional, a indústria gaúcha responde de forma positiva. Depois da recuperação da primeira safra no Estado, em 2005/2006, foi possível sentir os primeiros sinais de retomada da atividade industrial. Apesar de tímida no início, essa recuperação tem sido constante, e tomou maior impulso com a repetição de uma boa safra.

Atualmente, apenas três segmentos da indústria de transformação não apresentam crescimento das vendas no acumulado do ano. O índice de difusão, calculado pela UEE/FIERGS, sinaliza que o grau de disseminação desse cenário positivo atinge mais de 70% das indústrias gaúchas, puxando a geração de empregos e renda em diversos municípios. As melhores condições no mercado de trabalho, juntamente com as facilidades de crédito e queda das taxas de juros, também foram elementos importantes a impulsionar o desempenho de um segmento da indústria que possui fortes efeitos multiplicadores, a construção civil. Depois de dois anos difíceis, 2007 deve representar a reversão do quadro negativo no setor, e estima-se que o mesmo cresça cerca de 3,9%.

Um indicador que permite antever esse resultado são as vendas do comércio de material de construção. Saindo de um patamar de queda de 6% acumulado em 12 meses terminados em fevereiro de 2006, as vendas reagiram e, dezoito meses depois já estão em crescimento de 8,2% no Estado. Dentre as regiões onde é possível analisar esse desempenho, destaque para Passo Fundo, com aumento de 14% em 12 meses nesse indicador. A região com menor performance é Novo Hamburgo, apenas 4% de expansão. Ressalta-se que esse resultado é o reflexo da valorização do câmbio, que impactou diretamente o segmento exportador de calçado e produziu resultados negativos na renda de toda a região.

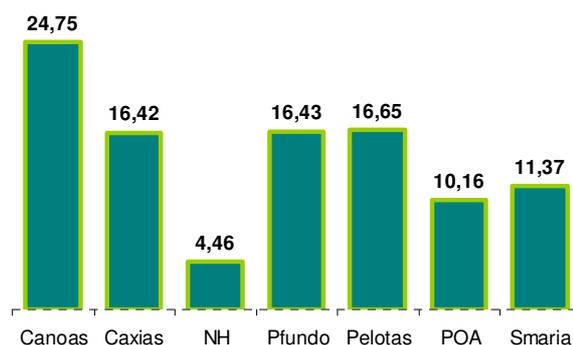
Além das vendas de material de construção, é importante destacar os resultados verificados para o segmento de veículos, motos, partes e peças. Em junho de 2006, as vendas desses produtos no Estado estavam em queda de 0,9% no acumulado em 12 meses. Desde então esse cenário foi sendo paulatinamente revertido, até atingir o patamar de 12,8% em agosto último. Dentre as regiões onde é possível identificar os maiores resultados, destaque para Canoas, Passo Fundo e Pelotas. Provavelmente essas duas últimas sentem os impactos positivos da maior riqueza em circulação devido a recuperação da renda no campo nas duas últimas safras.

**GRÁFICO 8.5 – VENDAS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (VAR.% EM 12 MESES)**



Fonte: IVV/FEE.

**GRÁFICO 8.6 – VENDAS DE VEÍCULOS, MOTOS E PEÇAS (VAR.% EM 12 MESES)**



Fonte: IVV/FEE.

Dois outros segmentos são importantes na economia regional e atravessaram o cenário de crise sem retração. A Administração Pública com peso de 13,3% no PIB total, e as atividades imobiliárias e de aluguel, com peso de 8,8%. Vale destacar que, somadas, essas duas atividades possuem a mesma representação que a indústria de transformação no PIB gaúcho. Porém, não apresentam as mesmas características de efeitos multiplicadores sobre a matriz produtiva do Estado como a indústria. De qualquer maneira, podem ser consideradas fiéis da balança do crescimento econômico. Sendo assim, a queda do PIB do Estado em 2005, e o fraco desempenho projetado para 2006, poderiam ter sido mais intensos não fossem as taxas positivas de crescimento nesses dois segmentos.

Para 2007, apesar das dificuldades financeiras na esfera estadual, acredita-se que a administração pública no Rio Grande do Sul tenha um bom resultado, fruto das melhores condições financeiras nos municípios. Por outro lado, a atividade imobiliária deve seguir com uma boa performance, em especial diante do cenário positivo na construção civil e da movimentação de compra e venda de imóveis.

Portanto, além da melhora sensível dos fatores específicos no ambiente regional, como a ausência de estiagem, a recuperação de preços de importantes *commodities* para nossa economia e de seus impactos sobre a indústria produtora de máquinas e implementos agrícolas, o Rio Grande do Sul também conta com os efeitos positivos de um cenário macroeconômico nacional mais favorável ao consumo. As menores taxas de juros e a expansão da massa de salários reais foram elementos fundamentais para um melhor desempenho também do setor de serviços. Apesar disso, destaca-se que essa recuperação não deve ser suficiente para colocar a economia do Estado no mesmo patamar de 2004. Sendo necessário termos a continuidade desse ambiente durante o próximo ano.

De fato, o pano de fundo das previsões para 2008 considera que a atividade produtiva no resto do mundo segue a sua trajetória de crescimento acentuado, a despeito das dificuldades enfrentadas pela economia americana e da projeção de menor crescimento da região do Euro em função de um câmbio valorizado. Em qualquer um dos três cenários esperados, acredita-se na concretização desse crescimento, em menor ou maior grau. Além disso, a economia brasileira deve se aproveitar dessa perspectiva no ambiente externo. É importante destacar que os riscos presentes nas projeções feitas para 2008, em especial no ambiente inflacionário e recessão nos EUA, interrupção do processo de redução dos juros no mercado interno e menor crescimento da economia brasileira que o verificado em 2007, não terão o poder de gerar um ambiente recessivo na economia regional.

Em primeiro lugar, dois anos sucessivos de bons resultados nas lavouras temporárias representam o alívio no estoque de dívida do setor, e adentramos o ano de 2008 com uma boa carteira de pedidos para os fornecedores. Esse fato é particularmente importante para o segmento de máquinas e equipamentos.

Em segundo lugar, o próximo ano será de eleições municipais e, como se sabe, há maiores gastos públicos nesses momentos. Porém, os mesmos devem ocorrer em um momento concentrado no tempo devido a questões legais, qual seja, até o final do segundo semestre. É claro que em alguns municípios as eleições não têm o poder de modificar a circulação de renda, como é o caso das regiões menos dependentes da atividade administração pública, como Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo e Caxias do Sul. Porém, há diversos pequenos municípios que devem sentir os impactos positivos da movimentação eleitoral, com conseqüente reação do comércio.

Em terceiro lugar, mesmo no cenário nacional pessimista, os juros reais permanecem em um patamar histórico baixo, a despeito de ainda ser um dos maiores do mundo. Nesse caso, a atividade de comércio deve continuar a se beneficiar do consumo das famílias<sup>19</sup>. E, por fim, a taxa de investimento no País evolui de forma consistente, apesar de ainda permanecer em um nível não compatível com o crescimento sustentável. Dado que o Rio Grande do Sul possui uma importante indústria produtora de bens de capital, é de se esperar que a manutenção das intenções de investimento represente um impacto positivo no setor.

Portanto, no cenário moderado, que tem maior probabilidade de se concretizar, não se aposta na incidência de estiagem, e a produção de grãos permanece próxima a 23 milhões de toneladas. Com a movimentação de preços agrícolas e os bons resultados esperados para a pecuária, o PIB da agropecuária pode crescer cerca de 3,5%. As perspectivas são positivas para todas as componentes da indústria, que deve continuar a sua reação á crise. Porém, as maiores contribuições devem vir da indústria de transformação e da construção civil. No cenário mais esperado, o setor cresce 4,9%. Por

---

<sup>19</sup> Ver a seção do PIB Brasil para uma discussão sobre a perspectiva do consumo das famílias e, a parte do mercado de trabalho nacional e regional.

fim, tem-se os serviços, que como salientado anteriormente, a manutenção das condições favoráveis ao consumo, bem como as eleições municipais, deve impulsionar o PIB do setor que tem projeção de crescimento de 4,2%. Com isso, o PIB total do Estado deve crescer, nesse caso, 4,4%.

Em um cenário mais otimista, as condições macroeconômicas internacionais e nacionais tornam-se mais favoráveis. No cenário regional, a produção agrícola deve manter as 24 milhões de toneladas, e espera-se que ocorram mais abates de carnes, com respectivas exportações em patamares mais elevados que em 2007, a despeito do câmbio ainda valorizado. Com isso, a agropecuária pode crescer cerca de 4,9% e a indústria, na esteira de uma maior demanda interna, pode chegar a uma crescimento de 6%. No caso dos serviços, o cenário mais otimista projeta um aumento maior da massa de salários reais, o que deve impulsionar ainda mais o consumo das famílias. Dessa forma, as vendas do comércio, as atividades imobiliárias e o segmento de serviços de transporte, tornam-se os principais vetores do PIB do setor, que deve atingir 5,2%. Nesse caso, cogita-se que o PIB total chegue a uma taxa de 5,4%.

No cenário mais pessimista, além da piora no cenário internacional e nacional, impõe-se no cenário regional uma produção agrícola menor, devido a problemas localizados. Porém, vale destacar que, mesmo nesse cenário não se cogita a existência de uma estiagem de mesmas proporções que a verificada em outros momentos no Estado. Além disso, com os menores abates, o PIB da agropecuária crescerá apenas 2,6%. A indústria deve continuar a apresentar uma taxa de crescimento satisfatória, mesmo no cenário mais pessimista, e deve terminar o ano de 2008 com expansão de 3,9%. Nos serviços, o consumo deve responder em menor velocidade devido as condições de risco que se instalam no ambiente nacional. Com isso, projeta-se que as vendas do comércio, as atividades financeiras, de serviços de transporte e imobiliárias, não tenham a mesma performance que o esperado. Mesmo assim, cogita-se que o PIB do setor cresça cerca de 3,3%. Dessa forma, o PIB do Estado pode chegar, no cenário mais pessimista, a 3,5%.

**TABELA 8.1 – PERSPECTIVAS PARA O PIB DO RIO GRANDE DO SUL**

	2006	2007*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	13,4%	9,6%	2,6%	3,5%	4,9%
Indústria Total	-1,3%	5,5%	3,9%	4,9%	6,0%
Serviços	1,7%	5,2%	3,3%	4,2%	5,2%
PIB total	1,6%	5,6%	3,5%	4,4%	5,4%

Fonte: SEFAZ/RS. \* Previsão. Estimativas: UEE/FIERGS

## 9. INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL

### RECUPERANDO O TEMPO PERDIDO

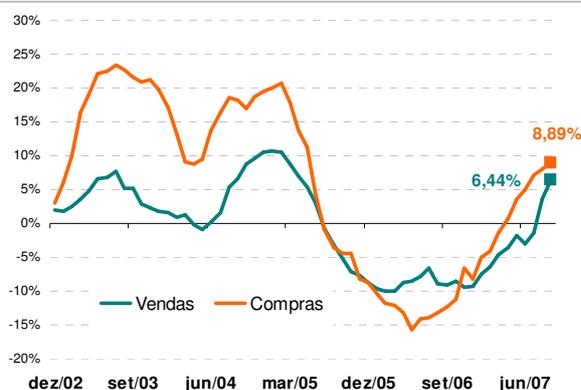
Com o cenário econômico positivo, a atividade industrial ensaia uma recuperação. A se manter as previsões para 2008 no ambiente externo e nacional, a expectativa é que o setor consolide sua posição de vetor do crescimento no Rio Grande do Sul.

Após dois anos consecutivos de queda da produção, das vendas e dos níveis de emprego, o ano de 2007 deve marcar a reversão desse ciclo negativo da atividade na indústria do Estado. A crise iniciada na economia gaúcha ao final de 2004 teve como fator principal, a seca, que atingiu culturas importantes da economia do Rio Grande do Sul e, em menor medida diversas outras regiões no Brasil. A queda da produção no campo resultou em menor renda e demanda no setor e, por conseqüência, redução da capacidade financeira dos produtores, com impactos negativos sobre as carteiras de créditos das principais cooperativas da região sul e também da indústria fornecedora de matéria-prima e bens de capital, em especial no segmento de máquinas agrícolas. Para complementar esse cenário negativo, a intensa e rápida valorização do câmbio, as restrições de créditos aos exportadores e a gripe aviária estenderam a crise na economia do Estado para outros segmentos industriais, como o complexo coureiro-calçadista, moveleiro e a indústria de alimentos e bebidas.

A dimensão desse cenário recessivo pôde ser sentida nos indicador de vendas agregado do setor, que acumulou queda de 17% entre 2005 e 2006, colocando a indústria no menor patamar de faturamento desde 2001. Em linha com esse cenário, os empregos reduziram-se cerca de 6% e as horas trabalhadas 12% para o mesmo período.

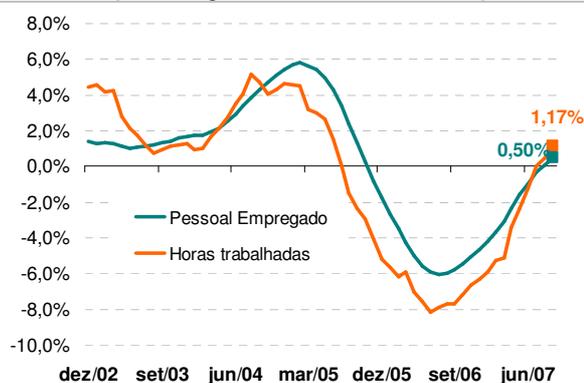
Ressalta-se que esses impactos negativos foram sentidos até meados do ano passado, quanto então, a partir do terceiro trimestre, a atividade industrial do Estado mostrou reação. De início, verifica-se a recuperação das vendas, seguido das compras. Com um pouco mais de defasagem, as variáveis do mercado de trabalho passaram a responder a essa retomada. Primeiro com a recuperação das horas trabalhadas e, a seguir, com o aumento do emprego. Como pode ser visto nos gráficos 9.1 e 9.2, podemos caracterizar esse período como o *turning point* da atividade econômica regional.

**GRÁFICO 9.1 – VENDAS E COMPRAS  
INDÚSTRIA TOTAL  
(VARIAÇÃO % EM 12 MESES)**



Fonte: UEE/FIERGS

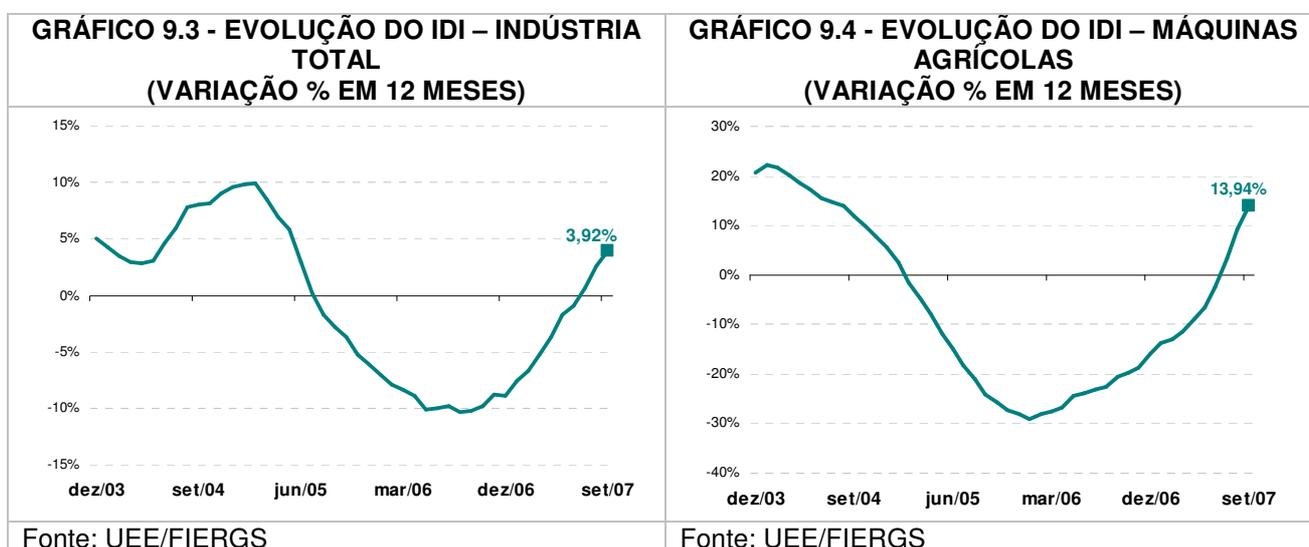
**GRÁFICO 9.2 – HORAS TRABALHADAS E  
PESSOAL EMPREGADO  
INDÚSTRIA TOTAL  
(VARIAÇÃO % EM 12 MESES)**



Fonte: UEE/FIERGS

Em termos setoriais, os primeiros sinais de recuperação vieram justamente da indústria produtora de máquinas agrícolas. Com a maior quantidade produzida de grãos na safra 2005/2006, tanto no Brasil quanto no Estado, e a repetição desse cenário na safra 2006/2007, o setor primário nacional conseguiu reverter grande parte da crise financeira anterior, a despeito da valorização da taxa de câmbio. A queda dos juros, as melhores condições de crédito para o setor e o aumento da renda permitiram a retomada das encomendas para a indústria.

Como pode ser visto no gráfico 9.1, a recuperação das vendas aos poucos foram produzindo impactos positivos sobre a cadeia produtiva e repercutindo também sobre os indicadores do mercado de trabalho. Com isso, o índice de desempenho industrial das máquinas agrícolas atingiu, em setembro último, o patamar de 14% de crescimento acumulado em 12 meses. Se por um lado essa reação surpreende pela magnitude e velocidade, por outro apenas confirma a dimensão da crise anterior, dado que para o setor recuperar as perdas de faturamento passadas, será necessário manter essa tendência de crescimento durante o ano de 2008.



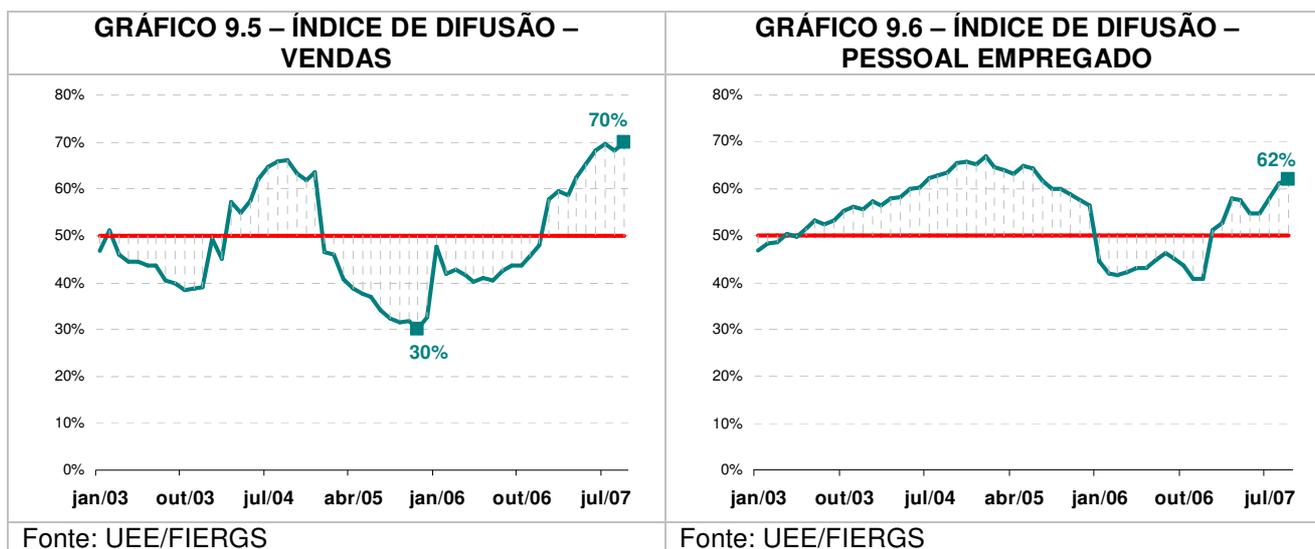
Mesmo com a valorização do câmbio e as restrições de repasse de créditos aos exportadores, o setor exportador do Rio Grande do Sul conseguiu superar algumas dificuldades, e os números recentes atestam uma recuperação do faturamento em dólares. Tanto a maior atividade econômica internacional, que permitiu repasses de preços, quanto a expansão da economia Argentina, um importante parceiro comercial do Estado, ajuda a explicar esse resultado.

Um indicador interessante de se analisar e que revela o grau de disseminação dessa recuperação econômica é o índice de difusão, e elaborado pela Unidade de Estudos Econômicos da FIERGS. No caso do indicador calculado para as vendas, destaca-se que esse representa o percentual de empresas industriais que tiveram crescimento das vendas em determinado período. Como pode ser visto no gráfico 8.5, os resultados para a indústria do Rio Grande do Sul apontam que cerca de 70% das empresas estão com crescimento das vendas. Cenário esse que contrasta com o pior momento da crise presenciada no setor, em novembro de 2005, quando apenas 30% das indústrias tinham crescimento das vendas.

É importante salientar, todavia, que esse desempenho parte de uma base de comparação baixa. Sendo assim, mesmo recuperando parte do faturamento, este ainda

não se encontra no patamar de 2004, considerado o melhor ano para o indicador na indústria gaúcha.

Tal como nas vendas, é possível notar a recuperação dos empregos industriais nos últimos meses, através do índice de difusão apresentado no gráfico 8.6. No acumulado do ano terminado em setembro, temos que cerca de 62% das empresas industriais no Rio Grande do Sul aumentaram o número de empregos, a despeito das dificuldades ainda presentes em determinados segmentos mais sensíveis à taxa de câmbio. Cenário esse bem mais positivo que os 40% verificados em dezembro do ano passado.



Ressalta-se que é justamente a variável cambial que tem impedido melhores resultados para o setor industrial em 2007. A continuidade e a intensidade da valorização do real frente ao dólar ao longo desse ano, apresentou repercussões sobre o faturamento das empresas exportadoras<sup>20</sup>, o que explica o porque de o emprego no agregado estar crescendo, mas apresentar queda em determinados segmentos.

Atualmente, o cenário setorial comparativo entre Brasil e Rio Grande do Sul comprova a reversão do quadro negativo do ano passado. Há 12 meses, cerca de 52% do PIB industrial gaúcho apresentava queda, ao passo que, no Brasil, esse resultado era de apenas 37%. Claramente, as dificuldades específicas pelo qual passou o setor no Estado foram as justificativas para a construção desses indicadores. Porém, os últimos dados sinalizam que há uma maior convergência entre o desempenho produtivo da indústria no Rio Grande do Sul frente a seus pares no Brasil.

Atualmente, 77% do PIB industrial brasileiro está em crescimento enquanto que no Rio Grande do Sul, esse resultado está em 66%. Apenas quatro segmentos não apresentam correlação com as taxas de desempenho nacional. A produção de Edição e impressão cresce no Estado, mas cai no Brasil. Por outro lado, Celulose e Papel, produtos de metal e mobiliário, estão em queda no Rio Grande do Sul, contrapondo o desempenho de seus pares no cenário brasileiro. Uma das justificativas, nesse caso, é o perfil produtivo gaúcho, mais voltado para as exportações que a média nacional, como é o caso do mobiliário.

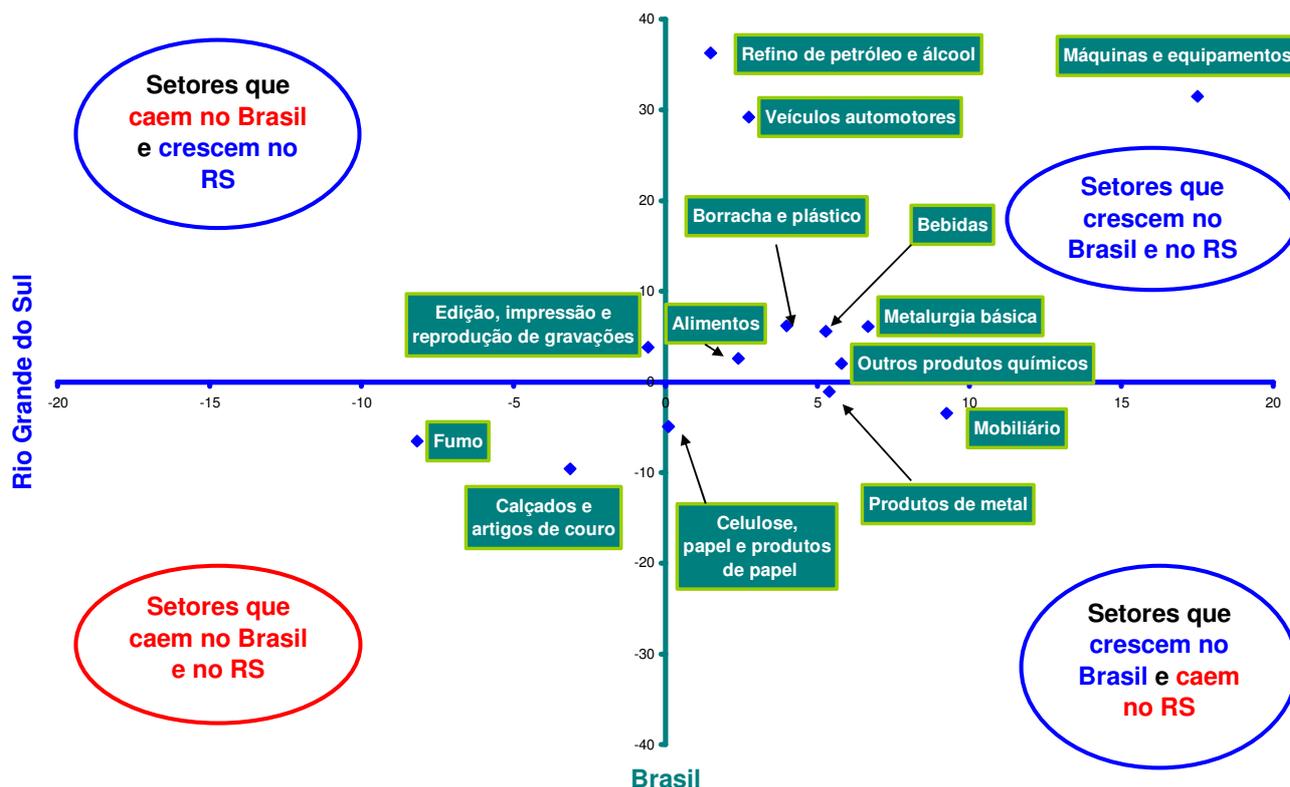
Os segmentos de Fumo e Calçados e Artigos de Couros caem tanto no Brasil quanto no Estado. Porém, vale destacar que esse resultado era esperado, uma vez que a maior parte do PIB desses segmentos no cenário nacional é influenciada pelas empresas

<sup>20</sup> Para uma discussão detalhada dos resultados das exportações do Rio Grande do Sul por setores, ver a seção sobre setor externo.

localizadas no Rio Grande do Sul. Ressalta-se que o fator importante a determinar essa performance negativa é a valorização da taxa de câmbio.

Todos os demais segmentos industriais apresentam crescimento, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul. Destaque para a produção de veículos automotores e de refino de petróleo, com melhores resultados no Estado. Os demais segmentos apresentam performance similar. O gráfico 9.7 ilustra esses resultados.

**GRÁFICO 9.7 – COMPARATIVO DO DESEMPENHO DA INDÚSTRIA ACUMULADA EM 12 MESES (%)**



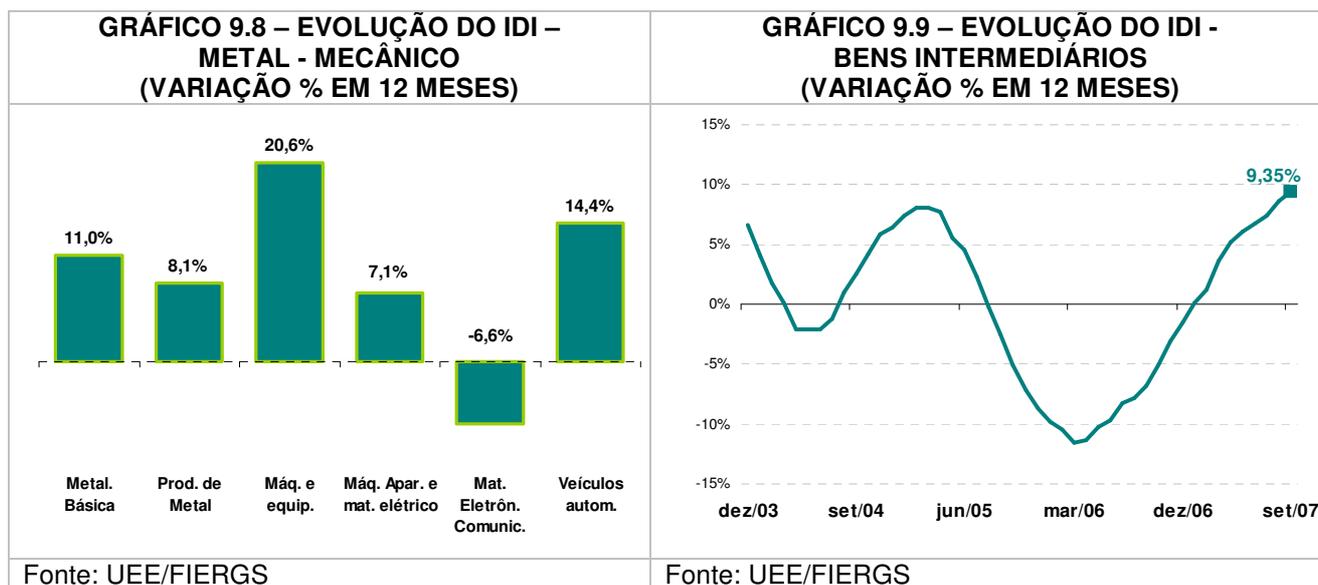
Fonte: UEE/FIERGS e IBGE

Em termos de segmentação, destaque para os resultados apresentados pelo complexo metal-mecânico, puxado em especial pelas vendas da indústria de máquinas e implementos agrícolas e da indústria de veículos automotores. Nesse caso, tanto a recuperação da renda no campo, como os juros mais baixos e as facilidades de concessão de crédito, foram elementos determinantes para explicar essa performance. Com a maior atividade nas indústrias produtoras de bens de capital e de consumo durável, toda a cadeia produtiva teve que aumentar a produção para conseguir atender a esse crescimento.

Como pode ser visto no gráfico 9.8, os resultados do IDI para o complexo metal-mecânico mostram forte crescimento em cinco das seis categorias. A única exceção é material eletrônico e de comunicação, que recente mais fortemente da valorização do câmbio e a conseqüente concorrência com importados.

De fato, os indicadores relacionados à categoria de uso revelam uma forte recuperação da indústria de bens intermediários. As vendas, que chegaram a atingir uma queda de 11,5% no acumulado em 12 meses terminados em março de 2006, agora estão

com crescimento de 9,3%, sinalizando o bom nível de atividade na cadeia produtiva no Estado e no resto do Brasil.



Se por um lado essa rápida recuperação do setor no Rio Grande do Sul é um indicador positivo para a economia local na atual conjuntura, por outro representa um fator de preocupação para o médio prazo. O cenário internacional que se coloca no horizonte de dois anos é positivo, bem como os elementos macroeconômicos nacionais, como por exemplo, a taxa de juros, a evolução do emprego e da renda real, e as condições de crédito. Mas, há um fator importante a se levantar e que pode representar um limite ao crescimento da indústria nacional e gaúcha, que são as condições de infra-estrutura para investimento.

É importante destacar que as dificuldades financeiras estruturais no setor público local não representam apenas problemas com o pagamento de salário dos funcionários e as ações de custeio e investimento da máquina pública. Tal situação implica em menor dinâmica estadual em alavancar, ou até mesmo, promover uma parceria com o setor privado na concretização de investimentos importantes para nossa competitividade. Nesse conjunto, destacam-se as manutenções, ampliações ou até mesmo construção de estradas, portos, hidrovias e demais ações de cunho estrutural, como trevos de acesso local, infra-estrutura de saneamento e etc.

Além disso, há um fator importante que norteia as decisões de investimento do setor privado que é o ambiente de negócios. Pelo sexto ano consecutivo, a sociedade gaúcha vive sob a ameaça de aumento de impostos, corte de incentivos à produção e geração de empregos, não cumprimento de contratos, como no caso dos ressarcimentos dos créditos aos exportadores e demais ações que acabam por inibir novos investimentos no Estado ou até possíveis ampliações de fábricas já existentes. É nesse sentido, que se coloca com preocupação a manutenção das atuais taxas de crescimento setoriais por um período mais longo de tempo, em especial quando se analisa o patamar da produção da indústria relativamente ao verificado no Brasil.

Os dados de utilização da capacidade instalada indicam que a indústria no Rio Grande do Sul atingiu um patamar elevado, a exemplo do verificado no Brasil, o que enseja a necessidade de investimentos. Porém, há um grupo de segmentos cujo grau médio de utilização em 2007 ultrapassa o verificado em seus pares no Brasil. A tabela 9.1 ilustra esse ponto.

**TABELA 9.1 – UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA GRAU MÉDIO ACUMULADO EM 12 MESES**

	RS	Brasil
<b>Acima da média nacional</b>		
Alimentos e bebidas	86,0	78,9
Produtos químicos	85,6	79,2
Máquinas e equipamentos	84,7	82,6
Couros e fab. artef. couro e calçados	88,6	86,6
Vestuário e Acessórios	82,7	80,8
Borracha e plástico	82,0	80,5
Móveis e indústrias diversas	80,0	79,9
<b>Abaixo da média nacional</b>		
Material eletrônico e de comunicação	64,2	76,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	70,8	80,4
Metalurgia básica	83,5	90,5
Produtos de metal	77,9	82,4
Produtos têxteis	81,7	85,8
Produtos de madeira	85,4	88,8
Edição, impressão e reprodução de grav.	86,0	88,9
Veículos automotores	81,9	82,3

Fonte: UEE/FIERGS e CNI

Dos sete segmentos com maior grau de utilização relativamente ao nacional, destaque para alimentos e bebidas, produtos químicos e máquinas e equipamentos. O primeiro caso espelha uma diferença de estrutura produtiva existente entre as regiões. No Estado, prevalece a importância da produção de carnes, em especial de frango. Essa indústria na região sul do Brasil tem o perfil exportador e, mesmo diante da valorização do câmbio, apresenta bons resultados no acumulado do ano. Da mesma maneira, podemos citar a produção de carnes bovinas e suínas industrializadas porém, como salienta a seção PIB do Rio Grande do Sul, os abates de carnes bovinas mostram queda acentuada ao longo do ano.

No caso da indústria de máquinas e equipamentos, o maior diferencial produtivo está relacionado às indústrias voltadas para o setor agrícola. Com o bom ciclo pelo qual passa o setor primário no Brasil, a demanda aumentou de forma sistemática, refletindo nos bons indicadores regionais. Dentre os segmentos que apresentam as maiores diferenças de grau de utilização, destaque para material eletrônico e de comunicação e máquinas aparelhos e materiais elétricos. Portanto, a repetição de mais um ano em elevado nível de vendas, pode resultar em maior utilização da capacidade da indústria gaúcha. Cenário esse que pode trazer a necessidade de investimentos.

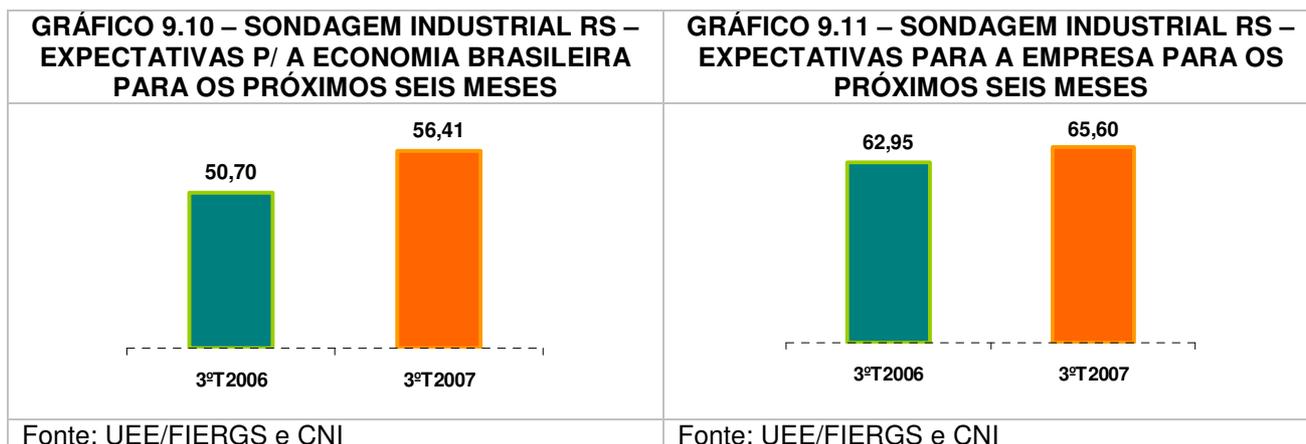
A absorção interna de bens de capital, como comentado no item da indústria nacional<sup>21</sup>, deve resultar em um aumento da taxa de investimento no Brasil em 2007 projetado em cerca de 10%. Com a continuidade de uma política monetária mais parcimoniosa, com as taxas de juros reais menores e câmbio estável, esse processo deve se repetir durante o ano de 2008. Com isso, esperamos que a indústria de bens de capital gaúcha se beneficie desse cenário. Outro segmento com boas perspectivas é o de bens de consumo duráveis, em especial automóveis.

De fato, as perspectivas positivas para o segmento industrial gaúcho no ano de 2008 podem ser comprovadas a partir dos indicadores da pesquisa Sondagem Industrial do terceiro trimestre de 2007. No último resultado, o índice de expectativa sobre a economia brasileira situou-se em 56,4 ficando acima do indicador do mesmo período do ano passado. Portanto, se em 2006 podíamos afirmar que a percepção local sobre a

<sup>21</sup> Ver a seção que trata da indústria nacional.

economia brasileira para os meses seguintes era praticamente neutra, o mesmo não se pode afirmar atualmente, onde há uma expectativa de prosperidade.

O mesmo pode-se dizer da melhora ocorrida no indicador que retrata a percepção do empresário sobre a sua empresa. De um patamar do índice em 63, a última pesquisa jogou o mesmo para 65,6. Com isso, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), que é uma ponderação entre a percepção sobre as condições atuais e para os próximos seis meses, está no nível de 60,3, o maior da série histórica, seja na comparação com o mesmo período de outros anos, seja com os resultados de outros trimestres.



Considerando as perspectivas positivas para a economia internacional durante o ano de 2008, a despeito das dificuldades que podem se materializar os efeitos defasados da crise do *subprime* e do elevado preço do petróleo, as projeções feitas para a economia brasileira consideram um crescimento entre 3,8% e 4,8%. Como mostrado anteriormente, tal cenário positivo foi captado pelo empresário industrial gaúcho nessa Sondagem Industrial.

Além disso, a expectativa de resultados mais positivos para a empresa é um indicio importante que indica uma atividade industrial no Estado com uma tendência de crescimento como a verificada nos últimos meses. Para 2008 traçamos três cenários na elaboração das perspectivas. No cenário moderado, com maior probabilidade de ocorrência, projeta-se a coordenação de crescimento econômico no ambiente internacional, nacional e regional. Completa essa quadro a ausência de adversidades climáticas no Rio Grande do Sul, fator esse importante para manter o nível de renda no campo e aquecida a demanda de matérias-primas e produtos industriais para o setor.

Os juros mais baixos devem impulsionar a demanda por bens de capital, beneficiando os setores produtores de máquinas e equipamentos, algumas empresas de veículos, e do setor mobiliário, que produz móveis de aço para o mercado interno. Da mesma maneira, a maior preocupação com possíveis problemas no fornecimento de energia no médio prazo, que resultou em maior demanda do setor de máquinas, aparelhos e material elétrico, deve permanecer durante o ano de 2008.

Por seu turno, a maior atividade industrial nacional irá gerar um ambiente de negócios propício para o segmento de bens intermediários, tanto no fornecimento de produtos químicos, plásticos, borracha e tintas, quanto àqueles destinados para a produção primária, como fertilizantes, defensivos agrícolas e calcário. O consumo interno, na esteira de um nível de emprego e salários reais em patamar mais elevado, juntamente com a continuidade das facilidades na concessão de crédito, devem impulsionar as compras de bens de consumo duráveis e semi-duráveis por parte das famílias. Nesse

caso, o Rio Grande do Sul pode se beneficiar da produção nos setores de móveis, calçados, vestuário e têxteis, a produção de automóveis e alimentos e bebidas.

Ressalta-se que, com as dificuldades de vendas no mercado externo, diante da valorização do câmbio, algumas empresas produtoras de calçados e móveis alavancaram negócios no mercado interno para compensar essas perdas. Sendo assim, a manter o cenário de ganho de renda, essa estratégia pode significar a recuperação da atividade em segmentos tradicionalmente exportadores.

Portanto, como colocado, as perspectivas para a indústria gaúcha em 2008 deixam antever um cenário de continuidade de uma produção ainda aquecida. Com isso, podemos retomar, ao final do próximo ano, o mesmo nível de faturamento de 2004, eliminando as perdas ocasionadas pela crise de 2005-2006. Nesse cenário, projetamos expansão de 6% do IDI.

Em uma perspectiva mais otimista, os riscos de rompimento do ciclo de crescimento da economia internacional são menores. O País pode se beneficiar de forma mais positiva, com a obtenção do grau de investimento ainda no primeiro trimestre e o Rio Grande do Sul não fica de fora desse ambiente. Nesse cenário, acredita-se no sucesso do Governo do Estado em equilibrar suas finanças a partir do controle dos gastos. Tal resultado irá sinalizar de maneira positiva para os investidores que as ameaças futuras e os riscos de apresentação de novos projetos de aumento de alíquotas, serão menores. Sendo assim, não apenas a atividade industrial retoma de forma mais intensa, como tem-se a possibilidade de concretização de investimentos privados no Estado. O IDI pode atingir, nesse ambiente positivo, cerca de 7,2%.

Por fim, em um cenário mais pessimista, tanto o crescimento econômico internacional quanto nacional são menores, na esteira da piora de indicadores importantes como a inflação nos Países desenvolvidos. A menor demanda externa, seja de outros países seja de outros estados, irá representar uma atividade industrial menor em 2008, com o IDI podendo atingir 5,1%. Porém, como pode ser visto, ainda assim projeta-se uma taxa de crescimento para o ano seguinte, mas que não será o suficiente para recuperar as perdas ocasionadas pela crise recente. Vale destacar que o cenário pessimista não representa a materialização de uma nova crise, mesmo diante da perspectiva de uma produção agrícola menor.

**TABELA 9.1 – PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL - IDI**

	2006	2007*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Alimentos e bebidas	-6,8%	3,8%	3,80%	4,20%	5,10%
Fumo	-36,4%	-5,6%	3,20%	4,50%	5,30%
Têxteis	8,1%	5,0%	4,60%	5,20%	6,70%
Vestuário e acessórios	-14,1%	9,4%	5,30%	6,50%	7,10%
Couros e calçados	-10,4%	0,8%	2,00%	3,80%	4,10%
Madeira	-0,6%	5,7%	4,90%	6,60%	7,51%
Edição e impressão	2,7%	-6,0%	1,20%	2,00%	3,10%
Refino de Petróleo	-10,5%	16,7%	8,10%	9,20%	10,70%
Química	0,0%	-0,8%	2,60%	3,20%	4,00%
Borracha e plásticos	-0,4%	5,7%	5,00%	6,30%	7,00%
Metalurgia Básica	-3,7%	8,3%	4,10%	5,30%	6,20%
Produtos de Metal	-1,8%	7,3%	6,80%	8,10%	9,30%
Máquinas e equipamentos	-9,8%	16,1%	15,70%	18,00%	21,00%
Máq. Apar. e material elétrico	-2,2%	5,3%	5,10%	6,30%	7,40%
Material eletrônico e de comunicação	9,1%	-4,3%	1,70%	2,90%	3,80%
Veículos automotores	-6,0%	10,7%	7,80%	9,20%	11,30%
Móveis e indústrias diversas	0,0%	3,2%	3,40%	4,50%	6,20%
<b>Indústria Total</b>	<b>-8,9%</b>	<b>4,5%</b>	<b>5,10%</b>	<b>6,00%</b>	<b>7,20%</b>

Fonte: UEE/FIERGS. \* Previsão. Estimativa: UEE/FIERGS

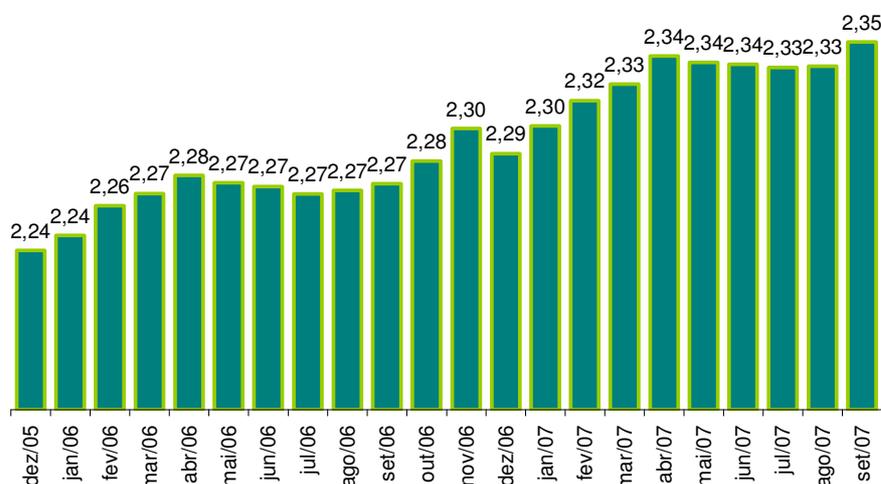
## 10. MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

### EM RITMO DE RECUPERAÇÃO

No Rio Grande do Sul, os indicadores mais importantes do mercado de trabalho – nível de emprego, taxa de desemprego e rendimentos - têm demonstrado uma evolução positiva em 2007 em sintonia com a trajetória da atividade econômica no Estado. Para 2008, com a expectativa de manutenção do cenário econômico favorável, espera-se a manutenção de resultados positivos no mercado de trabalho gaúcho.

O desempenho do mercado de trabalho do Estado será analisado sob enfoque de seus principais componentes: o nível de emprego, a taxa de desemprego e os rendimentos dos trabalhadores. A abrangência da análise será o total da economia gaúcha (no caso da taxa de desemprego, a região metropolitana de Porto Alegre) e, mais detalhadamente, para a indústria de transformação. Para tal, serão utilizadas as informações de emprego com carteira assinada disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego<sup>22</sup>, as variáveis relacionadas ao mercado de trabalho industrial disponibilizado pela FIERGS<sup>23</sup> e os dados divulgados pelo IBGE<sup>24</sup>, em especial, ao que se refere à taxa de desemprego e os rendimentos dos trabalhadores na região metropolitana de Porto Alegre.

**GRÁFICO 10.1 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO  
EVOLUÇÃO MENSAL DO NÍVEL DE EMPREGO FORMAL – RS**



Fonte: MTE Elaboração UEE/FIERGS

<sup>22</sup> Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) são registros administrativos prestados pelas empresas ao M.T.E.. A RAIS é anual e o CAGED mensal. Ambos tem alcance nacional e setorial. A limitação é o fato de abranger apenas os trabalhadores com carteira assinada.

<sup>23</sup> A Pesquisa Indicadores Industriais da FIERGS é uma pesquisa, com base em questionário próprio, realizada com empresas industriais com mais de 20 empregados sediadas no Estado e refere-se ao setor formal da economia.

<sup>24</sup> A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) é realizada apenas nas seis principais regiões metropolitanas do País e abrange o setor formal e informal da economia.

A evolução do nível de ocupação formal no Estado confirmou, durante o ano, a perspectiva positiva diante de um cenário econômico bastante favorável aos negócios. A dimensão dos resultados é superior aos últimos dois anos, porém, devido ao impacto da valorização cambial sobre segmentos industriais intensivos em mão-de-obra, é superada pelos números verificados nos anos de 2000, 2001 e 2004.

Nesse sentido, o número médio de empregados com carteira assinada no Estado, no período de janeiro a setembro de 2007, foi de 2,3 milhões de empregados. Este montante corresponde a um crescimento de 2,9% comparativamente ao mesmo período ano passado e representam 64,4 mil novas oportunidades de trabalho com carteira assinada no ano.

Os fatores que determinam a expansão da ocupação formal em 2007 no Estado são os mesmos que originam o intenso ritmo da atividade econômica, em especial, a expansão da demanda interna.

Em termos regionais, não foi verificada retração no nível de emprego formal, de janeiro a setembro de 2007 frente ao mesmo período do ano passado, em qualquer região do Estado. As maiores contribuições, em termos absolutos, foram fornecidas pelas regiões Metropolitana de Porto Alegre com 31,1 mil novos postos e o Nordeste, que aumentou o nível de emprego em 13,8 mil novas oportunidades de trabalho com carteira assinada.

Em termos relativos, a maiores taxa de crescimento do nível de emprego formal foram produzidas pelas regiões Nordeste (+4,9%) e Noroeste (+3,4%). Os menores percentuais registrados foram verificadas nas regiões Centro Oriental e Metropolitana de Porto Alegre. Vale lembrar que essas duas regiões são fortemente vinculadas as indústrias de fumo e coureiro-calçadista respectivamente, dois setores voltados à exportação e que vêm sofrendo o impacto direto da valorização cambial. No caso da indústria calçadista adicionam-se os impactos derivados da concorrência asiática no mercado internacional e os efeitos das restrições às transferências de créditos de ICMS aos exportadores.

**TABELA 10.1 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO  
NÍVEL E GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL – REGIÕES – RS**

	Estoque de empregados		Diferença absoluta	Diferença (%)
	Jan-set/2006	Jan-set/2007		
Noroeste	296.654	306.764	10.110	3,4%
Nordeste	281.658	295.465	13.807	4,9%
Centro Ocidental	76.734	79.147	2.413	3,1%
Centro Oriental	158.188	159.700	1.512	1,0%
Metropolitana de Porto Alegre	1.232.489	1.263.600	31.110	2,5%
Sudoeste	92.069	94.568	2.499	2,7%
Sudeste	128.023	131.187	3.164	2,5%
<b>Total</b>	<b>2.265.816</b>	<b>2.330.431</b>	<b>64.615</b>	<b>2,9%</b>

Fonte: MTE Elaboração UEE/FIERGS

Entre as principais atividades econômicas, o comércio é o destaque do ano até o momento. De fato, no período de janeiro a setembro, foram 22,5 mil empregos acima do nível do setor no período análogo de 2006, e correspondeu também a uma taxa de crescimento mais alta: 5,4%. A importância do mercado interno na determinação do ritmo de expansão do emprego pode ser percebida no bom desempenho desse setor.

Outra questão importante é que a forte expansão do setor comercial gaúcho pode ter impactos significativos na manutenção do quadro de aquecimento do mercado interno regional para o ano de 2008.

A ausência de choques negativos setoriais é outra característica do dinamismo que vem sendo apresentado pela ocupação formal em 2007. Cabe destacar, ainda o maior volume de empregos no setor de serviços e na indústria de transformação em termos absolutos. Em termos relativos, vale salientar o bom desempenho da indústria extrativa e o fraco desempenho do indicador na construção civil. Esse último chama atenção especialmente pelo fato desse setor estar amplamente aquecido em 2007.

**TABELA 10.2 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO TOTAL – SETORIAL  
NÍVEL E GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL – JANEIRO A SETEMBRO – RS**

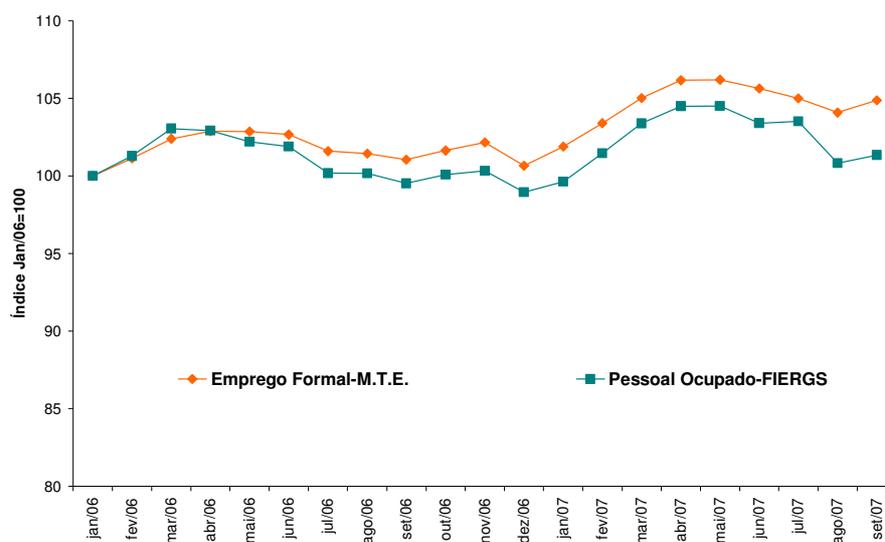
	Estoques de empregados		Diferença absoluta	Diferença (%)
	Jan/Set-2006	Jan/Set-2007		
Agricultura	77.210	78.122	912	1,18%
Indústria Total	704.609	723.233	18.624	2,64%
Indústria Extrativa	5.114	5.294	180	3,52%
Indústria de Transformação	609.865	627.323	17.458	2,86%
SIUP	16.310	16.758	447	2,74%
Construção Civil	73.320	73.858	539	0,73%
Comércio	415.395	437.914	22.519	5,42%
Serviços	1.068.607	1.090.945	22.339	2,09%
<b>Total</b>	<b>2.265.821</b>	<b>2.330.214</b>	<b>64.393</b>	<b>2,84%</b>

Fonte: MTE Elaboração UEE/FIERGS

No que se refere especificamente à indústria de transformação do Rio Grande do Sul, dois indicadores serão utilizados para avaliar o desempenho do emprego do setor no Estado: os dados de emprego formal e a variável pessoal ocupado total, componente dos Indicadores Industriais-FIERGS.

Conforme o gráfico 10.2, é possível verificar que os dois indicadores apresentam a mesma tendência de crescimento. A diferença está na taxa verificada: 2,9% segundo o MTE e 1,2% segundo as informações da FIERGS. Vale destacar que, invariavelmente, os resultados do MTE apresentam resultados mais positivos, e esse fato pode ser explicado pelas respectivas metodologias. É uma característica dos registros administrativos do CAGED captar, além dos empregos gerados, o movimento de formalização do mercado de trabalho, inserindo um viés de alta nos resultados.

**GRÁFICO 10.2 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO TOTAL - SETORIAL  
EVOLUÇÃO MENSAL DO EMPREGO INDUSTRIAL**



Fonte: MTE Elaboração UEE/FIERGS

Assim, segundo os dados de emprego formal, o estoque médio de empregados na indústria de transformação do Estado no período de janeiro a setembro de 2007 foi de 627,3 mil empregados. Este número representa um montante de 17,4 mil postos de trabalho acima do estoque médio no mesmo período do ano passado: o que significa um crescimento de 2,9%.

Entre os ramos industriais, este dinamismo refletiu a expansão do emprego no setor de alimentos (incluído o segmento de bebidas) e no complexo metal-mecânico (máquinas e equipamentos, produtos de metal e material de transporte) em termos absolutos. Em termos relativos, destaque para as expressivas taxas de crescimento dos setores de reciclagem (+84,9%), outros equipamentos de transporte (+40,3%) e máquinas para escritório e equipamentos de informática (+16,6%).

Por outro lado, no mesmo período, o desempenho global foi afetado negativamente, principalmente, pela retração do emprego no complexo coureiro-calçadista com a redução de 2,6 mil postos de trabalho no período (-1,7%). Houve redução expressiva no emprego também no setor fumageiro: menos 2,2 mil vagas, o que corresponde a um nível de emprego 15% menor do que o registrado no período de janeiro a setembro de 2006. Vale lembrar mais uma vez que ambos segmentos são fortemente vinculados ao setor externo e, portanto, vem sendo penalizados diretamente pela trajetória de valorização cambial. Por fim, reduziu-se ainda o quadro funcional do segmento de madeira: -103 vagas (-0,6%).

Os números do emprego formal no Estado, a despeito das restrições metodológicas citadas, fornecem a dimensão do atual dinamismo do mercado de trabalho industrial gaúcho, que se dá, em grande parte, devido ao crescimento da atividade em setores fortemente associados ao mercado interno, diferentemente de períodos anteriores quando, invariavelmente, a dinâmica da geração de emprego estava relacionado principalmente ao comportamento do setor externo. O resultado é positivo, principalmente, se for levado em conta que ocorre em um ambiente desfavorável às vendas externas e que atinge o segmento que mais emprega na indústria gaúcha.

**TABELA 10.3 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO  
NÍVEL E GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL – JANEIRO A SETEMBRO  
ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – RS**

	Estoques de empregados		Diferença Absoluta	Diferença (%)
	Jan/Set-2006	Jan/Set-2007		
Alimentos e Bebidas	102.357	106.315	3.957	3,9%
Fumo	14.940	12.699	(2.241)	-15,0%
Têxtil	11.290	11.719	430	3,8%
Vestuário e acessórios	16.614	17.407	793	4,8%
Artefatos de couro e Calçados	149.173	146.590	(2.584)	-1,7%
Madeira	17.345	17.242	(103)	-0,6%
Celulose e produtos de papel	8.846	8.856	10	0,1%
Editorial e Gráfica	19.228	19.965	738	3,8%
Coque e refino de petróleo	1.235	1.283	47	3,8%
Química	17.398	18.118	720	4,1%
Borracha e Plástico	34.069	35.584	1.515	4,4%
Minerais não-metálicos	14.845	15.186	341	2,3%
Metalurgia básica	13.131	14.098	967	7,4%
Produtos de metal	43.362	46.182	2.819	6,5%
Máquinas e equipamentos	46.793	50.263	3.469	7,4%
Máquinas p/ escritório e equip informatic...	2.555	2.980	425	16,6%
Material elétrico e de comunicações	10.746	11.287	541	5,0%
Material eletrôn e de apar. e equip. de com...	4.763	4.968	205	4,3%
Equip. de instrum. p/ uso medico-hospital....	2.900	3.002	102	3,5%
Material de Transporte	33.853	36.368	2.514	7,4%
Outros equipamentos de transporte	2.877	4.036	1.159	40,3%
Móveis e indústrias diversas	39.752	39.863	111	0,3%
Reciclagem	1.792	3.313	1.521	84,9%
<b>Total Indústria de Transformação</b>	<b>609.865</b>	<b>627.323</b>	<b>17.458</b>	<b>2,86%</b>

Fonte: MTE Elaboração UEE/FIERGS

No mesmo sentido, as informações dos Indicadores Industriais-FIERGS apontam uma expansão de 1,2% no emprego industrial do Estado no período de janeiro a setembro de 2007 ante o mesmo período do ano passado. Os setores que dão a maior contribuição positiva ao agregado são máquinas e equipamentos (+9,9%), veículos automotores (+5,7%) e produtos de metal (+3,9%). O comportamento do setor coureiro-calçadista (-4,2%) vem sendo determinante para o baixo desempenho do indicador no ano. De fato, dado o grande contingente de empregados, a queda citada representa uma influência no resultado global de 1,23 ponto percentual negativo. Vale ressaltar, ainda a queda no emprego nos setores fumageiro (-8,5%) e material eletrônico e de comunicação (-4,6%).

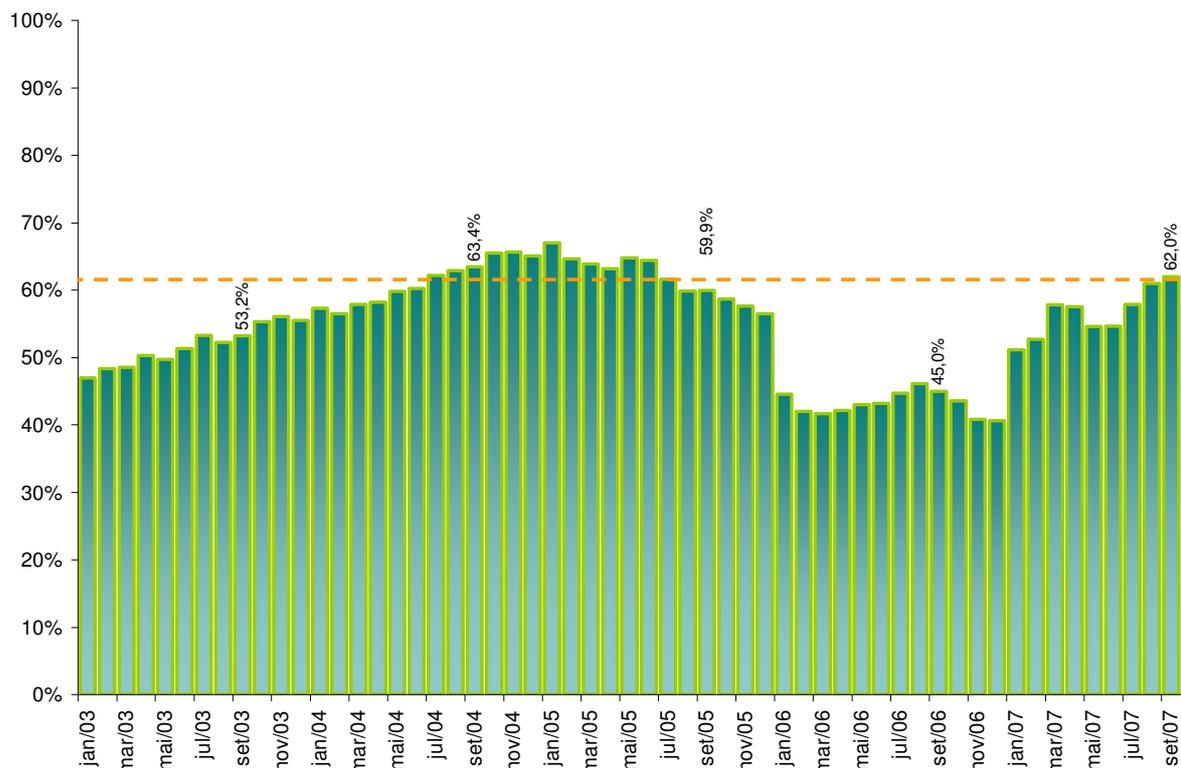
**TABELA 10.4 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO TOTAL – INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PESSOAL OCUPADO TOTAL – JANEIRO A SETEMBRO – RS**

	<b>Var. acumulada</b>	<b>Influência (p.p)</b>
	<b>no Ano</b>	
Alimentos e bebidas	0,9%	0,14%
Alimentos	0,8%	-
Bebidas	2,2%	-
Produtos de fumo	-8,5%	-0,22%
Produtos têxteis	1,2%	0,02%
Vestuário e acessórios	9,1%	0,24%
Couros e fab. artef. couro e calçados	-4,2%	-1,23%
Couros	-5,7%	-
Calçados	-4,3%	-
Produtos de madeira	5,8%	0,15%
Edição, impressão e reprod. de gravações	6,8%	0,22%
Produtos químicos	1,2%	0,02%
Borracha e plástico	2,5%	0,14%
Borracha	4,8%	-
Metalurgia básica	5,1%	0,10%
Produtos de metal	3,9%	0,26%
Máquinas e equipamentos	9,9%	0,93%
Máquinas Agrícolas	1,9%	-
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	7,1%	0,15%
Material eletrônico e de comunicação	-4,6%	-0,03%
Veículos automotores	5,7%	0,33%
Móveis e indústrias diversas	0,4%	0,03%
Móveis	-3,0%	-
<b>Total Indústria de Transformação</b>	<b>1,2%</b>	<b>1,2%</b>

Fonte: FIERGS

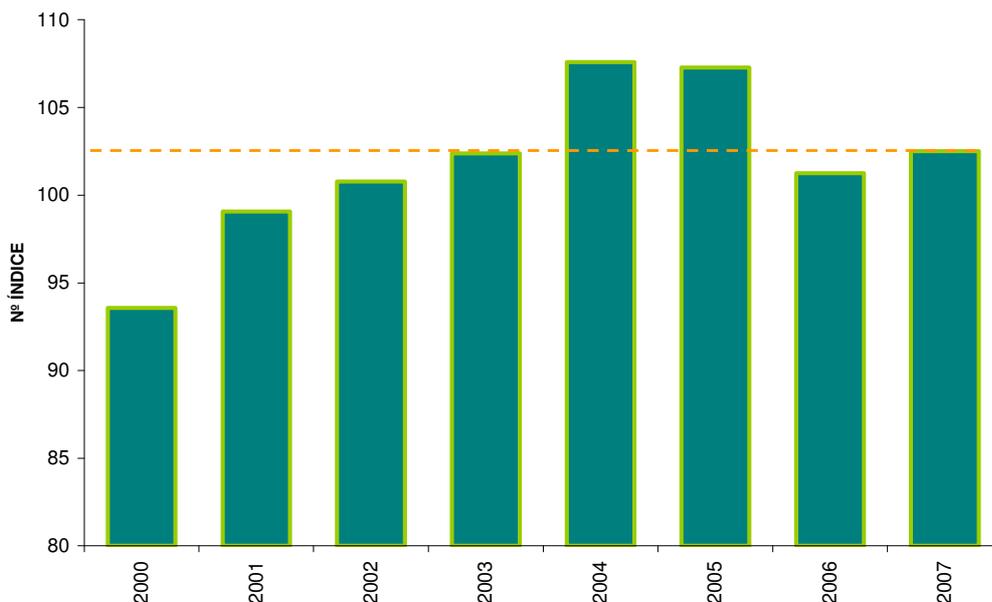
A expansão do emprego é verificada na maioria das indústrias gaúchas nesse ano. É o que se conclui a partir do índice de difusão do emprego industrial – proporção de empresas da amostra dos Indicadores Industriais-FIERGS que aumentaram o quadro de funcionários no ano – que atingiu em setembro 62 pontos. Isto significa que 62% das empresas aumentaram o quadro de empregados de janeiro a setembro de 2007 na comparação com o mesmo período de 2006. Este percentual só é inferior ao de setembro de 2004 quando o índice de difusão atingiu 63,4 pontos. Tal como verificado para o mesmo indicador aplicado nas vendas industriais, o índice de difusão do emprego reflete a recuperação do setor ao longo de 2007, após 2 anos consecutivos de crise.

**GRÁFICO 10.3 – ÍNDICE DE DIFUSÃO – NO ANO  
PESSOAL OCUPADO TOTAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO RS  
JANEIRO A SETEMBRO**



Fonte: FIERGS. Elaboração UEE/FIERGS

**GRÁFICO 10.4 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO – INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - RS  
PESSOAL OCUPADO TOTAL – JANEIRO A SETEMBRO**



Fonte: FIERGS

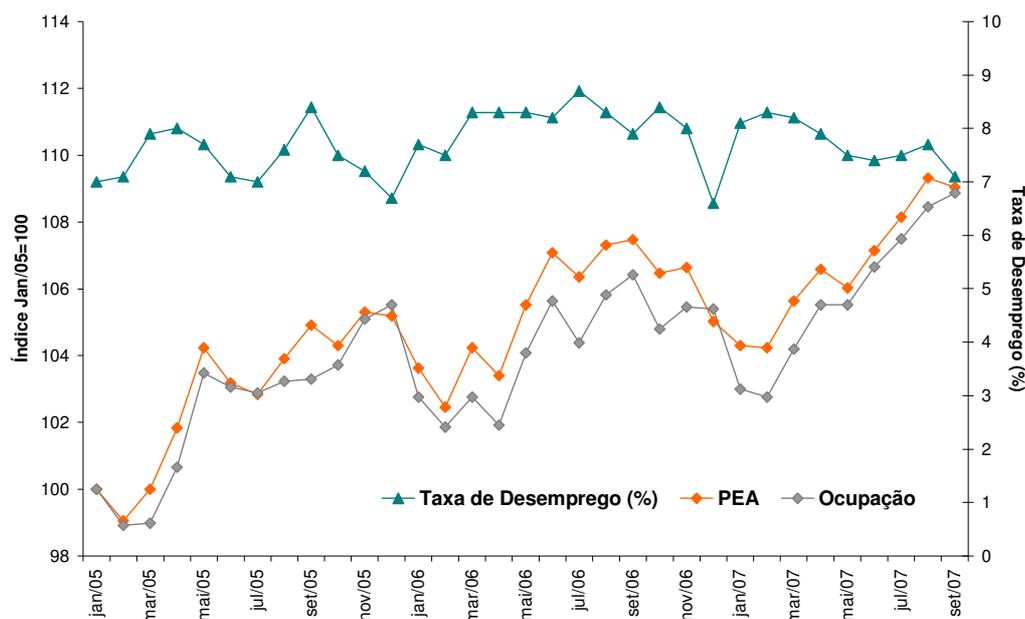
A despeito dos números positivos, cabe ressaltar, que o crescimento do emprego em 2007 não anula a retração verificada nos anos de 2005 e de 2006. Ou seja, a expansão atual apenas recupera parte dos postos fechados. Conforme podemos visualizar no gráfico 10.5, o emprego industrial encontra-se no mesmo nível de 2003 e 4,7% inferior ao nível de 2004 quando atingimos o pico da série.

Outra variável importante para determinar o comportamento do mercado de trabalho gaúcho é a taxa de desemprego. Lembramos que essa tem como componentes não só a demanda por emprego pelos empregadores, mas também a oferta de mão-de-obra disponibilizada pelos trabalhadores. De acordo com essa relação, para que a taxa de desemprego permaneça constante é preciso que o crescimento da demanda por emprego (nível de emprego) seja suficiente para anular a entrada de novos membros no mercado de trabalho (População Economicamente Ativa-PEA). Portanto, é possível aumentar o nível de emprego e, simultaneamente, a taxa de desemprego.

Vale lembrar que a pesquisa do IBGE abrange toda a economia (formal e informal), porém, se restringe à região metropolitana de Porto Alegre.

A evolução do mercado de trabalho metropolitano de Porto Alegre em 2007 é marcada pela redução da taxa de desemprego: 7,7% em média no período de janeiro a setembro ante 8,1% no mesmo período do ano passado.

**GRÁFICO 10.5 – TAXA DE DESEMPREGO E SEUS COMPONENTES  
REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**



Fonte: IBGE Elaboração UEE/FIERGS

A dinâmica deste comportamento é expresso por um aumento da demanda por trabalhadores (+1,8%) maior do que a expansão da força de trabalho-PEA (+1,4%). Em termos absolutos, estes percentuais representam um aumento de 31,2 mil postos de trabalho na demanda e um acréscimo de 25,8 mil na oferta de mão-de-obra.

O número de ocupados na região metropolitana de Porto Alegre atingiu em setembro último 1,82 milhão de indivíduos. A força de trabalho estimada foi de 1,95 milhão de pessoas. Portanto, o número de desempregados em setembro era de cerca de 139 mil trabalhadores.

O diferencial (-0,39 pontos percentuais) na taxa média de desemprego de janeiro a setembro na comparação com o ano passado, representa uma diminuição de 5,4 mil

indivíduos da situação de desemprego. Num cenário de crescimento econômico, essa diminuição da taxa de desemprego pode ser considerada muito positiva uma vez que, além de diminuir o estoque de desempregados, a economia da região (e por extensão a gaúcha) está sendo capaz de absorver os novos entrantes no mercado de trabalho.

**TABELA 10.5 - INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO DE PORTO ALEGRE**

	Indicadores (em mil)		Diferença (em mil)	Diferença (%)
	Jan/Set-2006	Jan/Set-2007		
População ocupada	1.734	1.765	31,2	1,8%
População economicamente ativa	1.888	1.913	25,8	1,4%
População desempregada	154	148	-5,4	-3,5%
<b>Taxa de desemprego (%)</b>	<b>8,1%</b>	<b>7,7%</b>	-	<b>-0,4%</b>

Fonte: IBGE Elaboração UEE/FIERGS

Vale destacar que a redução da taxa de desemprego na região metropolitana de Porto Alegre atingiu todas as faixas de idade pesquisadas e foi particularmente expressiva para os trabalhadores de 15 a 17 anos de idade. Mesmo diante desse desempenho, os trabalhadores mais jovens continuam com a maior taxa de desemprego, confirmando a extrema dificuldade dos jovens em obter o primeiro emprego.

No que se refere ao nível de escolaridade, a redução da taxa de desemprego atinge todas categorias pesquisadas, em especial, os trabalhadores de menor e média qualificação. As maiores taxas de desemprego nesta segmentação, como tradicionalmente ocorre, estão entre os trabalhadores de oito a dez anos de estudo.

**TABELA 10.6- TAXA DE DESEMPREGO – FAIXA DE IDADE - RMPOA**

	Taxa de desemprego (%)	
	Jan/set-2006	Jan/set-2007
15 a 17 anos	26,2	23,9
18 a 24 anos	15,6	15,6
25 a 49 anos	6,4	6,1
50 anos ou mais	3,3	2,9
<b>Total</b>	<b>8,1</b>	<b>7,7</b>

Fonte: IBGE Elaboração: UEE/FIERGS

**TABELA 10.7- TAXA DE DESEMPREGO – ANOS DE ESTUDO – RMPOA**

	Taxa de desemprego (%)	
	Jan/set-2006	Jan/set-2007
S/instrução e menos de 8 anos	8,1	7,4
8 a 10 anos	10,7	10,2
11 anos ou mais	7,1	7,0
<b>Total</b>	<b>8,1</b>	<b>7,7</b>

Fonte: IBGE Elaboração: UEE/FIERGS

**TABELA 10.8 – TAXA DE DESEMPREGO SETORAL REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**

	Taxa de desemprego (%)	
	Jan/set-2006	Jan/set-2007
Indústria, produção e dist. Elet., gás e água	5,7	4,4
Construção	4,9	4,4
Comércio	4,4	4,2
Serv. Prest. à empresa, aluguéis, ativ. imob. e int. financ.	3,9	4,1
Adm. pública, defesa, seg. social, educ., saúde e serv. soci	2,0	1,5
Serviços domésticos	4,1	3,8
Outros serviços	4,2	4,8
<b>Total</b>	<b>8,1</b>	<b>7,7</b>

Fonte: IBGE. Elaboração UEE/FIERGS

Considerando os setores econômicos pesquisados, observa-se a expansão do desemprego naqueles que abrangem os serviços prestados às empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e instituições financeiras. O desemprego aumentou também em

outros serviços. Por outro lado, como demonstra a tabela 10.8, a taxa de desemprego caiu na região metropolitana de Porto Alegre devido, fundamentalmente, ao desempenho positivo do indicador na indústria – uma queda de 1,3 pontos percentuais - e em menor grau nos demais segmentos econômicos.

A redução na taxa de desemprego setorial, assim como a global, reflete principalmente o aumento da ocupação. De fato, o nível de ocupação metropolitano de Porto Alegre aumentou 1,8% nos nove primeiros meses do ano em relação ao mesmo período de 2006, correspondendo a um acréscimo de 30,9 mil novas ocupações. Esse comportamento ocorre na maioria dos setores pesquisados, com destaque para o grupo composto pela intermediação financeira, atividades imobiliárias e aluguéis. Na indústria geral, no comércio e na administração pública a expansão da ocupação também é expressiva. O momento favorável da indústria gaúcha é mais uma vez captado pelo crescimento do indicador do setor. Apenas outros serviços e serviços domésticos registraram uma redução na ocupação média em 2007.

**TABELA 10.9 – NÍVEL DE OCUPAÇÃO  
ATIVIDADES ECONÔMICAS - REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**

	Ocupação média (mil)		Diferença (mil)	Diferença (%)
	Jan/Set-2006	Jan/Set-2007		
Indústria geral	388	396	8,67	2,2%
Construção	120	120	0,00	0,0%
Comércio, repar. veíc. autom. e de obj. pessoais e dom.	334	341	7,00	2,1%
Interm. Financ. e ativ. Imob., alug. e serv. prest. à emp.	220	229	9,11	4,1%
Adm. pública, defesa, seg. soc., educ., saúde, serv.soc.	281	288	7,11	2,5%
Serviços domésticos	122	121	-0,78	-0,6%
Outros serviços	255	254	-1,56	-0,6%
Outras atividades	13	15	1,33	9,9%
<b>Total RMPOA</b>	<b>1.734</b>	<b>1.765</b>	<b>30,89</b>	<b>1,8%</b>

Fonte: IBGE. Elaboração UEE/FIERGS

Seguindo a desagregação da ocupação na região metropolitana de Porto Alegre, 86% das novas ocupações em 2007 foram com carteira assinada indicando um aumento da formalização das relações trabalhistas na região. Esse grupo aumentou o nível de ocupação em 3,1% no período de janeiro a setembro de 2007 ante o mesmo período do ano passado. Destaca-se o número de ocupação como empregadores que aumentou 5,1%, equivalente a 4,1 mil postos.

**TABELA 10.10 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO  
REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**

	Ocupação (em mil)		Diferença (mil)	Diferença (%)
	Jan/set-2006	Jan/set-2007		
Com carteira de trabalho assinada	849,3	875,9	26,6	3,1%
Sem carteira de trabalho assinada	329,4	331,3	1,9	0,6%
Conta própria	323,9	322,4	-1,4	-0,4%
Empregadoras	80,0	84,1	4,1	5,1%
Militares, func. púb. estatutários	133,7	134,1	0,4	0,3%
Demais	17,9	17,2	-0,7	-3,7%
<b>Total RMPOA</b>	<b>1.734</b>	<b>1.765</b>	<b>30,9</b>	<b>1,8%</b>

Fonte: IBGE. Elaboração UEE/FIERGS

O número de pessoas empregadas<sup>25</sup>, por sua vez, aumentou 2,5% no período de janeiro a setembro de 2007, comparativamente ao mesmo período do ano passado. A

<sup>25</sup> Essa variável é conceitualmente diferente da variável pessoal ocupada por isso a diferença nos totais.

maior parte deste crescimento ocorreu no setor privado da economia da região, que expandiu 2,6% e correspondeu a 83% do total da região, e, como já referido, quase todos com carteira assinada. No setor público, ocorreu um aumento de 2,4% no contingente de pessoas empregadas na mesma base de comparação.

**TABELA 10.11 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO  
REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**

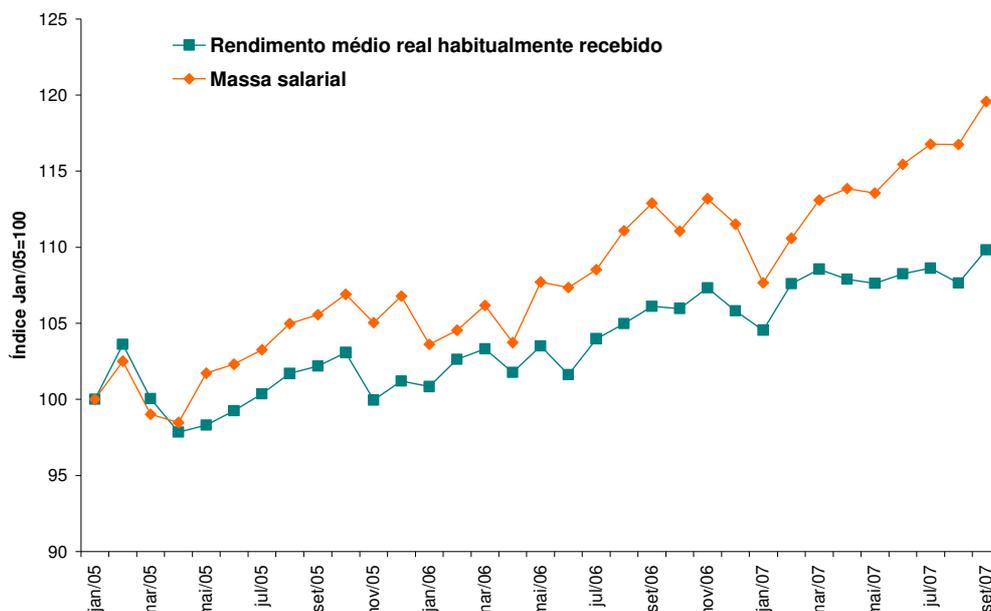
	Pessoas empregadas (em mil)		Diferença (mil)	Diferença (%)
	Jan/set-2006	Jan/set-2007		
Setor privado no trabalho principal	985,0	1.010,2	25,2	2,6
Com carteira de trabalho assinada	760,1	783,6	23,4	3,1
Sem carteira de trabalho assinada	224,9	226,3	1,4	0,6
Setor público	205,0	210,0	5,0	2,4
<b>Total RMPOA</b>	<b>1.190,0</b>	<b>1.220,2</b>	<b>30,2</b>	<b>2,5</b>

Fonte: IBGE. Elaboração UEE/FIERGS

Por fim, a última variável analisada será os rendimentos dos trabalhadores. Para atingir este objetivo serão utilizados os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE). Portanto, os rendimentos serão analisados para o total da economia da Região Metropolitana de Porto Alegre. No que tange, especificamente a indústria de transformação será utilizada a variável remuneração paga aos trabalhadores de abrangência estadual.

Em sintonia com os demais indicadores do mercado de trabalho gaúcho, o rendimento médio habitualmente recebido pelos trabalhadores na região metropolitana de Porto Alegre apresentou um crescimento de 4,5%, em termos reais, no período de janeiro a setembro relativamente ao mesmo período de 2006. Este desempenho é resultado dos aumentos reais do salário mínimo, do baixo nível inflacionário e dos reajustes de salários no setor público e privado. A massa de salários pagos na região (rendimento médio vezes o número de ocupados), por sua vez, aumentou ainda mais: 6,4% devido à expansão da ocupação em termos reais.

**GRÁFICO 10.6—RENDIMENTO HABITUALMENTE RECEBIDO E MASSA SALARIAL  
REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**



Fonte: IBGE. Elaboração UEE/FIERGS

O rendimento médio (valores de setembro) do trabalhador na região metropolitana de Porto Alegre foi R\$ 1.075,00 em média por mês nos nove primeiros meses de 2007 fazendo com que a massa salarial alcançasse o montante de R\$ 1,9 bilhão/ mês.

Estes números indicam que cada trabalhador, em média, recebeu R\$ 46,35 reais (valores de setembro) a mais por mês, o que totaliza R\$ 417,19 no período de janeiro a setembro de 2007 a mais do que havia recebido a título de rendimentos no mesmo período de 2006. Ressalta-se que esse ganho é superior à média verificada no Brasil.

A economia da região, por consequência, recebeu a injeção de R\$ 114 milhões em salários por mês acima do ano passado, o que totaliza, ao longo dos primeiros nove meses de 2007, um montante de R\$ 1,026 bilhão.

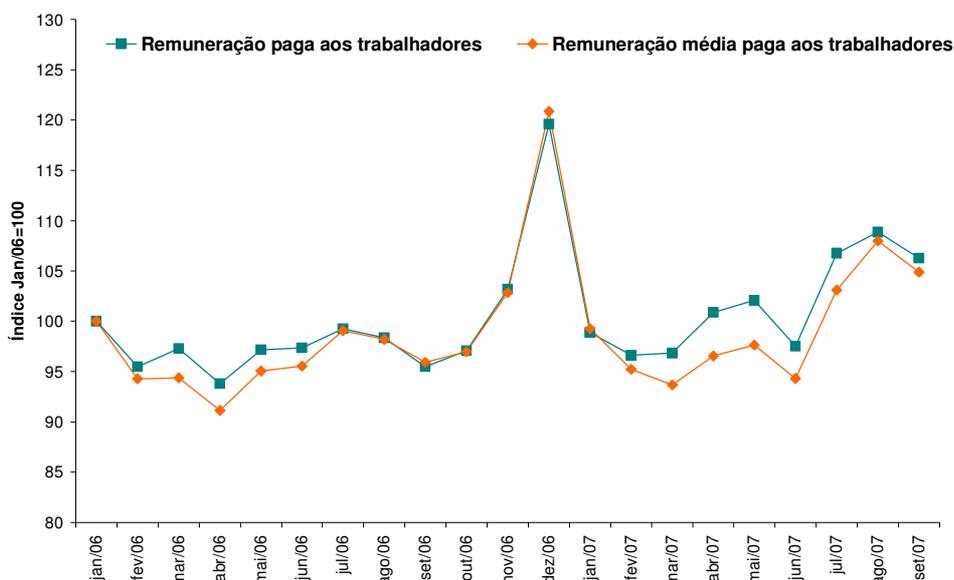
Analisando-se mais detalhadamente a evolução dos rendimentos em 2007, vale ressaltar que a maior parte do aumento de salários referido veio do setor público: são R\$ 132,90 (+7,6%), em média, a mais do que o ano passado, em termos reais, levando-se em conta o período de janeiro a setembro. No setor privado com carteira assinada, este aumento foi bem menor: R\$ 30,90 (+3,3%), em valores de setembro.

**TABELA 10.12 – RENDIMENTO HABITUALMENTE RECEBIDOS  
REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**

	Rendimento médio R\$		Variação R\$	Variação (%)
	Jan/set-2006	Jan/set-2007		
Setor Privado com carteira assinada	927,76	958,69	30,9	3,3%
Setor Privado sem carteira assinada	656,10	675,05	18,9	2,9%
Setor Público	1.758,97	1.891,88	132,9	7,6%
Conta própria	957,77	998,94	41,2	4,3%
<b>Total</b>	<b>1.029,62</b>	<b>1.075,98</b>	<b>46,4</b>	<b>4,5%</b>

Fonte: IBGE. Elaboração UEE/FIERGS

**GRÁFICO 10.7 – REMUNERAÇÃO PAGA AOS TRABALHADORES  
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – RS**



Fonte: UEE/ FIERGS

Comportamento semelhante é percebido na indústria de transformação do Estado, segundo os dados da Pesquisa Indicadores Industriais RS-FIERGS. Em sintonia com o dinamismo da atividade industrial em 2007, os rendimentos médios pagos aos trabalhadores no setor manufatureiro subiram 3,4%, em termos reais. O montante de

salários (massa salarial) industriais pagos, na mesma base de comparação, subiu 4,6% em resposta ao crescimento do emprego.

Setorialmente, os rendimentos totais pagos subiram, em termos reais, na maioria dos gêneros, e de forma mais intensa, naqueles onde o nível de emprego registrou bom desempenho. Destaque para máquinas e equipamentos (+10,1%), máquinas agrícolas (+14,9%), metalurgia básica (+10,9%) e borracha e plásticos (+7,6%). No âmbito das empresas, o índice de difusão da variável no ano – que mede a proporção de empresas que registraram variação positiva – atingiu 64,6 pontos. Em outras palavras, a maioria absoluta (64,6%) das empresas que participam da Pesquisa Indicadores Industriais do RS aumentou a remuneração paga aos seus trabalhadores – número que se encontra em sintonia com a evolução das vendas e do emprego.

A remuneração média por trabalhador, por sua vez, também subiu na maioria dos setores de janeiro a setembro frente ao mesmo período de 2006, com destaque para máquinas agrícola (+12,9%), complexo coureiro-calçadista (+10,9%) e bebidas (+6,4%). O paradoxo entre a queda no emprego e o expressivo desempenho da variável no setor coureiro-calçadista gaúcho é explicado pelo pagamento de rescisões contratuais, logo o dinamismo da variável verificado até setembro não deve se manter nos próximos meses.

A remuneração média diminuiu em poucos setores tendo sido mais significativa nos gêneros de fumo (-15,3%), edição e impressão (-12,9%) e vestuário e acessórios (-5,2%)

**TABELA 10.13 – REMUNERAÇÃO PAGA AOS TRABALHADORES  
ATIVIDADES INDUSTRIAIS – RS – JANEIRO A SETEMBRO**

	Remuneração	Remuneração média
Alimentos e bebidas	3,4%	2,5%
Alimentos	2,8%	2,0%
Bebidas	8,8%	6,4%
Produtos de fumo	-10,8%	-15,3%
Produtos têxteis	5,6%	4,4%
Vestuário e acessórios	3,4%	-5,2%
Couros e fab. artef. couro e calçados	5,6%	10,9%
Couros	0,4%	6,6%
Calçados	5,6%	11,2%
Produtos de madeira	5,2%	-0,67%
Edição, impressão e reprodução de gravações	-6,9%	-12,9%
Produtos químicos	-0,7%	-3,5%
Borracha e plástico	8,8%	6,2%
Borracha	9,4%	4,5%
Metalurgia básica	10,9%	5,6%
Produtos de metal	7,8%	3,7%
Máquinas e equipamentos	10,1%	0,1%
Máquinas Agrícolas	14,9%	12,9%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3,2%	-3,6%
Material eletrônico e de comunicação	-2,6%	2,1%
Veículos automotores	7,6%	1,8%
Móveis e indústrias diversas	3,4%	3,0%
Móveis	3,1%	6,3%
<b>Indústria total</b>	<b>4,6%</b>	<b>3,4%</b>

Fonte: IBGE. Elaboração UEE/FIERGS

Segundo as projeções da Unidade de Estudos Econômicos da FIERGS, mantido o atual padrão de crescimento do emprego formal no Estado em 2007, deve-se encerrar o ano contabilizando algo em torno de 76,4 mil novas vagas com carteira assinada. Na indústria total, este número deverá ser de 28,7 mil, resultado do relativo bom desempenho da indústria de transformação, que deverá gerar 23 mil postos de trabalho.

Já para 2008, com uma expectativa de manutenção no quadro conjuntural no Estado expresso no maior nível de vendas e produção industrial, têm-se os elementos necessários para se criar 68,3 mil empregos no cenário moderado. Esse resultado deriva basicamente do crescimento do emprego em todos os setores econômicos do RS, assim distribuído: agropecuária (1.243), indústria total (22,2 mil) e serviços (44,8 mil). A indústria de transformação, por sua vez, deverá gerar 18,5 mil novas vagas.

No cenário pessimista, as projeções de menor crescimento da economia regional, deverão resultar também em menor geração de empregos formais. Porém, projeta-se pelo menos 56,1 mil novos empregos no próximo ano. A indústria de transformação, nesse cenário, deverá ser responsável pela criação de 15,2 mil novas oportunidades de trabalho.

No cenário otimista, naturalmente, as projeções de crescimento da economia são maiores e, portanto, resultando em um maior número de vagas criadas. Nesse cenário, projeta-se 80 mil novas vagas para 2008. A indústria de transformação, por sua vez, deve colaborar com um incremento de 21 mil novos empregos.

**TABELA 10.14 – PERSPECTIVAS PARA O ESTOQUE DE EMPREGADOS – SETOR FORMAL - RIO GRANDE DO SUL**

	2006	2007*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	76.567	77.247	78.097	78.490	78.882
Indústria Total	697.246	725.978	744.493	748.234	751.975
Indústria de transformação	603.210	626.224	641.462	644.686	647.909
Serviços	1.513.759	1.560.804	1.597.574	1.605.602	1.613.630
<b>Total</b>	<b>2.287.572</b>	<b>2.364.029</b>	<b>2.420.164</b>	<b>2.432.326</b>	<b>2.444.488</b>

Fonte: MTE. \*Previsão. Estimativas: UEE/FIERGS

**TABELA 10.15 – PERSPECTIVAS PARA A GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO – SETOR FORMAL - RIO GRANDE DO SUL**

	2006	2007*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	-568	680	851	1.243	1.635
Indústria Total	7.312	28.732	18.515	22.256	25.997
Indústria de transformação	5.502	23.014	15.238	18.461	21.685
Serviços	45.355	47.045	36.770	44.798	52.827
<b>Total</b>	<b>52.099</b>	<b>76.457</b>	<b>56.136</b>	<b>68.297</b>	<b>80.459</b>

Fonte: MTE \*Previsão. Estimativas: UEE/FIERGS

Em termos setoriais, na indústria de transformação, projeta-se para 2008 uma queda no emprego apenas para o segmento coureiro-calçadista embora em menor volume do que o registrado nos últimos anos. Devido ao seu porte, os setores alimentício (incluído bebidas), máquinas e equipamentos, produtos de metal, material de transporte, borracha e plásticos devem dar as maiores contribuições para o resultado agregado no ano que vem.

**TABELA 10.16 – PERSPECTIVAS PARA O ESTOQUE DE EMPREGADOS – SETOR FORMAL - RIO GRANDE DO SUL**

	2006	2007*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Alimentos e Bebidas	105.593	110.243	112.473	113.038	113.604
Fumo	5.826	4.660	5.797	5.826	5.855
Têxtil	11.164	11.576	11.664	11.723	11.781
Vestuário e acessórios	16.868	17.523	17.957	18.047	18.138
Artefatos de couro e Calçados	145.845	139.733	138.616	139.313	140.009
Madeira	17.192	17.142	17.349	17.436	17.523
Celulose e produtos de papel	8.739	8.881	8.935	8.980	9.025
Editorial e Gráfica	19.524	20.308	20.731	20.835	20.939
Coque e refino de petróleo	1.238	1.310	1.310	1.317	1.323
Química	17.589	18.228	18.646	18.740	18.833
Borracha e Plástico	34.259	36.818	38.481	38.674	38.867
Minerais não-metálicos	14.749	15.376	15.666	15.744	15.823
Metalurgia básica	13.101	14.435	15.123	15.199	15.275
Produtos de metal	43.841	48.094	49.882	50.133	50.384
Máquinas e equipamentos	46.773	52.876	55.328	55.606	55.884
Máquinas para escritório e equip. de inform...	2.812	3.215	3.488	3.506	3.523
Material elétrico e de comunicações	10.824	11.572	12.066	12.127	12.188
Material eletrônico e de apar. e equip. de com...	4.832	5.122	5.372	5.399	5.426
Equip. de instrum. para usos medico-hospital...	2.919	3.066	3.186	3.202	3.218
Material de Transporte	34.475	38.519	41.038	41.244	41.451
Outros equipamentos de transporte	3.134	3.956	4.270	4.292	4.313
Móveis e indústrias diversas	40.058	40.264	40.572	40.776	40.980
Reciclagem	1.855	3.306	3.511	3.529	3.546
<b>Total</b>	<b>603.210</b>	<b>626.224</b>	<b>641.462</b>	<b>644.685</b>	<b>647.909</b>

Fonte: MTE. \*Previsão. Estimativas: UEE/FIERGS

**TABELA 10.17 – PERSPECTIVAS PARA A GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO – SETOR FORMAL - RIO GRANDE DO SUL**

	2006	2007*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Alimentos e Bebidas	2.822	4.650	2.230	2.795	3.360
Fumo	-203	-1.166	1.136	1.165	1.195
Têxtil	180	412	88	147	206
Vestuário e acessórios	477	655	434	525	615
Artefatos de couro e Calçados	-4.379	-6.112	-1.117	-421	276
Madeira	91	-50	207	295	382
Celulose e produtos de papel	-281	142	54	99	144
Editorial e Gráfica	586	784	423	527	632
Coque e refino de petróleo	8	72	0	6	13
Química	530	639	418	511	605
Borracha e Plástico	456	2.559	1.662	1.856	2.049
Minerais não-metálicos	100	627	290	369	447
Metalurgia básica	419	1.334	688	764	840
Produtos de metal	1.256	4.253	1.788	2.039	2.289
Máquinas e equipamentos	273	6.103	2.452	2.730	3.008
Máquinas para escritório e equip. de inform...	463	403	273	290	308
Material elétrico e de comunicações	265	748	494	555	615
Material eletrônico e de apar. e equip. de com...	341	290	250	277	304
Equip. de instrum. para usos medico-hospital...	124	147	119	135	151
Material de Transporte	1.178	4.044	2.519	2.725	2.932
Outros equipamentos de transporte	620	822	314	336	357
Móveis e indústrias diversas	35	206	307	511	715
Reciclagem	141	1.451	205	223	240
<b>Total</b>	<b>5.502</b>	<b>23.014</b>	<b>15.238</b>	<b>18.461</b>	<b>21.685</b>

Fonte: MTE. \*Previsão. Estimativas: UEE/FIERGS

## 11. SETOR EXTERNO DO RIO GRANDE DO SUL

---

### **O CRESCIMENTO GENERALIZADO ENTRE OS SETORES GARANTIU O RESULTADO DAS EXPORTAÇÕES EM 2007**

*O ano de 2007 iniciou com expectativas modestas quanto ao comportamento do setor externo gaúcho, mas as exportações foram mais robustas em todos os meses de 2007, superando os resultados de 2006. Do mês de maio para frente as exportações do Estado se distanciaram de maneira sólida das vendas do ano passado. Assim, geraram um crescimento acima do esperado.*

As exportações gaúchas, ao final de 2006, registraram crescimento de 13%, totalizando US\$ 11,8 bilhões. O resultado superou a projeção realizada no início do mês de dezembro do mesmo ano, que apontava um incremento de 10%. A surpresa positiva decorreu de um desempenho inesperado das exportações industriais que se expandiram em 6%, aproveitando o cenário externo extremamente aquecido. A retomada das exportações de produtos primários foi outro elemento determinante para o crescimento das vendas externas. As exportações de soja voltaram ao seu patamar histórico, recuperando-se da estiagem da safra 2004/2005, registrando um crescimento de 394%, que gerou um saldo próximo a US\$ 655 milhões. A China consolidou sua importância relativa como um dos principais destinos das exportações gaúchas, e se manteve na terceira posição, importando US\$ 761 milhões. O país asiático se mostrou como o maior comprador da soja produzida no Estado. Os Estados Unidos e a Argentina permaneceram, respectivamente, na primeira e na segunda posição dos principais destinos das exportações do Rio Grande do Sul.

Com base no cenário consolidado acima, haviam sido feitas as projeções de desempenho do comércio exterior do Estado para o ano de 2007. Assim, as projeções indicavam vendas totais próximas a US\$ 12,3 bilhões, com crescimento em torno de 7%, enquanto que as exportações da indústria deveriam aumentar em 5%. A expectativa de crescimento das vendas industriais decorria do comportamento observado nos últimos meses de 2006, que indicava um processo de adaptação do setor ao novo patamar cambial. Esperava-se para 2007, que as importações continuassem a crescer em um ritmo superior ao das exportações.

O mês de janeiro de 2007 apresentou um crescimento das exportações de 40% em relação a janeiro de 2006, e destaca-se que o crescimento elevado se deveu, em grande parte, a fraca base de comparação (jan/06). Analisando um pouco à frente, para identificar o comportamento da economia no primeiro semestre de 2007, pode-se dizer que o acumulado do ano até junho apresentou um resultado 27% maior para as exportações em comparação ao mesmo período de 2006. Olhando-se isoladamente para a indústria de transformação, verificou-se um crescimento de 22% nas vendas externas para o mesmo período de análise. Os setores que mais se destacaram neste período foram os tradicionalmente exportadores, como o setor Químico (+ 42%), o setor Fumo (+20%), o de Alimentos e Bebidas que apresentou crescimento de (+34%) e para completar a lista o setor de Máquinas e Equipamentos, com crescimento de (+17%). As importações não se comportaram como o previsto no fim de 2006, e cresceram a taxas inferiores que as registradas pelas exportações, para exemplificar, no acumulado do ano até junho as importações apresentaram um incremento de 12%. Os dados divulgados pela Secretaria

de Comércio Exterior (SECEX) para o mês de outubro registraram um aumento no ritmo de expansão das exportações industriais gaúchas. Apontou-se como um fator importante para a obtenção dos resultados, um aumento geral das vendas nos principais setores exportadores do estado. As vendas externas da indústria gaúcha tiveram a maior elevação do ano em outubro e superaram a média mensal de 21%. Cresceram 38%, em comparação ao mesmo mês de 2006, e chegaram a US\$ 362 milhões.

No comportamento acumulado das exportações até outubro de 2007, registrou-se um incremento de 29%, alcançando o montante de US\$ 12,6 bilhões, enquanto que as vendas externas da indústria acumularam alta de 22%, ou US\$ 10,8 bilhões, superando as expectativas do início do ano. As exportações foram mais robustas em todos os meses de 2007, superando os resultados de 2006. Do mês de maio para frente às exportações do Estado se distanciaram de maneira sólida das vendas do ano de 2006.

Dentre os principais destinos das exportações gaúchas está a China, que aumentou em 107% as compras de produtos do Estado, atingindo o valor de US\$ 1,3 bilhões. As vendas destinadas a essa economia concentram-se em torno do complexo soja, e refletem o dinamismo deste país como parceiro comercial. Desta maneira, a China ganhou uma posição no ranking dos maiores parceiros comerciais do RS em relação ao ano passado e passou a ocupar a segunda posição. Vale ressaltar que o país asiático passou de uma participação de 3% no total das vendas externas em 2006 para quase 11% em 2007. Os EUA, porém, continuam em primeiro lugar na lista dos maiores compradores. Em terceiro lugar, cedendo espaço para a China, ficou a Argentina. Esta aumentou em 36% as suas compras e somou US\$ 1,2 bilhões. A economia argentina vem registrando uma boa retomada do seu ritmo de atividade após a crise de balanço de pagamentos que reduziu seu PIB (produto interno bruto) em aproximadamente 15% somente no ano de 2001. O país mantém uma grande participação nas exportações por destino do RS, em torno de 10%, e o produto de maior destaque da pauta de exportações em 2007 foi o óleo diesel. O grupo formado por Argentina, China e Estados Unidos concentra 32% do total exportado até outubro de 2007.

Os Estados Unidos, conforme comentado, continuam na primeira posição, mas as exportações não apresentaram crescimento em relação ao ano passado. O país compra bastante, em torno de US\$ 1,5 bilhões, o que lhe confere a participação de 12% no total das vendas externas. Mas o montante exportado não apresenta crescimento pelo terceiro ano consecutivo, e a sua participação vem diminuindo ao longo dos anos, 19% em 2005 e 15% em 2006. Dentre os produtos que mais perderam espaço no mercado americano estão os calçados de couro. A perda de participação do mesmo nas vendas externas gaúchas leva a um aumento na diversificação dos parceiros comerciais, como se pode notar na tabela 11.1.

**TABELA 11.1 - EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL POR DESTINO**

	US\$ milhões		Variação		Participação	
	Jan-Out	Jan-Out	%	US\$ milhões	Jan-Out	Jan-Out
	2006	2007			2006	2007
Estados Unidos	1.508	1.516	0%	7	15%	12%
China	636	1.313	107%	678	7%	10%
Argentina	893	1.212	36%	320	9%	10%
Rússia	636	585	-8%	(51)	7%	5%
Holanda	264	403	53%	139	3%	3%
Alemanha	318	365	15%	47	3%	3%
Bélgica	283	348	23%	65	3%	3%
Paraguai	262	347	32%	85	3%	3%
Chile	338	335	-1%	(4)	3%	3%
Irã	218	321	47%	103	2%	3%
Total do Grupo	5.355	6.745	26%	1.389	55%	54%
<b>Total Geral</b>	<b>9.754</b>	<b>12.577</b>	<b>29%</b>	<b>2.822</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secex/MDIC

O crescimento das exportações gaúchas em 2007 teve grande participação de setores relacionados ao agronegócio. Pode-se destacar primeiramente, as vendas do complexo soja que cresceram 99% em relação ao ano passado, isto representa exportações adicionais de US\$ 1,1 bilhão. O mais interessante, é que esse crescimento se deu sobre um ano (2006) em que se obteve bons resultados no setor. Dentro do complexo soja, destaque para soja em grão. Os maiores compradores do produto foram a China e a Holanda, que juntos adquiriram o montante de US\$ 817 milhões. Cabe destacar que o crescimento das vendas de soja em grão se deve ao aumento em torno de 80% em volume, e em torno de 18% no preço do produto.

**TABELA 11.2 – EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO**

	Jan-Out	Part. (%)	Jan-Out	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
	2006		2007			
<b>Complexo Soja</b>	<b>1.114</b>	<b>19%</b>	<b>2.219</b>	<b>31%</b>	<b>99%</b>	<b>1.104</b>
Soja (Grão)	640	11%	1.478	21%	131%	838
Óleo de Soja	203	3%	380	5%	87%	177
Farelo de Soja	271	5%	360	5%	33%	89
<b>Milho (Grão)</b>	<b>7</b>	<b>0%</b>	<b>74</b>	<b>1%</b>	<b>992%</b>	<b>68</b>
<b>Trigo</b>	<b>9</b>	<b>0%</b>	<b>7</b>	<b>0%</b>	<b>-20%</b>	<b>(2)</b>
<b>Complexo Carnes</b>	<b>1.328</b>	<b>23%</b>	<b>1.459</b>	<b>21%</b>	<b>10%</b>	<b>131</b>
Carne de Frango in natura	540	9%	721	10%	34%	181
Carne de Frango Ind.	51	1%	72	1%	41%	21
Carne Suína in natura	467	8%	487	7%	4%	20
Carne Bovina in natura	190	3%	84	1%	-56%	(106)
Carne Bovina Industrializada	80	1%	95	1%	18%	15
<b>Demais Prod. Agron.</b>	<b>3.383</b>	<b>58%</b>	<b>3.381</b>	<b>48%</b>	<b>0%</b>	<b>(2)</b>
<b>Agronegócio</b>	<b>5.825</b>	<b>100%</b>	<b>7.058</b>	<b>100%</b>	<b>21%</b>	<b>1.233</b>
<b>Total Geral</b>	<b>9.754</b>		<b>12.577</b>		<b>29%</b>	<b>2.822</b>

Fonte: Secex/MDIC

O complexo carnes também foi importante para os resultados, gerando um incremento de receita superior a US\$ 130 milhões. Esse resultado se processou em

relação a um ano (2006) em que o complexo foi um dos grandes responsáveis pelo crescimento das exportações dos Estado. Dentro do último grupo, destaque para as vendas de carne de frango *in natura*, US\$ 721 milhões, que após os problemas da gripe aviária registrados no ano passado apresentou recuperação.

O resultado dos produtos primários, com destaque para soja em grão, milho em grão e farelo de soja, ajudou a elevar a participação do setor de básicos (produtos primários) de 7% em 2006 para 13% em 2007. O mesmo grupo exportou US\$ 1,6 bilhões em 2007. O bom desempenho registrado nas vendas de carne de frango e óleo de soja contribuiu para o resultado auferido pelo setor Alimentos e Bebidas. Este apresentou no acumulado do ano, um crescimento de 24% em relação ao mesmo período do ano passado. O valor das exportações foi da ordem de US\$ US\$ 2,7 bilhões, com destaque para as vendas de óleo de soja. Alimentos e Bebidas continuou a ser o setor com maior participação nas vendas externas do Rio Grande do Sul, 20% do total.

Ao analisarmos o desempenho dos demais setores tradicionalmente exportadores do Estado, salienta-se que apenas o setor de Couros, Artefatos e Calçados apresentou resultado negativo. O mesmo quase igualou o nível exportado de 2006 para o período em análise, obteve um decréscimo de (-1%), o que gerou uma perda de receita de US\$ 9 milhões. O resultado reflete a perda de concorrência internacional, reforçada pela constante valorização do câmbio observada em 2007, pelas restrições de crédito de ICMS e pela forte concorrência asiática. O setor Fumo, por sua vez, apresentou crescimento de 30%, o que garantiu um adicional de receita de US\$ 336 milhões. Para o setor, fumo em folhas se apresenta como o produto de destaque no acumulado do ano. No de Químicos, obteve-se um crescimento positivo de 23%, com geração de recursos da ordem de US\$ 269 milhões. As vendas de polietileno se destacaram nas exportações do setor. Em Máquinas e Equipamentos, comportamento positivo, o setor cresceu 29% até outubro. Suas vendas somaram em torno de US\$ 1,1 bilhão, e as exportações de tratores foram substanciais para o desempenho do grupo. O grupo representado por Material de Transporte cresceu 23% no período, gerando recursos excedentes da ordem de US\$ 134 milhões. As exportações de controladores para veículos se destacam no último grupo. Um setor que apresentou taxas de crescimento elevadas ao longo do ano foi o de Refino de Petróleo, 207% até outubro. Embora o mesmo tenha uma pequena participação no total das vendas externas, as exportações somaram US\$ 517 milhões. Destaca-se que o comportamento do setor se deve ao aumento da capacidade de refino da Refap, que permitiu o crescimento das exportações de combustíveis. Os setores Moveleiro e de Material Elétrico cresceram ambos 9%, gerando recursos da ordem de US\$ 20 e US\$ 16 milhões, respectivamente. Os setores de Indústrias Diversas, Celulose e Papel e Extrativa Mineral apresentaram resultado negativo, (-11%) para o primeiro, (-3%) para o segundo e (-4%) para o último. Dentre os setores com menor participação no total das vendas, destaca-se os resultados de Borracha e Plástico, + 25%, o grupo dos Têxteis, + 32%, Metalurgia Básica com crescimento significativo de 65% e Madeira com crescimento de 14% até outubro.

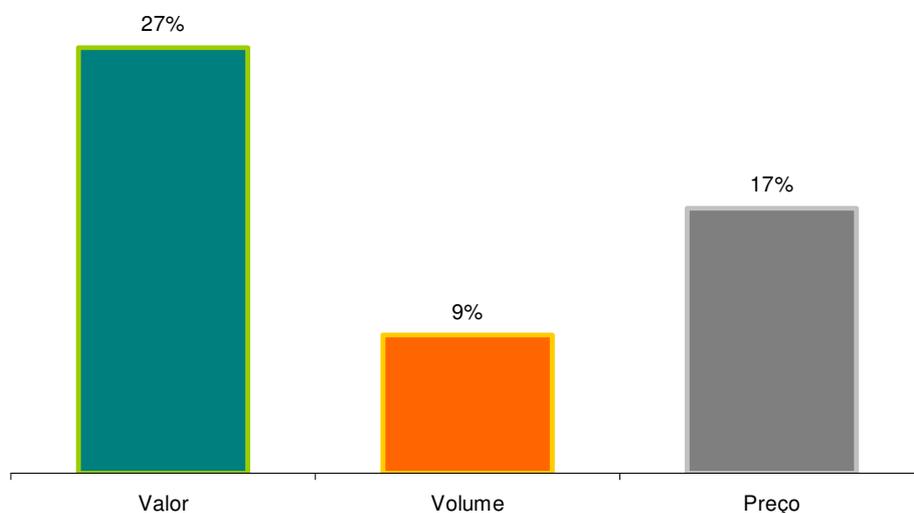
**TABELA 11.3 - EXPORTAÇÕES POR GÊNERO DA INDÚSTRIA**

Gênero da Indústria	Jan-Out 2006	Part. (%)	Jan-Out 2007	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Alimentos e Bebidas	2.057	21%	2.563	20%	24%	506
Couros, Artefatos e Calçados	1.548	16%	1.539	12%	-1%	-9
Fumo	1.126	12%	1.462	12%	30%	336
Química	1.145	12%	1.414	11%	23%	269
Máquinas e Equipamentos	821	8%	1.062	8%	29%	241
Material de Transporte	576	6%	711	6%	23%	134
Refino de Petróleo	168	2%	517	4%	207%	349
Móveis	219	2%	239	2%	9%	20
Indústrias diversas	260	3%	231	2%	-11%	-29
Material Elet. e de Comunic.	181	2%	198	2%	9%	16
Produtos de Metal	182	2%	188	1%	4%	6
Borracha e Plástico	148	2%	184	1%	25%	36
Madeira	132	1%	149	1%	14%	18
Celulose e Papel	139	1%	135	1%	-3%	-4
Têxteis	73	1%	97	1%	32%	24
Metalurgia Básica	45	0%	75	1%	65%	29
Vestuário e Acessórios	31	0%	38	0%	22%	7
Extrativa Mineral	14	0%	13	0%	-4%	-1
<b>Total da Indústria</b>	<b>8.865</b>	<b>91%</b>	<b>10.814</b>	<b>86%</b>	<b>22%</b>	<b>1.949</b>
Básicos	712	7%	1.625	13%	128%	912
Transações Especiais	177	2%	138	1%	-22%	-38
<b>Total Geral</b>	<b>9.754</b>	<b>100%</b>	<b>12.577</b>	<b>100%</b>	<b>29%</b>	<b>2.822</b>

Fonte: Secex/MDIC

Quando analisamos em termos agregados, os índices de valor, preço e quantidade da dinâmica do setor exportador do Rio Grande do Sul, percebe-se que o ganho de valor nas vendas se deve primordialmente aos preços mais elevados, haja vista o volume exportado ter crescido 9% e os preços auferidos 17%.

**GRÁFICO 11.1 - EXPORTAÇÕES – ÍNDICES DE PREÇO, QUANTIDADE E VALOR  
VAR. % ACUMULADA EM 12 MESES – JUN/07**



Fonte: FEE

Desta forma, fica evidente que apesar do resultado das exportações ter sido robusto, isto não significa que ele deva ser comemorado efusivamente, pois muito pouco foi resultado de ganho de mercado, aumento de produção e volumes vendidos, mas sim em função de ganhos de preços. Além disso, deve-se destacar que o resultado das exportações medidos em dólares diz muito pouco sobre o real ganho dos exportadores, uma vez que boa parte das suas despesas são efetuadas em reais (fundamentalmente, o pagamento de mão-de-obra e matéria-prima). A tabela 11.4 apresenta os valores exportados por gênero da indústria convertidos para reais e descontando-se a inflação pelo IPCA. A realidade apresentada é distinta daquela percebida quando se analisam os dados em dólares. Os setores mais intensivos em mão-de-obra, os que dependem de matéria prima nacional e os que utilizam muita energia elétrica são fundamentalmente os maiores prejudicados pelo cenário de sobrevalorização do Real.

**TABELA 11.4 – EXPORTAÇÕES CONVERTIDAS EM REAIS**

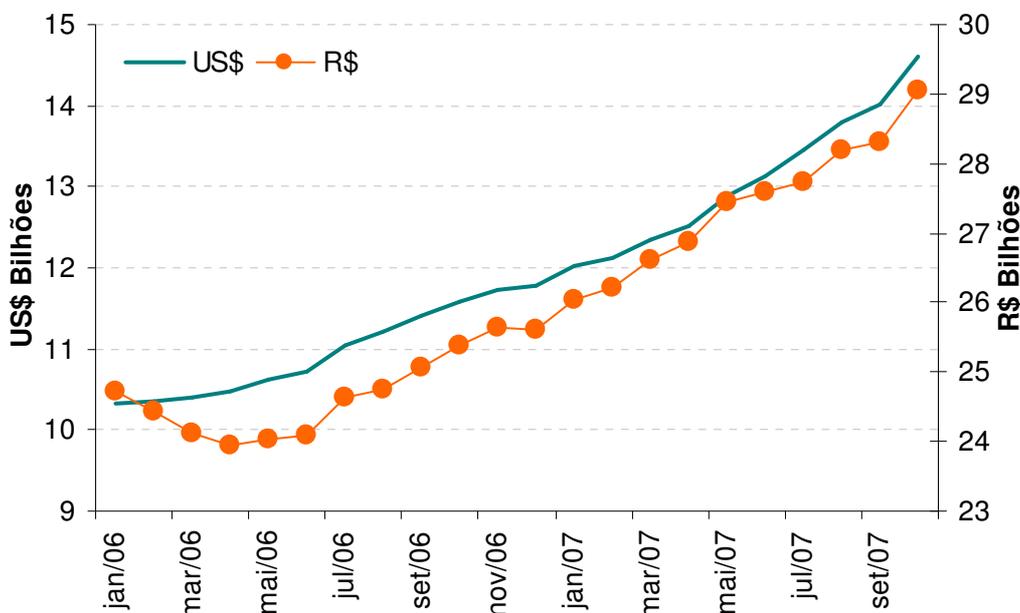
	Jan-Out 2006	Part. (%)	Jan-Out 2007	Part. (%)	Var. (%)	R\$ milhões
Alimentos e Bebidas	4.084	20%	4.529	20%	11%	445
Couros, Artefatos e Calçados	3.196	16%	2.848	13%	-11%	-348
Química	2.292	11%	2.634	12%	15%	341
Fumo	2.384	12%	2.515	11%	6%	131
Máquinas e Equipamentos	1.672	8%	1.864	8%	11%	192
Material de Transporte	1.173	6%	1.161	5%	-1%	-12
Refino de Petróleo	346	2%	919	4%	166%	573
Móveis	447	2%	424	2%	-5%	-23
Indústrias diversas	519	3%	414	2%	-20%	-105
Material Elet. e de Comunic.	372	2%	344	2%	-8%	-29
Produtos de Metal	369	2%	337	2%	-9%	-32
Borracha e Plástico	304	2%	331	1%	9%	27
Madeira	272	1%	263	1%	-3%	-9
Celulose e Papel	295	1%	250	1%	-15%	-45
Têxteis	152	1%	177	1%	16%	24
Metalurgia Básica	90	0%	134	1%	49%	44
Vestuário e Acessórios	62	0%	68	0%	11%	7
Extrativa Mineral	29	0%	22	0%	-23%	-7
<b>Total da Indústria</b>	<b>18.059</b>	<b>90%</b>	<b>19.231</b>	<b>87%</b>	<b>6%</b>	<b>1.172</b>
Básicos	1.564	8%	2.712	12%	73%	1.149
Transações Especiais	383	2%	238	1%	-38%	-145
<b>Total Geral</b>	<b>20.006</b>	<b>100%</b>	<b>22.182</b>	<b>100%</b>	<b>11%</b>	<b>2.176</b>

Fonte: Secex / MDIC

Observa-se claramente que alguns dos segmentos industriais que apresentavam resultados em dólares positivos em relação a 2006 acabam registrando resultados negativos quando suas receitas em moeda estrangeira são convertidas para reais. Os melhores exemplos são os setores de Material de Transporte e Móveis que em dólares apresentavam crescimento de 23% e 9% e em reais acumulam até outubro queda de receita de 1% e 5%, respectivamente. O setor calçados apresentou um decréscimo substancial de 11%, o que gerou uma perda de receita de R\$ 348 milhões.

Em dólares apenas quatro dos dezoito segmentos da indústria analisados obtinham resultados negativos. Já os dados convertidos para reais revelam que nove dos dezoito setores registram queda das suas receitas. Em termos agregados o crescimento de 22% das exportações industriais é revertido para um crescimento modesto de 6%. A constante valorização do Real frente ao Dólar exerce um mecanismo de freio sobre o crescimento das exportações quando medidas na moeda nacional. Embora com o fator cambial atuando de forma negativa, as exportações do Estado apresentaram resultado positivo, um comportamento distinto em relação ao ano passado. Cabe frisar que crescemos 6% sobre uma base bastante fraca, mas por outro lado, tomando a variação do câmbio médio entre janeiro e novembro de 2007 em relação ao mesmo período de 2006, o mesmo se valorizou em torno de 10%. Para o ranking dos estados mais exportadores em 2007, medindo o desempenho em dólares, os resultados apresentados mostram o Rio Grande do Sul em terceiro lugar, atrás de São Paulo com US\$ 42,5 bilhões e Minas Gerais com US\$ 15,2 bilhões.

**GRÁFICO 11.2 - EXPORTAÇÕES EM DÓLARES E EM REAIS (AC. EM 12 MESES)**



Fonte: Secex/MDIC    Elaboração: UEE / Fiergs

**TABELA 11.5 – PRINCIPAIS ESTADOS EXPORTADORES**

	US\$ milhões		Variação		Participação	
	Jan-Out	Jan-Out	%	US\$ milhões	Jan-Out	Jan-Out
	2006	2007			2006	2007
São Paulo	37.907	42.545	12%	4.638	33%	32%
Minas Gerais	12.864	15.202	18%	2.338	11%	11%
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>9.754</b>	<b>12.577</b>	<b>29%</b>	<b>2.822</b>	<b>9%</b>	<b>10%</b>
Rio de Janeiro	9.467	11.525	22%	2.058	8%	9%
Paraná	8.264	10.288	24%	2.025	7%	8%
Pará	5.414	6.465	19%	1.051	5%	5%
Santa Catarina	4.911	6.098	24%	1.187	4%	5%
Bahia	5.603	5.919	6%	316	5%	4%
Espirito Santo	5.586	5.736	3%	150	5%	4%
Mato Grosso	3.739	4.287	15%	548	3%	3%
Total do Grupo	103.508	120.641	17%	17.133	91%	91%
<b>Total Geral</b>	<b>113.646</b>	<b>132.367</b>	<b>16%</b>	<b>18.721</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secex/MDIC

A partir da análise das exportações medidas de acordo com o grau de intensidade tecnológica, pode-se discorrer sobre o resultado acumulado do ano de 2007. Os produtos de Alta Tecnologia foram os únicos a diminuir sua participação nas vendas, com uma queda de 13% nas exportações e uma perda de divisas da ordem de US\$ 25 milhões. A diminuição das vendas de material de informática são o destaque negativo deste tipo de tecnologia, onde dentro desta rubrica a queda das exportações se deve quase que totalmente aos microprocessadores.

Para os produtos de média-alta tecnologia, registrou-se uma variação positiva de 25% em relação a 2006, o que gerou US\$ 658 milhões, com as vendas concentradas em máquinas e equipamentos mecânicos. Para sermos mais precisos, dentro da última rubrica se destacam as ceifeiras debulhadoras, os tratores, as espingardas para caça e os semeadores adubadores.

Dentro da tecnologia média-baixa, pode-se destacar o crescimento das vendas em 48%, gerando divisas que somam US\$ 384 milhões. As vendas se concentraram dentro do último grupo em produtos de petróleo refinado e outros combustíveis, abrindo esta conta, pode-se citar o óleo diesel, outras gasolinas e “fuel-oil”.

Para a baixa tecnologia, o setor alimentos e bebidas se destaca, onde os produtos como óleo de soja, frango in natura e resíduos de óleo de soja se mostram como os mais vendidos. O último grupo apresentou geração de divisas da ordem de US\$ 562 bilhões. Por fim, nos produtos não industriais, o bom resultado reflete as sólidas vendas de grãos de soja, fumo em folhas e milho em grão. O último grupo cresceu 68% em relação ao acumulado em 2006.

**TABELA 11.6 – EXPORTAÇÕES POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA**

Tecnologia	Jan-Out 2006	Jan-Out 2007	Var. (%)	US\$ milhões
Alta	189	164	-13%	(25)
Média-alta	2.638	3.296	25%	658
Média-baixa	794	1.178	48%	384
Baixa	4.296	4.858	13%	562
<b>Intensidade tecnológica</b>	<b>7.917</b>	<b>9.496</b>	<b>20%</b>	<b>1.579</b>
Produtos não industriais	1.837	3.080	68%	1.243
<b>Total geral</b>	<b>9.754</b>	<b>12.577</b>	<b>29%</b>	<b>2.822</b>

Fonte: Secex/MDIC      Elaboração: UEE / FIERGS

As importações cresceram 23% em relação ao mesmo período de 2006, houve uma aceleração acentuada (variação de 74% em outubro com relação ao mesmo mês de 2006). O resultado foi influenciado, fundamentalmente, pelo incremento das compras em todas as categorias de uso. O crescimento mais expressivo em termos absolutos (medidos pela diferença em US\$) ocorreu na categoria matérias primas e produtos intermediários que contribuiu com quase 40% do incremento do valor importado (US\$ 579 milhões). Em segundo lugar vem a categoria combustíveis e lubrificantes, que importaram US\$ 414 milhões a mais do que no ano passado. O resultado reflete o incremento da quantidade de petróleo comprada pela Refap que teve a sua capacidade de refino ampliada. Além disso, os preços do produto se mantiveram em patamares substancialmente acima dos de 2006 por boa parte do ano. Em seguida, vem a categoria bens de consumo duráveis que registrou crescimento de US\$ 393 milhões (162% em relação ao ano passado). Este movimento reflete a valorização do câmbio, que torna os bens de consumo importados relativamente mais baratos que os nacionais, destaque para a compra de automóveis. Por sua vez, a categoria bens de consumo não duráveis apresentou crescimento menos significativo, adicionando US\$ 39 milhões ao valor importado (+23%). Por fim, o estado também aumentou a sua importação de bens de capital (+12%). O aumento de US\$ 107 milhões no valor importado reflete o crescimento das compras de veículos de carga e alguns investimentos em máquinas e equipamentos. A pauta de importação do Estado se mostrou bastante relacionada com o investimento produtivo.

**TABELA 11.7 – IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO**

Categorias de Uso	Jan-Out 2006	Part. (%)	Jan-Out 2007	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Bens de Capital	909	14%	1.016	13%	12%	107
Mat Primas e Prod Intermediários	2.141	33%	2.720	34%	27%	579
Bens de Consumo Não Duráveis	173	3%	212	3%	23%	39
Bens de Consumo Duráveis	242	4%	635	8%	162%	393
Combustíveis e Lubrificantes	3.092	47%	3.506	43%	13%	414
Transações Especiais	0	0%	0	0%	0%	-
<b>Total Geral</b>	<b>6.556</b>	<b>100%</b>	<b>8.089</b>	<b>100%</b>	<b>23%</b>	<b>1.532</b>

Fonte: Secex/MDIC

Em resumo, os números do setor externo gaúcho, são bem melhores do que os esperados no início do ano, e revelaram que 2007 foi um ano de recuperação para os exportadores. Alguns problemas se mantiveram em relação ao ano passado, como a valorização do câmbio, restrição no reconhecimento dos créditos de ICMS e forte concorrência estrangeira.

Com base no atual cenário, com câmbio em torno de 1,75 e economia mundial crescendo 5,2%, projeta-se que as exportações gaúchas fechem 2007 em aproximadamente US\$ 14,9 bilhões. Isso significa um crescimento em torno de 26%, sendo que as exportações industriais deverão crescer 20%, alcançando US\$ 12,9 bilhões.

Para 2008, as projeções indicam vendas totais próximas a US\$ 16,6 bilhões, com crescimento em torno de 12%, enquanto que as exportações da indústria devem aumentar 9%, passando de US\$ 12,9 bilhões para US\$ 14,1 bilhões, conforme a tabela 11.8. A expectativa de crescimento das vendas industriais decorre do comportamento observado nos últimos meses, que indica um processo de adaptação do setor ao novo patamar cambial e a demanda externa que deve permanecer elevada.

No cenário otimista, em que o câmbio médio fica mais valorizado e a economia mundial cresce a um ritmo superior ao projetado, as exportações poderiam manter o ritmo de crescimento de 8%, alcançando US\$ 16 bilhões.

Da mesma forma, estima-se que as importações terminem 2007 em US\$ 9,8 bilhões aproximadamente, com expansão de 23% em relação a 2006. Espera-se que as importações continuem crescendo em um ritmo acelerado em 2008. As projeções indicam valores próximos a US\$ 11,2 bilhões, o que representa um crescimento de 15% em relação a 2007.

**TABELA 11.8 – PERSPECTIVAS PARA O SETOR EXTERNO - RIO GRANDE DO SUL**

	2006	2007*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
<b>Exportações</b>					
Industriais	10.746	12.933	14.485	14.097	13.709
Total	11.774	14.856	16.936	16.639	16.044
<b>Importações</b>	7.948	9.752	11.117	11.215	11.507
<b>Saldo</b>	<b>3.826</b>	<b>5.104</b>	<b>5.819</b>	<b>5.424</b>	<b>4.537</b>

Fonte: Secex / MDIC \*Elaboração e previsões: UEE / FIERGS

A se confirmarem nossas projeções, o saldo comercial do estado em 2007 deve ser 33% maior que o registrado no ano passado, revelando o resultado de US\$ 5,1 bilhões. Porém em 2008, essa tendência deve mudar seguindo o aumento das importações. A demanda interna aquecida e a valorização cambial deverão influenciar o aumento do saldo comercial em menor escala, US\$ 5,4 bilhões, o que representa um aumento de somente 0,6% em relação ao ano de 2007.

## 12. SETOR PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

### 2008 = APERTO FISCAL

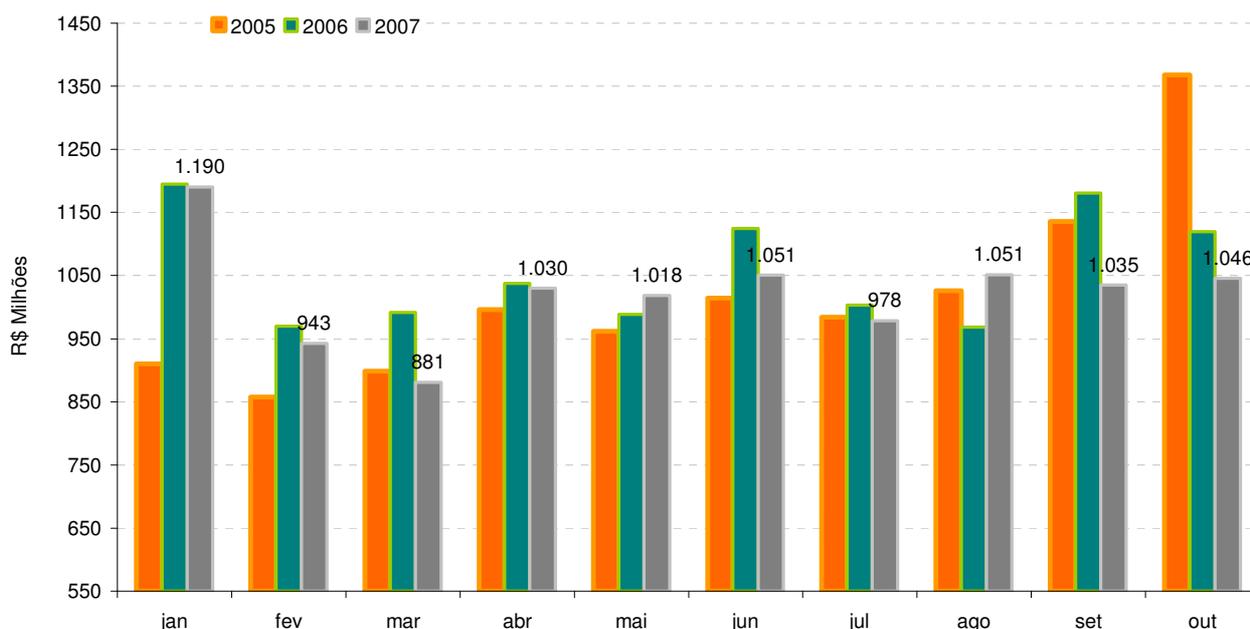
*Apesar das tentativas, o governo do Estado não conseguiu aprovar as alterações na legislação do ICMS. Com isso, as opções para a solução do déficit orçamentário de 2008 ficaram extremamente restritas. Conforme já anunciado, o governo deverá aprofundar o controle de despesas, porém também deverá cortar benefícios fiscais.*

Uma das principais receitas do governo do Estado, a arrecadação de ICMS vem mantendo-se constante ao longo de 2007, em termos nominais, mesmo com a diminuição das alíquotas de gasolina, álcool, telecomunicações e energia elétrica residencial para famílias com consumo superior à 50 Kw/mês. No ano, a receita do imposto caiu apenas 2,83% em termos reais. Considerando, porém, que os valores de janeiro refletem as vendas de dezembro (mês que contava com alíquotas infladas), fica claro que a comparação mais apropriada seria ignorando esse mês. Defrontando-se fev-out/2007 com o mesmo período do ano anterior, a piora no indicador de deterioração da arrecadação é mínima, uma vez que em termos reais esta só cai 3,19%, isto é, apenas 0,36 pontos percentuais a mais que o período que inclui janeiro.

Dois elementos são importantes para explicar o bom desempenho do ICMS no Rio Grande do Sul em 2007:

- a recuperação da atividade econômica, em especial da indústria, que viveu ao longo de 2005 e 2006 uma profunda crise;
- o aperfeiçoamento da aparelhagem de fiscalização da Secretaria da Fazenda - RS.

**GRÁFICO 12.1 – ARRECADAÇÃO REAL (IGP-DI)  
(R\$ MILHÕES)**

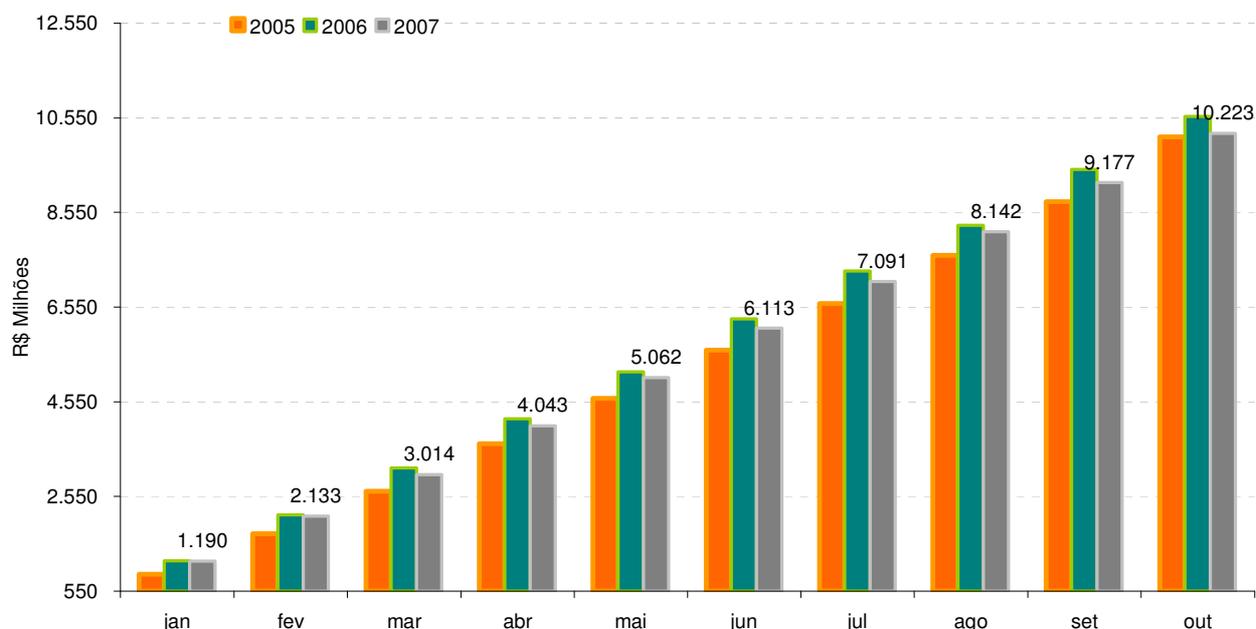


Fonte: SEFAZ-RS. Nota: Outubro/2005: Programa de Recuperação de Créditos.

Como se pode notar pelo gráfico 12.1, em 2007, o ICMS tem apresentado uma dinâmica bastante positiva, caso considerarmos a importância relativa das chamadas *blue chips* na sua composição (cerca de 45%). Quando os resultados são acumulados ao longo do ano, é possível observar que os valores do ano corrente retomam os mesmos patamares dos verificados em 2005 (até outubro).

Naquele ano, a economia regional observava uma crise histórica derivada da seca e da valorização cambial, com o PIB vindo a registrar uma queda significativa. Porém, naquele mesmo período, o Estado contava com os patamares de alíquotas mais elevados da sua história recente em virtude da validade dos termos do pacote fiscal (dez/2004) que majorou o imposto das *blue chips*, pelo período de 2 anos, com diminuição de 1 ponto percentual nas alíquotas no segundo ano de vigência da lei. Assim, retomar o patamar de 2005 não pode ser entendido como algo ruim, uma vez que o nível de 2005 é bastante elevado e artificial. Naquela ocasião, a arrecadação do imposto teve um aumento de nada menos que 11,68% pelo IGP-DI, e um incremento nominal de R\$ 1,7 bilhões em relação ao ano anterior.

**GRÁFICO 12.2 – ARRECADAÇÃO REAL (IGP-DI)  
(Acumulado no Ano - R\$ MILHÕES)**



Fonte: SEFAZ-RS. Nota: Outubro/2005: Programa de Recuperação de Créditos.

Os dados disponibilizados pelo Confaz (Conselho Fazendário) possibilitam a análise do comportamento da arrecadação em termos desagregados. Repetindo o comportamento da economia, os setores primário e secundário aumentaram sua geração de receitas de ICMS entre janeiro a agosto de 2007, em relação ao mesmo período do ano anterior. O setor terciário, por ser explicado em grande parte pelo desempenho de comunicações, apresentou queda no acumulado do ano. Entretanto, o comércio varejista e os transportes apresentaram forte expansão, o que evitou uma queda ainda maior. Conforme o esperado, a arrecadação de comunicações, energia e petróleo sofreram uma forte retração.

**TABELA 12.1 – ARRECADAÇÃO SETORIAL  
(Acumulado no Ano- JAN-AGO - R\$ MILHÕES)**

	2007	Crescimento Real (%)
Primário	56,9	7,7%
Secundário	2.654,3	4,7%
Terciário	3.085,8	-7,9%
Comunicações	949,6	-23,6%
Energia Elétrica	1.006,9	-12,5%
Derivados de Petróleo	1.854,9	-1,1%
Dívida	119,7	-13,4%
Outras	90,0	0,0%
<b>Total</b>	<b>8.869</b>	<b>-3,1%</b>

Fonte: CONFAZ

Quando analisamos o comportamento das contas do governo do Estado, é importante termos claro que há duas formas de avaliar seu desempenho:

a) Enfoque da Administração Direta (Balanço Geral do Estado e Execução Orçamentária dos Recursos do Tesouro), que apenas considera as receitas arrecadas pelo Tesouro Estadual e sua aplicação, tanto pela administração direta quanto por intermédio de suas autarquias e fundações, mediante transferências.

b) Enfoque do Setor Governamental (Consolidado): surgiu a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000. Engloba a Administração Direta mais autarquias e fundações, considerando todas as receitas e despesas de todos os órgãos, não mais mediante transferências intragovernamentais.

Tomando por base o Consolidado, é possível verificar um grande aumento no superávit primário (enfoque do liquidado) no acumulado de janeiro-agosto/2007, em comparação com o mesmo período do ano passado. Em 2006, nesse período, registrava-se um superávit primário de R\$ 222,1 milhões. Em 2007, esse número pulou para R\$ 939 milhões, o que representa um adicional de quase R\$ 717 milhões. Para se entender esse resultado é importante verificar que, enquanto as receitas primárias registraram R\$ 12,36 bilhões, em 2007, esse número era de apenas R\$ 11,2 bilhões no ano passado. Se, do lado dos tributos, o ICMS não colaborou para a criação desse incremento, receitas provenientes do bom desempenho do IPVA e do impostos de renda retido na fonte (IRRF) explicam a dinâmica das receitas. Ressalta-se que no período analisado, o IPVA expandiu-se 14,94%, e o IRRF cresceu 17,6%. Outra receita que se destacou foram as transferências correntes com expansão de 15%, com destaque para as “outras transferências correntes”.

**TABELA 12.2 – RESULTADO PRIMÁRIO CONSOLIDADO  
(ENFOQUE LIQUIDADO - R\$ MILHÕES)**

	JAN-AGO	
	2006	2007
Receitas Primárias	11.191	12.362
Despesas Primárias	10.969	11.424
<b>Resultado Primário</b>	<b>222</b>	<b>939</b>

Fonte: SEFAZ-RS.

Do lado das despesas primárias, o desempenho da conta “pessoal e encargos” anulou o esforço de redução de outras despesas correntes. O gasto com a folha no período entre janeiro e agosto, passou de R\$ 6,26 bilhões em 2006 para R\$ 6,92 bilhões em 2007. O maior nível de gastos se deveu aos reajustes parcelados do governo anterior, das vantagens funcionais (concedidas por lei), e de outras causas como as decorrentes de sentenças judiciais e de pareceres da Procuradoria Geral do Estado.

**TABELA 12.3 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO  
(ENFOQUE EMPENHO - R\$ BILHÕES)**

	JAN-AGO		
	2006	2007	2007*
Receita Tributária	8,78	8,24	8,24
Receita de Contribuições	0,66	0,72	0,72
Transferências Correntes	2,20	2,44	2,44
Receitas de Alienação de Bens Móveis	0,01	1,27	
Outras Receitas	-0,34	1,04	1,04
<b>Receita Total</b>	<b>11,29</b>	<b>13,70</b>	<b>12,43</b>
Despesas Correntes	11,08	11,31	11,31
Pessoal e Encargos	6,27	6,55	6,55
Juros e Encargos da Dívida	0,19	0,18	0,18
Outras Despesas Correntes	4,62	4,58	4,58
Despesas de Capital	1,42	1,17	1,17
Investimentos	0,41	0,13	0,13
Inversões Financeiras	0,02	0,01	0,01
Amortização da Dívida	0,99	1,03	1,03
Despesas Intra-orçamentárias	0,00	0,37	0,37
<b>Despesa Total</b>	<b>12,50</b>	<b>12,86</b>	<b>12,86</b>
Resultado Orçamentário	-1,21	0,84	-0,42

Fonte: SEFAZ-RS. \* Ignorando as “Receitas de Alienação de Bens Móveis”

Na análise do Resultado Orçamentário<sup>26</sup> (critério de empenho), chama atenção o desempenho de uma série de despesas, seja pela contração, seja pela expansão ocorrida ao longo de 2007. Entre as despesas correntes, o aumento dos gastos com pessoal e encargos resultou num incremento de R\$ 230 milhões. Ao mesmo tempo, é possível identificar uma redução de cerca de R\$ 37 milhões nas despesas correntes e de cerca de R\$ 273 milhões nas despesas de investimentos. Enquanto o investimento registrava 4,86% da RCL em 2006, esse passou para pífios 1,5% em 2007. Isto é, o investimento, que já tomou 30% da RCL em meados da década de 1970, representando uma importante alavanca para o crescimento e desenvolvimento do Estado, ora serve apenas como uma variável de ajuste orçamentário.

No lado da receita, nada se destaca tanto quanto as "Receitas de Alienação de Bens Móveis". A maior parte desses recursos provém da venda ações do Banrisul. Apesar desses valores alterarem de forma substancial o resultado orçamentário tornando-o superavitário, esse é mais contábil do que efetivo, uma vez que há impedimentos e limitações legais para o uso desses recursos. Assim, se excluirmos esse item das receitas, o Estado revela um déficit orçamentário (enfoque de empenho) equivalente a cerca de R\$ 420 milhões. Apesar de ainda deficitário, o resultado orçamentário revela

<sup>26</sup> Apesar do critério habitualmente utilizado ser o de liquidação, o critério de empenho é mais adequado por demonstrar os compromissos de pagamento firmados.

uma profunda melhora nas contas do governo, o que nos leva a acreditar que o ajuste nas contas públicas estaduais está sendo promovido. Mesmo desconsiderando o efeito dos recursos da "conta Banrisul", o déficit orçamentário, a partir de qualquer enfoque (despesas liquidadas ou empenhadas) apresenta sinal de melhora como percentual da RCL. Entretanto, o déficit orçamentário deverá encerrar o ano em torno de R\$ 1 bilhão. Diante da incapacidade de caixa, novamente o décimo terceiro salário do funcionalismo poderá ser financiado por empréstimo junto ao Banrisul<sup>27</sup>.

**TABELA 12.4 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO  
(R\$ MILHÕES)**

	JAN-AGO		
	2006	2007	2007*
Déficit Orçamentário			
Com despesas liquidadas	(863)	1.056	(210)
Com despesas empenhadas	(1.209)	844	(421)
Déficit Orçamentário (% da RCL)			
Com despesas liquidadas	-10%	12%	-2%
Com despesas empenhadas	-14%	9%	-5%

Fonte: SEFAZ-RS. \* Ignorando as "Receitas de Alienação de Bens Móveis"

No atual cenário de crise das finanças públicas estaduais, a análise crítica do resultado previdenciário é de importância ímpar. Os números apresentados no Relatório Resumido da Execução Orçamentária apontam para uma ligeira deterioração do déficit. Enquanto em 2006 (jan-ago) registrava um déficit de R\$ 2,54 bilhões, no mesmo período de 2007, esse déficit foi de R\$ 2,63 bilhões. Entretanto, ao longo de 2007, está ocorrendo repasses ao fundo de previdência estadual que, até agosto, já somavam R\$ 243,7 milhões. Assim, retirando o impacto de repasse, é possível verificar um déficit de R\$ 2,87 bilhões, o que remete num aumento nominal de 12,9% - uma variação muito maior que a da inflação no período.

A solução da crise das finanças do Estado, necessariamente, passa pela solução do problema da previdência. O déficit previdenciário vem crescendo numa velocidade maior que a da inflação e da própria receita. Dessa forma, se esse déficit não for contido, principalmente por mudanças de natureza estrutural no regramento de novas aposentadorias e pensões, a formação de fundos, como a recentemente ocorrida com os recursos da venda de ações do Banrisul, serão apenas soluções paliativas.

**TABELA 12.5 – RESULTADO PREVIDENCIÁRIO  
(ENFOQUE LIQUIDADO - R\$ MILHÕES)**

	JAN-AGO		
	2006	2007	2007*
Déficit Orçamentário			
Com despesas liquidadas	(863)	1.056	(210)
Com despesas empenhadas	(1.209)	844	(421)
Déficit Orçamentário (% da RCL)			
Com despesas liquidadas	-10%	12%	-2%
Com despesas empenhadas	-14%	9%	-5%

Fonte: SEFAZ-RS.

<sup>27</sup> Quando da elaboração desse documento, ainda não havia nenhuma decisão definitiva sobre a questão.

O resultado nominal, por sua vez, mede as variações da dívida consolidada. No ano, a dívida aumentou cerca de R\$ 355,4 milhões. Apesar desse aumento, o resultado pode ser considerado muito positivo uma vez que representa menos de 20% da meta prevista para o exercício. A posição de 31/agosto, informada pelo Relatório Resumido da Execução Orçamentária, aponta para uma dívida consolidada de R\$ 34,1 bilhões.

Ao mesmo tempo que se acompanhava mudanças importantes na dinâmica das contas públicas, se estendeu ao longo de 2007 um intenso debate sobre a crise fiscal do Estado, bem como a implementação de medidas que contivessem o déficit estrutural.

Primeiramente, o governo tentou, sem sucesso, postergar o fim da vigência das alíquotas ainda em dezembro de 2006 através de uma articulação junto ao antigo governador, que encaminhou a proposta ao Legislativo gaúcho na última semana do ano. Diante da negativa da Assembléia, o atual governo assumiu o Estado com um déficit potencial de R\$ 2,4 bilhões, resultante da superestimação de receitas e subestimação de despesas. Ao longo do ano, o atual governo lançou mão de uma série de programas e medidas para a contenção do déficit. Logo em janeiro, foi anunciado um conjunto de ações que tinham por finalidade colaborar no equacionamento do problema do déficit orçamentário projetado para o ano de 2007 pelo lado das despesas. A idéia principal do conjunto de medidas propostas foi a implementação de realismo orçamentário, a partir do regime de caixa. Segundo o próprio governo, esse conjunto de ações deveria gerar uma economia de R\$ 450 milhões em 2007. As medidas que necessitavam a aprovação da Assembléia, foram apresentadas aos deputados ao longo do ano. O governo ainda não divulgou, publicamente, um balanço completo de suas ações.

As medidas incluíam:

a) *Implantação do regime de caixa*: o governo do Estado somente liberaria recursos na medida em que a previsão de receitas for sendo efetivada. As despesas seriam realizadas conforme a disponibilidade de recursos e prioridade de necessidade. Baseado nesse princípio, o governo foi capaz de aplicar contingenciamentos no Estado. Dado que o orçamento de 2007 aprovado pela Assembléia não refletia a realidade das finanças do Estado, a medida foi bastante útil, levando o Estado a economizar quase R\$ 1 bilhão (frente ao orçado) nos dez primeiros meses do ano. A medida representa o primeiro passo para racionalizar as finanças públicas, uma vez que é uma medida que torna a administração mais realista.

b) *Centralização das dívidas*: Renegociação de todos os contratos assinados até 31/12/2006 (de acordo com a proposta, a Secretaria da Fazenda centraliza as renegociações), visando a possibilidade de novas contratações com preços menores. O governo do Estado espera que, através da segurança de pagamento, haja uma diminuição de 30% nos preços dos novos contratos. A renegociação desses contratos passados pode ser positiva no sentido de possibilitar a redução da inadimplência do Estado. Por outro lado, pode representar uma redução nos valores a serem recebidos pelos fornecedores. Além disso, a renegociação caso a caso enfraquece os fornecedores.

c) *Transparência orçamentária*: Divulgação mensal das metas orçamentárias (comparação entre despesa e receita) - o que de fato fez ao longo do ano. A ação representa uma melhora nos critérios de transparência da gestão pública, facilitando a fiscalização externa do comportamento financeiro do governo. O governo passou a cumprir aquilo que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que contribuiu para as ações de redução do déficit orçamentário.

d) *Redução dos cargos de confiança*: Redução de 20% dos cargos de confiança (medida implementada pelo Pacote Fiscal de Novembro). A idéia da iniciativa é de, além de realizar uma economia, fomentar a eficiência nas secretarias. A medida, todavia, deveria

ser estendida também para os outros poderes (Assembléia, Tribunais, Ministério Público,...).

e) *Meta de corte de 30% nas despesas de custeio (de forma não-linear)*: O corte não-linear permitiu que certas secretarias fossem preservadas, de modo a respeitar necessidades fundamentais de serviços públicos da população.

f) *Suspensão de gastos ordinários por 100 dias*: A medida foi positiva, uma vez que não gerou novos gastos e permitiu uma reavaliação do que é essencial para o funcionamento do governo.

g) *Programa de racionalização da despesa* : Um conjunto de indicadores passou a monitorar a eficiência e a eficácia do gasto público. Apesar da proposta ser positiva, há a necessidade que seja, de alguma forma, institucionalizada para que não se torne apenas mais uma “medida de governo”. Da mesma forma, o programa deveria ser acompanhado por um conjunto de ações de conversão da racionalidade do gasto público (mudança de cultura).

No final de janeiro, o governo do Estado do Rio Grande do Sul divulgou um plano de geração de receita. Assim, se o primeiro anúncio referia-se ao controle da despesa, o segundo se dedicaria ao provimento de reforços de caixa para o Estado. De acordo com o levantamento da Secretaria da Fazenda/RS, as medidas deveriam arrecadar um incremento de receita de R\$ 500 milhões. Esse montante seria dividido em duas grandes partes: R\$ 200 milhões, por “esforço de modernização fiscal”, e R\$ 300 milhões através de “adequação tributária. O programa foi estruturado em 8 medidas, em sua maioria, projetos de lei.

BLOCO 1: *Esforço de Modernização Fiscal*: Melhoria da gestão e geração de Receitas pela Secretaria da Fazenda. O programa seria fortemente concentrado em aumento da fiscalização.

- 1) *Programa Cresce RS*: Redução da alíquota de ICMS setorial, condicionada ao aumento da arrecadação global do setor. O modelo de premiação fiscal já foi utilizado em outros momentos, gerando bons resultados. A expectativa é de que com essa medida, a sonegação diminua, e com a ampliação da base seja possível diminuir as alíquotas, sem gerar prejuízo à arrecadação. Entretanto, com base no atual sistema de divulgação de informações fazendárias, não é possível à sociedade, ou aos próprios setores, fiscalizar a evolução da arrecadação setorial.
- 2) *Cobrança do Diferencial de Alíquota na Fronteira*: Ampliação da cobrança do diferencial entre o ICMS de origem e o ICMS praticado no Estado.
- 3) *Substituição Tributária para Novos Produtos*: Outros produtos (ainda não definidos) serão tributados a partir de uma classificação de grupos setoriais. A alíquota passará a ser setorial (para os novos produtos), buscando uma redistribuição da carga. A medida tende a diminuir a sonegação e aumenta a equalização da carga. Outra questão importante é que com menos agentes a fiscalizar, essa se torna mais efetiva.
- 4) *Cobrança da Dívida Ativa* : Frente de trabalho interinstitucional (Secretaria da Fazenda + Ministério Público + Procuradoria Geral do Estado + Tribunal de Justiça) para a recuperação da dívida ativa. A medida pode ser considerada como positiva uma vez que gera o aumento da eficiência da Secretaria da Fazenda. Todavia, é fundamental o equacionamento da situação dos credores do Estado, em especial aqueles que também forem devedores.

- 5) *Modernização da Gestão Administrativa*: Aumento da fiscalização e utilização de novos instrumentos. A medida prevê uma remuneração (premiação) pela produtividade do agente fiscal. Não são identificados os mecanismos de premiação dos agentes. Se o mecanismo for falho, pode gerar tributações indevidas que apenas aumentariam as reclamações judiciais.

BLOCO 2: Adequação Tributária: esse bloco consiste no aumento de receita baseado nos acordos tributários existentes.

- 6) *Alteração dos critérios de transferência de crédito de ICMS de exportação*: Empresas devedoras de ICMS terão restrições nas transferências de créditos de exportação. Esse é apenas um instrumento para reter repasses com respaldo da opinião pública que não entende a situação de devedor/credor que se estabelece. Porém, a medida ignora um direito estabelecido por uma lei complementar.
- 7) *Equivalência na cobrança de ICMS para o consumo de energia residencial urbano de baixa renda e rural*: A medida prevê igualdade tributária entre agentes rurais e urbanos de baixa renda. O consumo que exceder 100kw não sofrerá alteração de tributação no meio rural, por se entender que se trata de energia para a produção. A medida é positiva pois aumenta a igualdade de tratamento de agentes rurais e urbanos, diminuindo assim o subsídio cruzado que existe entre as partes.
- 8) *Reavaliação dos benefícios fiscais concedidos*: Reavaliação dos benefícios fiscais concedidos (isenções, créditos presumidos e reduções de base de cálculo). A medida passará a vigorar durante o ano de 2008. Essa medida retira capacidade competitiva das empresas instaladas no Estado. Dependendo da magnitude dos cortes, pode inviabilizar a manutenção de empresas em solo gaúcho, bem como a atração de novos investimentos.

Apesar das diversas ações para tentar solucionar os problemas orçamentários, as dificuldades financeiras perduram. A atitude mais recente do governo foi a apresentação de um conjunto de 7 projetos de lei que teriam efeitos de curto e longo prazo sobre a dinâmica das finanças públicas estaduais. Alguns dos itens dos projetos de Lei já haviam sido previamente anunciados como a redução dos créditos presumidos e o corte de CC's. As medidas de curto prazo teriam por intenção de amenizar o déficit orçamentário para 2008, apontado no orçamento estadual em R\$ 1,3 bilhão. O governo recorrerá assim mais uma vez a estratégia de ajuste no curto prazo fortemente assentado na geração de receita, por julgar que o contingenciamentos dados ao longo de 2007 haviam alcançado um nível limite.

As medidas de longo prazo, por outro lado, afetariam principalmente as despesas públicas no que se referem às despesas previdenciárias e as despesas com pessoal. Vale ressaltar que, somente foram aprovadas as medidas referentes a formação de fundos para aposentadorias, pagamentos de precatórios e cortes de CC's, sendo as demais proposições rejeitadas.

Diante desse quadro, o governo do Estado inicia 2008, com um grande desafio: o provimento de caixa para fazer frente aos inúmeros compromissos que se defronta. Atualmente, existe uma grande possibilidade de que seja firmado um acordo com o Banco Mundial que deverá prover US\$ 500 milhões. Esses recursos deverão reduzir o impacto dos pagamentos da dívida já em 2008. Apesar de criar mais dívida para o Estado, essa estratégia pode ser considerada positiva por contribuir para o alongamento do prazo de

pagamento da dívida ou para liquidar contratos cujos juros sejam maiores do que os cobrados pelo BIRD.

Durante 2008, é muito provável que o governo do Estado continue o controle de despesas que realizou durante 2007, porém, diante da negação do pedido de aumento das alíquotas, já foi anunciado que haverá cortes, por decreto, de créditos presumidos. Os exportadores também deverão continuar sofrendo com a limitação da liberação de recursos para a transferência de créditos. A medida já havia sido acenada no projeto de lei 389/07, enviado à Assembléia. Dessa forma, é bastante provável que a ação seja aplicada via decreto.

Apesar de se esperar que a economia em 2008 cresça, a arrecadação não deverá responder na exata medida de contribuir para o equilíbrio orçamentário. Com base em nosso cenário moderado, espera-se que o Estado do Rio Grande do Sul arrecade o equivalente a R\$ 13,1 bilhões em ICMS. Esse resultado deverá equivaler a um crescimento de 8,5% nominal e de 4,3% em termos reais (IGP-DI). Para 2007, a estimativa é que a arrecadação encerre o ano em R\$12,08 bilhões. No cenário pessimista, em que se projeta um nível de atividade menor para a economia do Estado, a arrecadação ficaria em R\$12,71 bilhões, enquanto no otimista em R\$13,36 bilhões.

**TABELA 12.6 – PERSPECTIVAS PARA A ARRECADAÇÃO DE ICMS/RS  
(R\$ BILHÕES)**

	2006	2007*	Cenários 2008		
			Pessimista	Moderado	Otimista
ICMS	11,81	12,08	12,71	13,10	13,36

Fonte: SEFAZ/RS. \* Previsão. Estimativas: UEE / FIERGS